

10, 00

PIU
33

ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS

Revista de Cultura

Universidade Federal de Pernambuco

Reitor: *Prof. Mozart Neves Ramos*
Vice-Reitor: *Prof. Geraldo José Marques Pereira*

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor: *Prof. George Browne Rêgo*
Diretor Associado: *Prof. Jarbas Maciel*
Editor: *Prof. César Leal*

COMISSÃO EDITORIAL

Professores George Browne Rêgo (Presidente), Carlos Brandt, César Leal, Francisco Queiroz, Jarbas Maciel, Luiz Bezerra de Carvalho, Valdemar Rocha, Yony Sampaio.

UFPE - Biblioteca Central

Estudos Universitários, revista de cultura | da | Universidade
Federal de Pernambuco | v. XIX nº 1 | p. 1-193 jul./dez., - 1997- Recife,
Universidade Federal de Pernambuco | Editora Universitária | 1997-

P..- semestral

De jul. 1962 até ago. 1964 foi publicada sob o título *Estudos
Univesitários* revista de cultura da Universidade do Recife.
Diretor: 1962-ago. 1964, João Alfredo Gonçalves da Costa Lima.
Editor: Luís Costa Lima.
Diretores 1966: Murilo Humberto de Barros Guimarães e
Newton Sucupira.

Editor: César Leal.
Diretores 1997: George Browne Rêgo e Jarbas Maciel.
Editor: César Leal.

1. Educação superior – periódicos. I. Título.

378.4 (813.4) (05)
378.813405

CDU (2.ed) U.F.PE
CDU (20.ed) BC-97-213

Impressa nas oficinas gráficas da
Editora Universitária – Universidade
Federal de Pernambuco – Av. Prof.
Morais Rêgo, 1235 Cidade Univer-
sitária Recife em junho de 1997,
50º ano de fundação da UFPE,
sendo Diretor da Editora Univer-
sitária a Profª Ana Maria e assis-
tentes técnicos Gilberto José, Manoel
Cunha. Ilustração da capa, João
Câmara.

ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS

Revista de Cultura

Universidade Federal de Pernambuco

SUMÁRIO

ENSAIOS

Um Necessário Resgate - <i>Geraldo José Marques Pereira</i>	5
<i>Estudos Universitários</i> : A Voz Espiritual da Comunidade Acadêmica - <i>César Leal</i>	9
A Universidade Como Sistema Aberto - <i>Marcionilo Lins</i>	17
Breve Memória de Um Período - <i>Paulo Maciel</i>	29
50 Anos da UFPE – Uma Análise Retrospectiva da Instituição e seu Contexto - <i>George Browne Rêgo</i>	37
Pós-Graduação e Pesquisa como Instrumento de Política Universitária - <i>Ivon Fittipaldi</i>	65
Avançar e Construir – Temas de um Reitorado - <i>Éfrem de Aguiar Maranhão</i>	73
A Faculdade de Direito nos Primeiros Cinquenta Anos da Universidade - <i>José Luis Delgado</i>	83
Reflexões Sobre os Cinquenta Anos da UFPE - <i>José Luiz Barreira Filho</i>	129
A Tradição Científica Européia e a UFPE - <i>Jarbas Maciel</i>	139
A Faculdade de Medicina do Recife Integrada à UFPE - <i>Salomão Kelner</i>	153

Um Necessário Resgate

Geraldo José Marques Pereira

COLABORADORES

GERALDO JOSÉ MARQUES PEREIRA

Professor do Departamento de Medicina Tropical e Vice-Reitor da Universidade Federal de Pernambuco.

CÉSAR LEAL

Professor adjunto de Teoria da Literatura, poeta e crítico de poesia, autor dos livros *Constelações*, *Tambor Cósmico*, *Os Cavaleiros de Júpiter*, *Alturas*, entre outros.

MARCIONILO LINS

Professor Titular de Bioquímica, Doutor em Medicina, ex-Reitor da Universidade Federal de Pernambuco, detentor de várias condecorações.

PAULO MACIEL

Professor Titular de Economia Política, ex-Reitor da Universidade Federal de Pernambuco, economista, escritor, membro da Academia Pernambucana de Letras.

GÉORGE BROWNE RÊGO

Coordenador do Mestrado em Filosofia, Doutor em Filosofia de Educação pela Universidade de Tulane, ex-Reitor da Universidade Federal de Pernambuco.

IVON FITTIPALDI

Professor Titular de Física, Doutor em Física, ex-Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal de Pernambuco.

ÉFREM DE AGUIAR MARANHÃO

Professor Adjunto de Cardiologia, ex-Reitor da Universidade Federal de Pernambuco, atual Presidente da Comissão de Ensino Superior do Conselho Nacional de Educação.

JOSÉ LUIZ DELGADO

Professor Adjunto de Introdução ao Direito, ex-Diretor da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco.

JOSÉ LUIZ BARREIRA FILHO

Professor Adjunto de Energia Nuclear, ex-Diretor do Centro de Tecnologia e ex-Vice-Reitor da Universidade Federal de Pernambuco, Coordenador do Centro Regional de Ciências Nucleares.

JARBAS MACIEL

Professor Adjunto de Filosofia das Ciências do Departamento de Filosofia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco.

SALOMÃO KELNER

Professor Titular de Cirurgia, Chefe do Departamento de Cirurgia Experimental e Membro da Sociedade Pernambucana de Medicina.

A universidade, que se ergue sobre os tres pilares convencionais - o ensino, a pesquisa e a extensão -, é sobretudo a guardiã da ciência, da cultura e das artes, sem que assim esteja monopolizando os saberes, haja vista o reconhecimento, mais do que necessário, de uma larga intelectualidade fora da instituição acadêmica. Prova disso está nos inúmeros mestres sem cátedra, que pontificam na sociedade, especialmente nas áreas culturais e artísticas, mas também na seara das ciências. Ou prova disso está na cultura popular, que o povo mantém e deve servir à comunidade universitária, como aprendizado e como fonte de pesquisa das tradições regionais. Esse intercâmbio, então, da academia, que sistematiza o saber e a sociedade em geral, só pode trazer benefícios a ambos os lados, numa relação, biunívoca, sempre, de resultados positivos. Vive-se, entretanto, um tempo diferente, de globalização da economia e de extremo desenvolvimento da técnica. Nunca se teve, na história toda da humanidade, tantos avanços, em espaço tão pequeno de anos! Assim, há um risco evidente para as humanidades e para a humanização da criatura e à universidade cabe, então, preservar esses princípios, essas bases, enfim, de cujos alicerces nasceram os clássicos da literatura e as grandes obras dos pintores famosos. Dessa forma, é preciso perseguir o desenvolvimento, atualizando o conhecimento, mais e mais, da técnica e da ciência, sem descuidar do humanismo! Do humanismo, que deve ser o catalisador maior, na solidez da formação de jovens que emergem para a vida.

É o que se vem fazendo na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), nesse tempo do hoje! Os laboratórios científicos estão sendo equipados na perspectiva da modernidade, passando a dispor de equipamentos de última geração, de computadores e de processadores, que deixam a UFPE em situação de igualdade com as mais avançadas instituições do País, quicá do mundo. A educação à distância, adotada em vários recantos do

globo, como forma moderna e de baixo custo para a transferência do conhecimento, vem se consolidando e hoje a Universidade está ligada aos grandes centros de pesquisa e às bibliotecas de maior porte, permitindo a troca de informações e a parceria científica. As iniciativas, entretanto, no campo da cultura e das artes, somam-se a tudo isso. Por certo que trazem a completude da administração acadêmica! Dessa maneira, a Editora Universitária vem servindo à comunidade, publicando títulos de autores da instituição e de outros, da intelectualidade local, assim como o Núcleo de Rádio e Televisão, de onde são veiculados programas produzidos em Pernambuco e no Nordeste, priorizando o regional, sobretudo. Nomes das letras, da poesia e da prosa, preenchem os espaços reservados ao culto dos grandes, como nas homenagens a Castro Alves, que no Recife estudou ou a Joaquim Cardozo. A exposição dos estudos e das obras de Murillo LaGreca, também, firmou e confirmou a devoção ao inspirado artista. O Instituto de Arte Contemporânea (IAC), de outra parte, vem institucionalizando o compromisso da academia com expressão artística.

Agora, vem à luz a revista *Estudos Universitários*, que circula desde 1962, criada, como foi, pelo reitor João Alfredo e o mais que humanista Paulo Freire, mas que passou alguns anos em recesso, por diversas razões, alheias, todas, às administrações anteriores, resultantes, apenas, das dificuldades com que se defronta o setor público no Brasil. Periódico de grande prestígio naquela década, quando lançou a chamada "Geração 65", de poetas emergentes, de gente que na flor da idade, com 20 a 25 anos, começava a interpretar a voz do interior, promovendo a metamorfose da palavra. Marcus Accioly e Ângelo Monteiro surgiram assim, nas páginas da revista, como José Carlos Targino e Janice Japiassu ou como Tereza Tenório e Domingos Alexandre, além de Jaci Bezerra. Do mesmo jeito, José Mário Rodrigues, Fernando Monteiro e José Rodrigues de Paiva, português de Coimbra, este. Muitos ensaios, porém, ocuparam esses espaços do humanismo e levaram o pensamento de Pernambuco à imensidão da pátria, vencendo, tantas vezes, as barreiras do além mar, tornando-se leitura obrigatória noutros centros e noutras universidades. Serviu à intelectualidade do Estado e da Região, para apresentar o saber desse rincão nas distâncias sulinas e até planaltinas, mostrando a grandeza da

criação literária e a enormidade cultural da gente pernambucana ou pernambucanizada. Contou com Luiz Delgado e com Gilberto Osório de Andrade, com Nilo Pereira e com Aluísio Bezerra Coutinho, exportando a genialidade local nessa perpetuidade do texto. Renasce, então, em boa hora, para retomar o lugar e resgatar o papel e há de assumir nova feição, doravante, para marcar, assim, o retorno, com o sucesso que se pode antever!

A administração cuidou em fazer as indicações todas que o momento requeria, convidando expressivos nomes da academia para integrarem a plêiade de notáveis que assinam e assumem a responsabilidade editorial. Selecionou, dentre todos que fazem a Casa e são, na verdade, talentosos representantes da sociedade organizada, a gente, também, comprometida com as chamadas interfaces dos saberes. Sim, porque mesmo o cientista, que no laboratório pode aferir as reações aplicando a Matemática, não deve desprezar essa multidisciplinaridade e até essa interdisciplinaridade, que na universidade caracteriza a pluralidade acadêmica. Teve dificuldades, tal o número de professores e de pesquisadores assim comprometidos, mas, finalmente, optou pelos atuais integrantes, deixando-lhes nos ombros o mister maior de responderem pela cultura e pelo saber local. Representam o todo, pois! E dessa maneira ou nessa representação, optaram por lançar, agora, um exemplar, significativamente, voltado para a Universidade, exemplar, significativamente, voltado para a Universidade, propriamente, buscando nas lideranças que gerenciaram a instituição noutros períodos, a experiência e a vivência. E se fazem história dessa maneira, sobretudo transferem um saber a propósito do tempo vivido, permitindo aos do hoje um aprendizado diferenciado. Estimularam-se, para tanto, no cinquentenário da Universidade Federal de Pernambuco, nascida do desejo de muitos, mas capitaneada pela inteligência e o talento de seu primeiro Reitor, o empreendedor maior: o Prof. Joaquim Amazonas.

A revista *Estudos Universitários* vai continuar a sua trajetória e há de assumir, outra vez, a liderança cultural do Estado e da Região, apresentando os novos e resgatando os antigos. A universidade é assim, à medida em que expõe os jovens, na largueza das ciências, da cultura e das artes, os está ficando sobre os pilares de todos os passados, igualmente, largos e amplos, dos quais emergiram os saberes e as tradições. Os que foram convidados para

conduzirem os destinos da revista, fizeram, já, as opções do porvir, delineando as diretrizes dos próximos números, recomendando a coerência das publicações, o que trará, certamente, uma diferenciação, necessária e desejada, sobretudo porque sintonizada com o tempo. Há de se ter, pois, as linhas do pensamento assim diversificadas, mas singularizadas em números temáticos. O Diretor da revista - o Prof. George Browne do Rego - é um Reitor, também, mas tem sido, especialmente, um pensador, no mister que abraçou, o de professor de Filosofia. O Diretor Associado - o Prof. Jarbas Maciel -, faz da cultura, da ciência e das artes, um todo de seu espírito e o Editor - o Prof. César Leal -, poeta e prosador, crítico literário reconhecido em todo canto, assume, em realidade, o seu lugar de outrora, pois que assim, na qualidade de Editor, também, dirigiu, por anos, o periódico. Nessas páginas e nesses espaços, a Universidade Federal de Pernambuco há de acolher a produção local, dos professores, principalmente, mas dos intelectuais todos, que no exercício da criação se apresentarem. De braços abertos, então, nessa perspectiva de futuros, chega *Estudos Universitários*, na pretensão da perpetuidade, também.

Há de se destacar, por fim, por dever de justiça, então, o interesse com que vem acompanhando todo esse processo de resgate, o Magnífico Reitor, o Prof. Mozart Neves Ramos, que sendo um pesquisador das coisas da ciência, da Química, especificamente, não descuida do humanismo. Tem sido assim nas iniciativas todas que visam atender aos anseios da cultura e das artes, desfraldando a bandeira, muitas vezes ou seguindo, atentamente, os passos dos colaboradores. Foi do Magnífico Reitor a idéia de restaurar a casa-grande do antigo Engenho do Meio, em cujo terreno ergue-se a Universidade Federal de Pernambuco, hoje, cuja materialização é desejada por todos. E têm sido do Prof. Mozart Neves Ramos outras tantas idéias! Em *Estudos Universitários*, particularmente, seguiu, de perto, o evoluir dos chamados contactos acadêmicos, opinando, sempre, na perspectiva do melhor. Encheu-se de entusiasmo, quando soube da disponibilidade de um grande nas artes, o pintor João Câmara, que assina a capa, dando beleza à publicação, mas, sobretudo, dando à revista as cores do regional ou os traços de mantenedora das tradições e das antecipações de Pernambuco, que precisa continuar imortal, para honrar os versos de Oscar Brandão.

ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS: A voz espiritual da comunidade acadêmica

César Leal

Após uma interrupção de mais de uma década, retorna à circulação a revista *Estudos Universitários*. Quando foi criada em meados dos anos 60, sua missão era estimular, promover e difundir o pensamento científico, artístico, filosófico e tecnológico dos professores e pesquisadores da Universidade Federal de Pernambuco. Seu retorno, quando comemoramos os 50 anos de fundação da Universidade, constitui um acontecimento altamente significativo para a revigoração cultural de nossa vida acadêmica. Não cabe dúvida de que *Estudos Universitários* terá um papel a desempenhar nas mudanças temporais que se avizinham: o fim do século 20 e o início do terceiro milênio. É todo um vasto mundo, com uma perspectiva de incalculável alcance, que se apresenta diante de todos, com problemas novos e complexos, alguns ainda como herança do século que termina. Outros, surgem como desafios crescentes do milênio que se inicia.

Quando relemos o primeiro número de *Estudos Universitários*, verifica-se quanto eram atuais, na perspectiva da época, os temas tratados por seus colaboradores. Tal número correspondia a janeiro-março de 1966. Era uma fase conturbadíssima, da vida política, econômica e social da América Latina. O número se abria com um ensaio de Gilberto Freyre, cujo objetivo era dar resposta a duas complexas interrogações por ele próprio formuladas: a) Que é na verdade, em suas relações com as outras partes do mundo, a América de ordinário denominada Latina? b) Que conjunto sociologicamente homogêneo forma no plano sócio-cultural, para poder ser toda ela considerada latina, além de geograficamente e, também sociologicamente americana nas situações dentro das quais se vem desenvolvendo no tempo tanto quanto no espaço sua latinidade?

Com essas duas perguntas, expressas em seu estilo característico, Gilberto Freyre procurava dar respostas, geográficas e sociologicamente corretas, às preocupações de numerosos estudiosos europeus com esta parte do mundo. O estudo não fora feito especialmente para esta revista. Ao contrário, era uma “introdução” sociológica muito rica em informações para a revista *Diogene*, de Paris, sobre as primeiras formas simbólicas *observáveis* nas artes e nas letras latino-americanas, valorizando em especial as contribuições africanas e ameríndias. O diretor da revista *Diogene*, interessado em questões de nosso continente, solicitara o estudo a Gilberto Freyre por já ser ele bem conhecido e respeitado na Europa, particularmente na França, onde era muito lido, na tradução da Gallimard, seu livro *Casa Grande & Senzala*.

No ensaio para *Diogene*, aliás bastante extenso, Gilberto Freyre refere-se em várias ocasiões, à arte de Rivera e Orozco, à música de Chavez e Villa-Lobos, ao famoso poema argentino *Martin Ferro*, e à pintura de Francisco Brennand e Lula Cardoso Aires. Concluiu seu estudo, falando em “ilhas sociológicas em relação com o conjunto continental que deva ser caracterizado como latino-americano”. Antes, adverte que fala por quantos europeus e americanos colaboram neste número de *Diogene*, afirmando que para nenhum desses colaboradores a “chave de interpretação do *ethos* e da cultura latino-americana está no latinismo (europeu) rigidamente puro ou num indigenismo (americano) igualmente puro”. Os termos *europeu* ou *americano*, não são suficientes para definir o passado, ou como ele diz literalmente, “o desenvolvimento ou o ideal latino-americano”. Para a compreensão de tudo isso seriam necessárias amplas análises dos “conjuntos de interpretações”, embora admitindo as “ilhas sociológicas de exceção”, já assinaladas nesta síntese.

Outro colaborador desse número de *Estudos Universitários*, era o físico nuclear Carlo Borghi, cientista e humanista, italiano de Milão, ex-discípulo do Prof. Fermi, que durante muitos anos trabalhou em nossa Universidade. Seu ensaio de grande beleza formal – “A posição das Ciências na Filosofia do Homem” – fazia uma rigorosa distinção filosófica “entre as coisas do homem e as coisas humanas”, quando se procura assinalar o lugar exato da “função das ciências e o valor objetivo delas em relação com o

fenômeno de incomensurável complexidade que passa sob o nome enigmático de *Homem*”. Mostrava que a busca de *correlações permanentes* era tudo por medo de uma cultura técnica, sofisticada, robótica cibernética em prejuízo do componente humanístico.

Esse medo – dizia ele – não tem nenhum fundamento objetivo, a não ser um complexo de inferioridade (e as vezes é difícil para a cultura tecnizada em alto grau e a qual tantas coisas devemos para o mal e para o bem) o típico complexo dos não técnicos para com os técnicos. As duas componentes, a científica e a artística ou humanística, respondem de duas maneiras diferentes a um estímulo fundamentalmente igual e tipicamente humano, isto é o que empurra à busca das correlações. (...) “Essas correlações são as correlações causais pelas quais o mundo é certo, seguro, não mágico, previsível e “racional”, e então este desejo de segurança leva o homem a construir as ciências”. A essa altura, Borghi, em sua lógica rigorosa, mostrava o outro lado da questão: “correlações emocionais que nos permitem repetir, controlar as emoções e as estimativas, para nos dar a segurança de que não estamos vivendo num mundo louco, imprevisível, errático e casual, mas num mundo que podemos aceitar como a casa da qual sabemos tudo o que é necessário. Então esse desejo de segurança emocional nos empurra a construir as artes”. A certa altura de seu ensaio, Carlo Borghi falava sobre um tema que lhe foi sempre muito caro: a experiência da Liberdade e concluía

Mas é evidente, então, que esta análise da filosofia do homem, ajudada pelas ciências, dá ao homem uma posição única, como sendo a encruzilhada em que todos os mundos que coexistem neste universo se interpenetram e se entrelaçam para formar esta criatura grande e trágica que é o homem.

O professor Bezerra Coutinho, biólogo de excelente formação humanística, também aparecia como um dos colaboradores do primeiro número desta revista. Magistral é como se pode definir o seu ensaio sobre Teilhard de Chardin. Começa por fazer uma análise da comissão de homens de ciência, formada pelo que de mais completo havia entre os que no mundo se dedicavam à paleontologia e as ciências humanas em todos os níveis, encar-

regada da publicação da obra, ou melhor “dos escritos” de Teilhard de Chardin. Acredito que, dificilmente, haja em nosso país alguém capaz de superar a interpretação de Bezerra Coutinho sobre Teilhard de Chardin: a agudeza das observações, a soltura e e leveza da linguagem, a precisão dos termos sempre foi uma característica desse cientista a quem o prof. Carlos Chagas, durante reunião no Conselho Federal de Cultura, afirmou ser “uma das mais fulgurantes inteligências” que ele conheceu. É interessante observar que o professor Bezerra Coutinho é também um desses homens que, à semelhança de Teilhard de Chardin, nunca se preocupou em reunir os seus escritos numa obra, ou obras, já que esses trabalhos não são poucos. Na literatura, ele produziu um estudo interpretativo sobre o Romantismo que devia ser conhecido por todos os nossos intelectuais, inclusive os estudantes de Letras. Esse ensaio, escrito em 1932, é de uma atualidade surpreendente. No estudo sobre Teilhard de Chardin ele se prendeu a dois aspectos: Ciência e Profetismo. Para ele, o profetismo de Chardin, como o de Isaias possuía ou assumia uma feição de “medicina espiritual”. Embora não negando a Teilhard de Chardin sua condição de cientista, Bezerra Coutinho trazia para os leitores desta revista uma contribuição fundamental, em especial quando afirmou que esse grande homem é “sobretudo e acima de tudo um profeta, talvez o profeta de nosso tempo”.

Outros colaboradores, deram a revista uma fisionomia severa e assim foi vista pela comunidade cultural do país. O *Estado de São Paulo* fez um longo comentário sobre o seu conteúdo. Os números seguintes, durante quase 20 anos, deram a *Estudos Universitários*, em nível internacional, uma posição privilegiada entre as revistas de cultura editadas no país. Os adidos culturais junto às legações estrangeiras acreditadas em Brasília, comunicaram ao então Reitor Marcionilo Lins haver *Estudos Universitários* sido considerada por eles a melhor revista de cultura do Brasil. Recebíamos pedidos de professores de famosas universidades norte-americanas e europeias, interessados em colaborar. Aqui, muitos publicaram seus trabalhos, inclusive cientistas espaciais alemães, críticos literários norte-americanos e franceses. A revista tornou-se o núcleo da chamada Geração 65, publicando, em livros de até 100 páginas, obras de nossos poetas jovens, entre os quais hoje alguns são bem conhecidos: Alberto da Cunha Melo, Jaci Bezerra, Marcus

Accioly, Ângelo Monteiro, José Rodrigues de Paiva, Tereza Tenório, Fernando Monteiro. Alguns, famosos como poetas e tradutores, publicaram seus primeiros poemas em separatas de *Estudos Universitários*. É o caso, por exemplo, de Jorge Wanderley, tradutor da lírica de Dante.

Ao deixar de circular em 1985, *Estudos Universitários* não o fez de forma melancólica. Esse último número correspondente ao volume 18, foi um dos mais ricos em relação ao conteúdo. Trazia ensaios de Aluizio Bezerra Coutinho, Newton Sucupira, George Browne Rêgo, César Leal, Ronald Rassner (USA), Marcionilo Lins, Leonidas Camara e Sérgio Rezende. Acredito que com exceção do autor deste comentário, os demais são personalidades altamente reconhecidas pela comunidade intelectual brasileira. Além desses autores, ao se despedir, *Estudos Universitários* lançava um poeta jovem que é apontado em todo Brasil como um dos mais fortes valores de nossa lírica: Weydson Barros Leal.

Em ensaio sobre a formação intelectual e itinerário filosófico de Tobias Barreto, o professor Newton Sucupira, mostrava-nos como era generalizado o autodidatismo dos que buscavam dedicar-se aos estudos de filosofia no Brasil do século XIX. Ao fazer uma reflexão sobre o problema, afirma que o historiador Pedro Calmon não exagerava quando escreveu que Tobias Barreto foi “o mais espantoso autodidata de nossa história intelectual. Concorda, em parte, com o historiador baiano, mas com um inevitável reparo a observação de Pedro Calmon: “por maior que tenha sido o seu talento, Tobias não pôde superar as limitações inerentes a todo autodidatismo, como revelam notórias deficiências de sua cultura filosófica”. Mas Newton Sucupira considera Tobias Barreto uma vítima do deficiente sistema de ensino no Império, das estreitezas dos “horizontes culturais”, das altíssimas barreiras que impediram os vãos de sua inteligência. Apesar de tantas falhas apontadas por Newton Sucupira na formação de Tobias, verifica-se que o seu ensaio revela haver o grande sergipano recebido muito cedo uma boa formação latina, a tal ponto que em menos de três anos falava e escrevia na língua de Virgílio, como se fosse um mestre. Além disso, aprendeu música, e tocava flauta e violão, instrumentos que o tornaram admirado e estimado pela sociedade de Itabaiana, cidade onde viveu durante alguns anos. Especializando-se pelo próprio

esforço em literatura, na luta pela ascensão social, através dos estudos, acabou alcançando – como diria o grande poeta simbolista Cruz e Souza – “o saber de altos saberes”. Toda a evolução intelectual de Tobias Barreto nos é mostrada nesse ensaio de Newton Sucupira, em especial sua vida no Recife, no meio da aristocracia dos senhores de engenho. Tornando-se um germanista, Tobias Barreto acabou por vencer todas as barreiras que se opunham aos movimentos de seu espírito. Newton Sucupira assim finalizava o seu ensaio:

Tobias Barreto interessou-se pela cultura alemã em seus mais variados aspectos. Contudo, a filosofia, o direito, a literatura constituem as áreas culturais, por excelência, em que se concentraram os seus estudos. No presente ensaio, limitamos ao pensamento filosófico. E para melhor avaliar o que da filosofia alemã mais utilizou o mestre do Recife na tentativa de formular sua concepção do mundo, parece-nos indispensável delinear, em grandes traços, o quadro das principais correntes do pensamento filosófico germânico na época que vai do meado do século XIX à década de 80.

O professor Leônidas Câmara, foi também um dos que participaram da elaboração do último número de *Estudos Universitários*, que, felizmente, agora se comprova, fora apenas uma suspensão provisória, e não o “último”, como demonstram as ações que resultaram na volta da revista à circulação. Ele ocupou-se de um dramaturgo famoso: Pirandelo. Baseado na peça *Seis Personagens à Procura de um Autor*, mostrando as razões que levaram Pirandelo a escrever o prefácio didático-teórico de 1930, nove anos após a primeira apresentação, Leônidas Câmara deu aos leitores de *Estudos Universitários* um amplo painel da revolução pirandelliana na dramaturgia deste século, abrindo caminho a uma compreensão de seu teatro e das obras dramáticas de poetas com T.S. Eliot, Cocteau e Lorca. Tudo isso mostrava a importância de uma revista de cultura em uma Universidade como a nossa, hoje, na vanguarda da pesquisa e dos estudos avançados nos cursos de pós-graduação, em muitas áreas do saber.

Outros trabalhos importantes que não podem deixar de figurar nesta breve memória, foram o estudo do então reitor George Browne Rêgo – “A Qualidade do Ensino na Educação Superior Brasileira”, o ensaio do professor Sérgio Rezende sobre o papel da Universidade em Ciência e Tecnologia, meu ensaio sobre as dimensões temporais no estudo do poema e o comentário crítico feito a esse estudo pelo antropólogo e comparatista norte-americano, professor Ronald Rassner, da Universidade de Wisconsin.

Agora, a revista retorna, numa demonstração de que sua força espiritual continuava a existir na memória das novas gerações. Além de algumas colaborações especiais, ex-reitores da UFPE, no momento em que se comemora meio século de existência da instituição, trazem seu depoimentos, mostrando o que fizeram ou deixaram de fazer, durante os seus Reitorados. Todos estão de acordo e satisfeitos com a decisão do Reitor Mozart Neves Ramos e do Vice-Reitor Geraldo Pereira em trazer de volta à comunidade acadêmica a força portadora da voz de seu espírito: a revista *Estudos Universitários*. O presidente da Comissão Editorial é um desses ex-reitores, o professor George Browne Rêgo, e os dois editores-adjuntos são dos quadros da Universidade, inclusive o seu antigo editor. A partir do próximo número, acreditamos que *Estudos Universitários* alcançará o ponto mais elevado de seu desempenho no estímulo, criação e difusão das mais altas formas de cultura.

A Universidade como Sistema Aberto

Marcionilo Lins

A Universidade Federal de Pernambuco foi criada em 1946 sob a coordenação de uma Reitoria com a denominação de Universidade do Recife, com base no agrupamento de instituições de ensino superior locais surgidos em épocas diversas: a Faculdade de Direito (1827), a Escola de Engenharia (1895), a Faculdade de Medicina (1920) com os cursos anexos de Farmácia e Odontologia, a Escola de Belas Artes (1932) e a Faculdade de Filosofia do Recife (1941).

Em 1965, a Universidade do Recife passou, por determinação legal, a denominar-se Universidade Federal de Pernambuco.

A Universidade se classifica como um sistema aberto, isto é, está em permanente interação com o contexto sócio-econômico e cultural em que se insere; dele recebe e para ele envia os elementos que forma; é o meio que lhe propõe, sugere e mesmo impõe as normas a seguir, os incentivos, as restrições, os parâmetros sob os quais atua, isto porque o contexto sócio-econômico e cultural é um sistema maior, hierarquicamente superior, integrado por vários outros sistemas, entre eles o universitário.

A estrutura aprovada procurava na transição um modelo que tendia a reforçar o papel da "Unidade Operacional Departamento", célula vital do novo sistema, para integração estrutural e para dar maior liberdade de ação e iniciativa, na busca pelos objetivos previstos nas atividades-fim da Universidade, como executor por excelência dos diferentes projetos.

Toda reforma além de passar por essa fase, depende muito do espírito universitário das elites dirigentes, daí a grande ênfase que foi dada ao plano de reestruturação.

As atividades fim e meio da "Universidade" obedecem a um planejamento desenvolvido em todos os escalões, tendo em vista a aplicação racional dos recursos.

O documento básico orientador do desempenho da Universidade é o "Plano Geral de Ação", com estudos prospectivos e integrados elaborados dentro de uma estratégia operacional, da política universitária e do desenvolvimento sócio-econômico e cultural do País e da Região.

Pelo papel relevante que desempenha no sentido de selecionar as melhores alternativas indispensáveis para atingir os objetivos específicos institucionais, concorrendo para a reformulação e fortalecimento da Universidade perante os órgãos superiores do Ministério da Educação, a Pró-Reitoria Extraordinária para Assuntos de Planejamento e Coordenação Geral (PROPLAN) com o novo "status" assegura ao seu titular maior flexibilidade no relacionamento direto com as Unidades Universitárias e demais Pró-Reitorias e permite sua participação esclarecedora nos Órgãos Deliberativos Superiores.

Cabe à Pró-Reitoria não só o planejamento central, como também a integração, a compatibilização, a coordenação e o controle de todos os planos, programas, projetos e atividades que se desenvolvem no âmbito da Universidade, foi-lhe dada uma organização matricial indispensável ao trabalho em equipe, capaz de proporcionar condições de flexibilidade e funcionalidade adequadas para atender à variedade e à dinâmica de suas atribuições, de permitir alto grau de especialização e cooperação, de eliminar a ociosidade da mão de obra e de evidenciar a necessidade de contratação de especialistas para tarefas específicas.

É grande a importância, a correlação de estrutura acadêmica com a estrutura física, daí ter-se de admitir que a implantação da nova estrutura, prescrita pelo Decreto 73.081, tinha de ser gradual, bem planejada, exigindo um planejamento físico pertinente e racional.

Uma Universidade pequena pode mudar de estrutura sem maiores problemas, o que não é possível em uma instituição do porte da Universidade Federal de Pernambuco, quando se tem em vista uma reestruturação que se traduz na implantação de um novo modelo viável e adequado aos objetivos da reforma acadêmica pretendida.

A nova estrutura começava pela adequação dos Departamentos para o desempenho das atividades-fim da Universidade.

Com os Departamentos devidamente fortalecidos, foi fácil passar à implantação dos Centros.

Os Departamentos foram reduzidos de 90 para 56, com o limite mínimo de 20 professores em cada um, regendo-se por Regimentos próprios coordenados por "Unidades Setoriais" os Centros, sendo 4 da área do ensino e da pesquisa básica e 5 da área profissional ou aplicada.

A integração curricular e acadêmica dentro de grandes áreas, e o desempenho dos Colegiados de Cursos responsáveis pela coordenação didática se projeta desde o Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão, até os próprios Departamentos.

O Decreto nº 73.081, previa que dentro do prazo de cinco anos, a Universidade promoverá uma avaliação completa de sua estrutura, visando a introduzir os reajustamentos que se tornarem necessários. Hoje estamos já estudando e avaliando onde fazer os reajustes necessários.

O Orçamento Operativo da Universidade passou a alocar recursos específicos diretamente aos Departamentos, com base no número de alunos-disciplina sob sua responsabilidade e nas suas peculiaridades.

Um dos pontos essenciais atacado no período foi a instituição dos Colegiados de Cursos.

A legislação define; Haverá um Colegiado para cada curso de graduação e de pós-graduação, visando à integração dos estudos e à sua coordenação didática, composto de docentes que ministram disciplinas do curso.

Os Coordenadores de cursos são membros natos do Conselho Departamental dos Centros em que a maioria das disciplinas é ministrada.

Ao nível dos Órgãos Deliberativos Superiores, há no Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão, um representante dos coordenadores de cursos de graduação do sistema de ensino básico, um dos cursos do sistema de ensino profissional e um dos cursos de pós-graduação.

Desse modo, exige-se uma participação ativa dos coordenadores de cursos, responsáveis por sua coordenação didática, em todos os níveis de decisão da Universidade.

Os cursos de graduação cujo objetivo é proporcionar formação de nível superior de natureza acadêmica e profissional, que habilite à obtenção do grau universitário, sofreram restrições relativas a fixação de vagas face aos recursos humanos e materiais impostos pelos tetos orçamentários e as condições de mercado de trabalho, resultante das pesquisas realizadas pela Pró-Reitoria de Planejamento e Coordenação Geral, associados aos estudos prospectivos do desenvolvimento regional, indicaram a preferência por certas profissões e saturação de outras.

A opção da Universidade ideal, seria não reduzir vagas e sim ampliá-las, mas, nos cursos de melhor perspectiva no mercado de trabalho. Os esforços devem ser voltados principalmente para aumento da produtividade do ensino, que seja diretamente proporcional à qualidade e à quantidade, e inversamente proporcional ao custo e ao tempo.

A qualidade dos concluintes do ensino do 2º grau é um fator fora do controle da Universidade. Contudo, procurando cooperar na solução do problema das opções de cursos, foi submetido ao MEC, um "Programa de formação Ocupacional" a ser desenvolvido pelo Serviço de Orientação Pedagógica e Vocacional, da Pró-Reitoria para Assuntos Acadêmicos. Uma ação esclarecedora, destinada a atingir as camadas estudantis do ensino do 2º grau, oferecendo bases para opções mais objetivas, e informações sobre as características de cada profissão, perspectivas do mercado de trabalho e condições de auto-avaliação de capacidades e aptidões.

A capacitação do corpo docente, um dos objetivos prioritários, se processou através dos cursos de pós-graduação, de especialização, aperfeiçoamento e atualização, associados aos cursos sobre Didática do Ensino.

Intenso esforço para otimizar a adequação dos equipamentos e instalações, como resultado da racionalização e integração estrutural e funcional da Universidade através da organização espacial do "campus", definida como parte de um processo integrado de planejamento acadêmico, administrativo e físico, implementado pela construção de instalações físicas, remanejamento e alienação de

edifícios existentes fora do "campus", bem como aquisição e distribuição de equipamentos. Foi retomada a construção de novos edifícios e decidido o reinício das obras do Hospital das Clínicas, paralisadas há vários anos.

Foi desenvolvida, com notável êxito, novas tecnologias aplicáveis ao processo do ensino-aprendizagem, como o Ensino Programado e Integrado inicialmente na Área de Saúde e o Ensino Personalizado (Método de Keller) na Área de Tecnologia, com previsão de sua extensão a todas as demais áreas.

Outros fatores de produtividade que foram cuidados, visando redução do tempo necessário à obtenção do diploma, pela implantação do sistema de crédito, novas metodologias de ensino e previsão de cursos de curta duração destinados a oferecer habilitação profissional intermediária de grau superior.

A admissão aos estudos de graduação é feita por uma das quatro áreas do primeiro ciclo, mediante Concurso Vestibular visando os seguintes objetivos:

- a) avaliar a formação recebida pelo candidato e sua aptidão intelectual aos estudos superiores;
- b) classificar os candidatos até o limite de vagas fixadas com base na demanda do mercado de trabalho, nos estudos prospectivos do desenvolvimento, dos recursos financeiros e meios disponíveis.

Programas comunitários e interiorização

Estruturado o Departamento de Programas Comunitários e Interiorização, a UFPE, realizou, através da Pró-Reitoria para Assuntos Comunitários, um intenso e proveitoso trabalho ligado a essa área de atividades.

O Departamento era integrado pela Divisão rural Universitária de Treinamento e Ação Comunitária, pela Divisão de Estudos e Programas Comunitários, pela Divisão de Cursos, e, ainda, pela Divisão de Estudos de Problemas Brasileiros.

O pensamento central do Departamento pode-se resumir através dos pólos de ação que definem o 'CRUTAC'-interiorização, treinamento e ação comunitária. Para colocar tais idéias em ação e funcionamento prático, o CRUTAC-PE, firmou e efetivou nove

convênios a saber: com o Programa Intensivo de Preparação de mão de obra, com o Movimento Brasileiro de Alfabetização de Adultos, com a Legião Brasileira de Assistência, com a Televisão Universitária-Canal 11, com o fundo de Assistência ao Trabalhador Rural, com a Central de Medicamentos e com três Prefeituras do interior do Estado-a de Joaquim Nabuco, a de Sairé e a de Glória de Goitá. Afora isso recebeu valorosa cooperação da CINCRUTAC e do FNDE, que contribuíram com a maior parcela dos recursos que movimentaram o CRUTAC.

Nos municípios referidos foram instalados os Núcleos do CRUTAC, sedes do trabalho de treinamento e ação comunitária no interior, noutros municípios, núcleos importantes aprofundaram o trabalho. Entre esses núcleos tivemos o de Paudalho, o de Lagoa de Itaenga, o de Tracunhaém e o de Carpina.

Em Sairé, trabalharam, em média por ano, 59 estagiários; no de Joaquim Nabuco 56; e no Glória de Goitá, 28. Quanto ao Projeto Arquipélago, de Fernando de Noronha, teve ele suas atividades interrompidas em 16 de novembro de 1974, com sua ação dificultada por vários impedimentos de força maior, sendo basicamente o transporte para o arquipélago. Ainda assim, foram enviados para lá três turmas de estudantes, perfazendo um total de 17 estagiários que, além dos serviços prestados à comunidade na área da saúde, realizaram experimentações no sentido de combater a praga da "mosca branca" que dizima os cajueiros, trabalho de considerável importância econômico-financeira, e mesmo, científica.

Os estagiários do CRUTAC, foram recrutados, em 1974, nas áreas de Medicina, Farmácia, Ciências Biomédicas, Reabilitação, Nutrição, Odontologia, Educação Física, Direito, Pedagogia, Sociologia, Geografia, Engenharia, Arquitetura, Biblioteconomia, Economia, Enfermagem, História, Secretariado e Arqueologia, o que significa que os estágios foram distribuídos por todas as áreas de ensino da UFPE. Assim, nos estágios os estudantes e seus orientadores têm oportunidade, não só de adquirir experiência prática em suas respectivas atividades, como também de prestar, às comunidades em que atuam, a ajuda que lhes é possível e das quais elas são comumente tão desprovidas, isto desde as áreas de saúde e da tecnologia, das letras e artes às ciências humanas. Para ficar em dois

exemplos que valerão por todos; na área de saúde, em Glória de Goitá, um só estudante de Odontologia que ali estagiou, atendeu, em 30 dias, a 115 pacientes.

Extensão

Pode-se afirmar que, no período 71-75, o Departamento de Extensão Cultural obteve, em profundidade e repercussão, os melhores resultados no trabalho que procurou fazer.

O Quinteto Armorial, Orquestra Armorial de Câmara realizaram intensa atividade em Pernambuco e noutros Estados brasileiros. Promovendo conferências visando divulgar e explicar as bases teóricas do trabalho cultural da UFPE. O DEC realizou ou colaborou na realização de exposições, entre as quais, por sua natureza didática, merece referência especial "O Nordeste e suas Raízes Culturais. Concluiu-se a pesquisa sobre a imprensa em Pernambuco, com a entrega de 14 originais do historiador Luiz do Nascimento à Editora Universitária. Os trabalhos de pesquisa e criação nos setores da escultura, da talha, da pintura, da cerâmica, da gravura e da tapeçaria.

A prestação de serviços foi incentivada através de convênios celebrados com Governos Estaduais, autarquias, órgãos públicos e empresas privadas, com a execução de pesquisas, estudos, assessoramento, elaboração de projetos e planos.

Os Departamentos atuaram dentro de suas áreas de especialização, utilizando a experiência e a capacidade de seus professores e dos alunos.

Os cursos de extensão foram ministrados com a indispensável participação e valiosa cooperação dos Departamentos, Unidades Universitárias e órgão Suplementares, sob a coordenação central da Pró-Reitoria para Assuntos Comunitários.

Esses cursos foram ministrados por professores locais, de outros Estados da Federação e até mesmo do exterior. Buscou-se atender, tanto quanto possível, as mais variadas áreas do saber e, ao mesmo tempo, os reclamos e interesses da comunidade.

Uma programação especial foi levada a efeito em convênio com a Fundação Centro Nacional de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho (FUNDACENTRO) para a realização de cursos de

Médicos do Trabalho e Engenheiros de Segurança do Trabalho, ambos com cargas de 360 horas e de Auxiliares de Enfermagem do Trabalho, com 123 horas, atendendo à política do Governo da República de amparo e valorização do trabalhador brasileiro.

Estágios

A Pró-Reitoria para Assuntos Comunitários coordenou um programa de estágios, buscando atender aos reclamos dos alunos e às exigências das mais modernas formas de aprendizagem e de treinamento, atendendo 637 alunos.

O sub-programa de estágios supervisionados, curriculares, foi feito em convênio com o Instituto Euvaldo Lodi, tendo um bom rendimento, atendendo a 403 alunos da UFPE, de várias áreas de conhecimento.

Educação física

As atividades de educação física e recreativas se desenvolveram sob a coordenação da Pró-Reitoria para Assuntos Acadêmicos.

Após o Decreto nº 69.450, de 1º de novembro de 1971, que tornou obrigatória a prática de educação física, desportiva e recreativa como atividade escolar regular, iniciou-se nesta Universidade um trabalho intensivo para dar-lhe cumprimento.

Com o apoio do Ministério da Educação e Desportos, através do Departamento de Educação Física e Desportos, iniciaram-se as providências para dotar a Universidade de instalações adequadas ao pleno desempenho da educação física, desportiva e recreativa obrigatória para o seu corpo discente e em apoio as atividades do Curso de Educação Física, desta Instituição.

Como resultado desse esforço, registrou-se a inauguração, no dia 21 de setembro de 1974, com a presença do Exmo. Sr. Ministro da Educação e Cultura, Senador Ney Braga, a inauguração do Núcleo de Educação Física e Desportos.

Pesquisa e Pós-Graduação

Sob a coordenação direta da Pró-Reitoria para Assuntos de Pesquisa e Pós-Graduação. A Comissão Central de Pesquisas - COCEPUFPE, que funcionava na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação foi fundamental para os programas, planos de ensino elaborados no âmbito dos Departamentos, apoiados numa política de "Bolsas de Iniciação Científica". Semelhante a usada pelas agências como CNPq, FINEP, etc.

A pesquisa científica e tecnológica, buscava melhorar o conhecimento da natureza tendo em vista sua ulterior utilização em benefício do homem, foram objeto de planos e projetos elaborados pelos professores, pelos Departamentos ou pelos Colegiados de Cursos de Pós-Graduação. Essas pesquisas apoiadas pela concessão de bolsas e auxílios concedidos pela Administração Central ou por órgãos estatais ou privados num sistema de acordo e parcerias.

O incremento das atividades de pesquisa em todas as áreas da Universidade, resultaram de projetos e planos apoiados com recursos obtidos por meio de convênios, e do admirável desempenho dos professores, imbuídos do mais legítimo espírito universitário. O Instituto de Nutrição contribuiu com mais de 80 pesquisas, muitas de repercussão internacional e de grande interesse para o problema regional da nutrição. O Instituição de Geociências realizou um trabalho notável, cobrindo toda a área do Nordeste com elevado número de pesquisas e estudos sobre perfis de solos, recursos minerais, fósseis, hidrologia, geologia mineralogia, petrologia, levantamento e zoneamento, plataforma continental, aspectos econômicos vinculados aos recursos regionais e científicos e toda a faixa de atividades compreendidas na sua área de atuação. O Instituto de Antibióticos desenvolveu pesquisas de alto nível com resultados de grande repercussão nacional e internacional. O Instituto de Biociências teve uma atuação brilhante pela qualidade de suas pesquisas, muitas revestidas de originalidade com resultados de comprovado valor científico. O Instituto de Micologia, com reputação científica de alto nível, realizou trabalhos que honram seus pesquisadores. O Centro de Energia Nuclear realizou estudos e pesquisas voltados sobretudo para a conservação de alimentos. Mutações em culturas prioritárias do Nordeste visando à quan-

tidade, á produtividade e a resistência a pragas, geoquímica de elementos do solo nordestino, utilização de traçadores radioativos em bacias hidrológicas e muitos outros aspectos beneficiados pelo desenvolvimento da física nuclear como estudos e providências para a implantação de um Centro de Excelência em Solos. Mediante convênio com a Comissão Nacional de Energia Nuclear, foi a Universidade Federal de Pernambuco, incluída no Plano Nacional de Energia Nuclear, com a execução a cargo do Departamento de Energia Nuclear, que teve seus projetos basicamente voltados para a pesquisa-aplicada de interesse da região.

O Instituto de Física apresentou uma soma apreciável de pesquisas vinculadas aos problemas mais atualizados da Física Moderna. Na Faculdade de Medicina as atividades de pesquisa cobriam toda a gama de problemas afetos aos seus Departamentos. O Laboratório de Ciências do Mar contribuiu com mais de 120 pesquisas sobre a fauna e a flora marítimas do Nordeste, a plataforma continental e estuários. A Faculdade de Arquitetura realizou um grande número de pesquisas e estudos sobre problemas urbanos, habitacionais, planejamento físico e problemas característicos do Nordeste. Na Faculdade de Ciências Econômicas foram numerosas as pesquisas e estudos sobre atuação do setor público, abastecimento alimentar, tamanho típico de unidades de produção, migrações, utilização de mão de obra, comércio exterior, ocupação de espaços, emprego setorial, estrutura sócio-econômica regional, produtividade da mão de obra e emprego no meio rural do Nordeste. As demais unidades Universitárias contribuíram também com numerosas pesquisas de alto valor científico de grande atualidade.

Seminário de Tropicologia

A Universidade, em caráter permanente, sob a coordenação, do sociólogo-antropólogo Gilberto Freyre, o Seminário de Tropicologia, com o objetivo de promover uma contribuição brasileira efetiva a sistematização em ciência, ao mesmo tempo ecológico e antropológica, de uma tropicologia que junte, de modo duplo "científico e humanístico" - estudos atualmente dispersos sobre assuntos ou problemas tropicais, acrescentando-lhes novas

perspectivas, novas indagações, novas interpretações daquele "homem situado nos trópicos" que a Sorbonne já reconheceu oficialmente constituir uma área de estudo aberta ao mundo, de modo novo e específico pelo Brasil; por pensadores e cientistas sociais brasileiros.

O Departamento de Extensão Cultural da Pró-Reitoria para Assuntos Comunitários promoveu uma série de pesquisas de natureza Artístico-Cultural, entre elas: "Pesquisas sobre objetos de arte das igrejas do Recife", "Das razões populares da música nordestina", "Da literatura de cordel ou do romanceiro popular nordestino", "Da Literatura erudita barroca do século XVIII em Pernambuco", "Sobre xilogravura popular", "Sobre tapeçaria", "Sobre pintura popular", "Sobre talha e escultura em madeira", "Sobre teatro de "mamulengo" ou teatro de fantoches nordestino", "Sobre instrumentação popular", "De trabalhos de arqueologia vinculada à feitoria Cristóvão Jacques e à localização dos sítios das batalhas em Guararapes", "Coleta de documentos históricos realizada em arquivos europeus, sobretudo na Holanda, Portugal e Espanha".

Cursos de Pós-Graduação e especialização

O aperfeiçoamento do Corpo Docente se enquadra no princípio da Educação Permanente, que assegura ao desempenho universitário um quadro de professores sempre atualizados e altamente qualificados.

O grande esforço realizado no período repercutiu de maneira surpreendente na consolidação de uma estrutura forte na área de pós-graduação, com o credenciamento de vários cursos de mestrado e doutorado e com uma política de formação de um mínimo "Stok" de "Recursos Humanos", com o envio de vários professores para cursos no exterior, hoje colhemos os frutos com a posição atual do nosso quadro docente nas diversas avaliações dos órgãos nacionais onde verificamos a percentagem que a Universidade dispõe no número de Doutores e Mestres do seu corpo docente. Para tanto, foram firmados convênios internacionais importantes com Universidades Britânicas, Norte Americanas e Alemã.

Os cursos de Especialização, destinados a desenvolver e aprofundar setores limitados do conhecimento ou de técnicas correspondentes a cursos de graduação, destacam-se aqueles com caráter interdisciplinar, que se destinam a atender a funções altamente especializadas exigidas principalmente pelos órgãos vinculados ao setor público, sobretudo na área de planejamento. Num total de 15 a 25 por ano (período 71-75).

A Universidade atualmente mantém com algumas modificações a estrutura acadêmica que teve início no período 69 a 75. A estrutura setorial implantada é bastante flexível e muito fácil de inter-agir com os segmentos externo e interno. Vários aperfeiçoamentos foram seguidos. Desde o reitorado do Professor George Browne Rego, teve início uma preocupação fundamental de aprofundarmos os estudos sobre o nosso conceito de Universidade dentro do contexto social e, administrativo princípios fundamentais de uma verdadeira integração comunidade-universidade, felizmente essa política, prossegue até hoje com o reitorados sub-sequentes, Edinaldo Bastos, Efrem Maranhão e o atual Mozart Neves Ramos. Universidade Verdadeira, "Casa do Saber", é dinâmica evoluindo rapidamente face os ganhos constantes com nosso conhecimentos, como consequência da evolução do pensamento científico e filosófico, traduzido numa integração profunda de "Saberes". Isto nos obriga a voltar aos estudos sobre a busca do mesmo ideal, dentro de uma verdadeira autonomia universitária que preserve a dignidade em todos os níveis.

Breve Memória de um Período

Paulo Frederico do Rêgo Maciel

Uma data comemorativa não me exige relato do que fiz e de muito que não consegui fazer. Disso, falam mais as obras, que são patrimônio comunitário. Prefiro considerar e agir. Na verdade, não me arrependo do esforço, para construir o Hospital das Clínicas, partindo da demolição parcial e posterior desenvolvimento do esqueleto, então abandonado há vinte anos. Tampouco de ter prosseguido o Núcleo de Processamento de Dados, que me permite, agora, ressaltar a competência e a dignidade de uma Comissão de Concorrência, para enfrentar dificuldades e insinuações, quando se adquiria um equipamento de altos custos, em termos daquele tempo.

Aprontei o Centro de Ciências Exatas, onde funcionam Departamentos dos mais relevantes da Universidade, e fiz bastante mais, em outras iniciativas, e reparos, no Campus – o Sistema de Abastecimento d'Água, por exemplo.

Também, Extra-Campus. Recordo os reparos na TV, o Circuito Interno, para os Cursos de Anatomia, e a instalação da FM Universitária.

Na Faculdade de Direito, houve concertos, preparatórios aos festejos de Sesquicentenário. Aliás, estes foram bem comemorados – de Esporte à Opera, passando por exibição de Corais e Concurso de Bandas de Música; na parte erudita, palestras e debates, inclusive com a Comissão Especial de Reforma dos Códigos de Processo, da Câmara Federal, e a empolgante Sessão Solene, com a distribuição de Medalhas de Homenagem. Só faltou, mesmo, a Condecoração concedida pela Presidência da República, a qual, por motivos incertos e não sabidos, pelo menos para mim e o Diretor da Faculdade, chegou muito tempo depois.

Dessas coisas, porém, deveriam falar as placas. Esse, no entanto, um capítulo curioso da administração brasileira: como são desprezadas, escondidas, e, até, substituídas. Lembro-me de um amigo, de quando fui Deputado Federal, que dizia fazer correções

históricas, pela leitura de placas. De minha parte, não pratico essa curiosidade, pois ao azar das circunstâncias, já verifiquei o que anoto acima: às vezes, elas nem mais aparecem, para convencer seus estudiosos dedicados.

Prefiro falar dos meus procedimentos e recordá-los, fugindo das emoções, pois tantas as tive, que a saúde exigiu parada.

O agir é campo da prudência, que não é acovardamento, é busca da correta decisão. Não sei qual o motivo, eu, antes, até que pressinto, de tanto desprezo por esse fundamento ético; se é por anti-religião, isso é tão preconceituoso quanto a anti-ciência, até porque, os estóicos e Aristóteles, já a defendiam, bem antes do Cristianismo.

Na verdade, o Reitorado é um exercício político, pratica-se a arte do possível e deve-se ter convívio com o Poder. Curioso que, os manifestantes de ogeriza a esta definição, são, corporativamente, práticos da política, escrita em letras bem miudinhas. O Reitorado exige acomodação, que é processo sociológico, e não acumpliamento, traduzindo redução moral. Também, o Reitor que não tem prestígio no Ministério da Educação, não transita pelos outros e teme os contatos com o Legislativo, não é o Reitor, não dirige, é um subserviente da tecnocracia. Aqui, não é apropriado dissertar sobre a razão de prestígio dos técnicos, nem de esmiuçar porque ultrapassam as suas competências, transformando-se em competentes defensores dos seus interesses; registra-se apenas, uma aproximação, bem conveniente, do que é a tecnocracia, com o olhar restrito à nossa. Seria luxo de erudição, as mostrações sobre o estrangeiro.

O que é fato, é que o Reitor tem que discordar, por vezes, discutir com os técnicos, pois que a própria terminologia da sua investidura traduz regência e compromisso. Do contrário, no máximo, será "o tal, politicamente correto", com as bênçãos dos tecnocratas, entre os quais alguns Reitores, cansados de aplaudir, às vezes se incluíram, até, definitivamente. Não me dói a consciência, de ter transigido, nesse particular. Apesar, do tão falado regime autoritário, discuti, como quis, e tive, sempre, a compreensão do Ministro da Educação, que me honrava com a sua amizade, e, também, de outros e, até, de Poderes outros. Não quero esgotar as

minhas páginas, para amiudar o relato desses fatos. Interessa-me, mais, um depoimento da vivência íntima universitária.

Foi, sem dúvida, difícil, em um instante politicamente rígido, quando a boa arte exigia flexibilidade. Esta, eu a procurei. Uma minoria acadêmica, que sempre aproveita a sombra do chamado Movimento Estudantil, do qual é pequena e agitada parcela não fazia oposição, fazia oposicionismo. Ia nisso, em doses misturadas o irredentismo jovial; o idealismo, por vezes grandioso, pois envolvia sacrifício; mas também, uma ingênua impressão de novas diretrizes, quando revestiam velhas, e em alguns casos, ampliando o sopro até do exterior: também, e o discurso do tempo confirmou, o desejo de ser vitrine, escondendo, tão comum quanto rasteiro, sentimento humano.

Hoje, vejo que não fiz inimigos, no máximo deixei adversários e, observo a nítida impressão de que, muitos deles, já descobriram a mitologização programada, de determinadas inteligências, a proclamação inexata de tantas coragens, o desacerto de tantos profetas, enfim, de tantos referidos à época, em termos de tanta grandeza e que, pensando bem, são simples mortais, como todos nós. Afinal, ainda não se construiu, entre nós, uma nova visão política, ainda que, aos poucos, acho, que se vai chegando, e isso, espero em Deus. No nosso Estado, infelizmente, as dicotomias radicalizantes acabaram, senão por esterilizar, ao menos por reduzir, de muito, a nossa presença cultural e econômica no Brasil, que está vindo.

Aguardo, ansioso, para bater palmas, uma recuperação, posto que, para aquele que já vai se passando, em todos os sentidos, o principal desejo deve ser: que se faça melhor do que ele próprio fez. Aqueles desencontros, serviram entretanto, para salientar a validade do pluralismo democrático, pois, então, mesmo os conflitos, se podem recompor, pela mediação. Agora, e isso é essencial, mantido o princípio da autoridade, pois, do contrário tem-se a anomia, que não é sinônimo de regime político algum.

Também, foi um momento complicado, para o convívio docente. A Reforma Universitária estava sendo terminada e, pior que seus efeitos, seria lutar, de imediato, pela reforma da Reforma. O que se tinha de fazer era acomodar, para que alguns a assimilassem, de algum modo, ainda que outros, nem isso, no que

havia de bom, sem esconder os malefícios a discutir. Ao meu ver, tem muitos equívocos. Esse foi um drama meu, quase tragédia, pois estava vivendo a força de uma destino. Não recuei, apenas não alarguei as passadas, pois eu mesmo discordava, sobretudo na estruturação da chamada área profissional. Certamente, nessa, o que de mais se precisa é de praticantes exitosos na experiência cotidiana, e, para esses, bastariam a especialização, complementada com a livre-docência, à moda antiga. Assim, seria permitido o aproveitamento de muitos valores, que ficaram fora, e o melhor proveito dos que ficaram na Universidade, com justo ressentimento.

Não falhei, e disso me regozijo, em enaltecer a contribuição, inequívoca, ao desenvolvimento brasileiro das Escolas Profissionais Superiores. Estas, pela sua agregação, é que fundaram as Universidades Brasileiras e delas, também, saíram os mestres da chamada "área pura", alguns deles notáveis vocações. Tanto estes não falharam, que muitos de seus discípulos atingiram, logo, renome internacional, uma vez doutorados. Faltaram-lhes, à aqueles batalhadores intelectuais, os títulos, adequados à Reforma e à nova praxe universitária internacional, e atingia-lhes o argumento de não frequentação à Revistas Internacionais. Cumpre, aqui, esclarecer, que muitos foram escassos, e, até não escreveram esses artigos internacionalizados, menos pelo temor dos "árbitros" das aludidas publicações, que por lhes faltarem títulos convenientes, bem como o relacionamento facilitador, para acesso às ditas Revistas. A vantagem da convivência é indiscutível, para os que alongaram os seus estudos no exterior, possibilitando-lhes integração às chamadas comunidades científicas, acertadamente valorizáveis. Entretanto, sem diabolizá-los, e, também, sem santificá-los, no relevo dessa terminologia, tem-se construído uma prestigiosa corporação. Hoje, muito distante de todos esses assuntos, acho que os "antigos", ainda, figurariam, sem desnível, em vários Departamentos. Isso, entretanto, em nada contribuiria, sobretudo para as avaliações das pós-graduações e, portanto, é "coisa julgada".

Foi sensato, também, e procurei não falhar, como também, não falharam os que me antecederam e sucederam, no aproveitamento das oportunidades, para atrair novos mestres e doutores, e procurar organizar mestrados, alguns alçados, agora, ao doutorado. Aliás, mesmo quando as opções poderia ser outras,

como ao meu ver, na área profissional, o melhor foi conciliar-se com o possível, em que vivemos, com pontos positivos e negativos, sem desmerecer a exemplaridade dos que se constituíram, em termos de hoje, notáveis exceções. Assim, se exerceu o aspecto compensatório e solidário, nesse ângulo da política.

O trauma das reformas, aumentou antigas desavenças, nas diversas áreas; gastei muito tempo, mas aí me sinto recompensado, compondo situações, que não eram só de competição, nem mesmo, de conflito, eram e foram de "briga", mesmo. Graças a esse trabalho de intermediação, fiz grandes amizades e, sei, que alguns dos referidos, se lerem esse depoimento, apressado na redação, sem retoques aperfeiçoantes, porém sincero, saberão enfiar, creio eu, com agradabilidade, as respectivas carapuças.

As denominações universitárias, foram muito questionadas, começando com a reposição do título "Faculdade de Direito", para a "Velha Escola". Seria longo avaliar como outras Faculdades e Escolas, não deveriam ter perdido suas denominações, tão honradamente reconhecidas, até porque o abandono das tradições enfraquece Pernambuco, historicamente pioneiro, em tantos aspectos.

O Diretor da Faculdade de Direito, sustentou bem a sua causa, finalmente vencedora, porém, só em termos recursais e, graças à discreta persuasão do Ministro. Ironicamente, sempre foram contra, e, até assim, votaram, representativos bacharéis em direito. Quem sabe, uma pérfida vitória da tecnocracia, em vestes pedagógicas.

Aliás, não foi só nesse episódio, que o Ministro foi muito compreensivo; também, na conservação do prédio da Faculdade de Medicina, adequadamente feito, há pouco tempo, o que comentaristas doutos relataram, com veracidade, até nos aspectos pitorescos. Devo-lhe mais, em interferências benéficas.

Na época, o prestígio para as Bolsas e para o Intercâmbio era, nitidamente, para as Ciências Exatas e da Natureza e para Tecnologia, e impunham-se alguns reparos, bem sucedidos. Não era eu contra esse prestígio, apenas contra a exclusão de outras áreas. Tanto não era adversário, que até fiz proceder um estudo de localização de uma Usina Nuclear, redigido em documento, propositalmente sigiloso; e mais, lutei por uma extensão dos Estudos

Nucleares à Medicina, no que, aliás, o Ministério foi receptivo, faltando-lhe, apenas, tempo e recurso. Felizmente, agora, com o decisivo apoio do Vice-Presidente da República, esse e outros mais extensos trabalhos estão programados na UFPE. Falhei, com muita amargura, por não conseguir apoio, para a implantação de um Laboratório de Meteorologia, pois fui sondado para isso, por estudiosos de fora; talvez, a não receptividade, tenha permitido uma mais adequada instalação na Universidade Rural, onde hoje está.

Retomando, mais explicitamente, o assunto da colaboração do Sr. Ministro, acentuo: a suplementação de recursos, para intercâmbio, na área humanística, enquanto, eu mesmo, consegui, de algumas representações estrangeiras, Bolsas nesses setores. Lembro-me, que ele meu "engulhando" como se diz na gíria, uma passagem, para um Congresso de Filosofia, cujo tema era "A Morte". O assunto não souu agradável ao temperamento do Ministro, desejoso, ao menos, de melhores presságios, ao seu ouvido.

Pelo aspecto solidário da causa, revelo, agora, o nome - Nei Braga, e só não o faço, para alguns de seus companheiros mais próximos, por evitar a enumeração reduzida e injusta, pois dele e deles, consegui suplementos, para enfrentar graves problemas de saúde, ocorridos na nossa Docência. Diversos casos, no meu período, e não me faltaram licenças, passagens para o exterior e outras ajudas, para tratamento. Estou certo que, os beneficiários e seus familiares, estão solidários nessa proclamação oportuna.

Não vou me espalhar mais. Cessou o fôlego, e tenho limitações de espaço tipográfico. Quero, apenas, dizer, que não sou nostálgico de passado, nem crítico de presente. Nas questões de tempo decorrido, não desenvolvo juízos valorativos, constato diferenças. Fiz o que pude fazer, e, se mais não consegui, é por não ter sabido, nunca por haver aspirado. Guardo várias lembranças boas, entre algumas muito sofridas; mas valeu!

Quanto às realizações materiais, que propositadamente, abreviei, na memória, sinto falta, apenas, da Capela Ecumênica. Na época, teria precedência; agora, outras Universidades já a adotaram. O projeto arquitetônico era adequado e a construção plausível. Faltaram tempo e dinheiro. Hoje, na minha quase esquisofrenia, pois sou um carente da noção de espaço, já não localizo a pedra

fundamental, porém outros, diletos amigos e colaboradores, ainda saberão fazê-lo.

Fico, porém, regozijado em ver, no Campus, a Concha Acústica. Até dos meus mais íntimos, guardei segredo de que poderia arranjar um saldo de verba, no MEC, para iniciá-la, ao final da minha gestão, pois estava certo, que sucessores a concluiriam. Não resisti, porém, à pressão estudantil, para melhoramento do Refeitório - não sei porque este me perseguiu, eu, que sempre comi muito pouco. Felizmente, dezessete anos depois, ela está lá, melhor do que planejei, e, em lugar mais ou menos idêntico.

Volto "à pressão pró-Refeitório". Na inauguração do castelo de reforço do abastecimento e tratamento da água do Campus, decidi que não seria festiva. Estavam uns poucos, entre os quais a minha mulher, que atuou, muito, no período nas Casas de Estudante, ouvindo explicações do Pró-Reitor Comunitário. De repente, vimos um pequeno e rumuroso grupo se deslocando, sob uma bandeira branca.

Ainda bem, que a cor era de paz, mas tinha uma legenda: Água, não! Queremos é feijão! Feijão! Feijão!
Ah, feijão perturbador. Não era, decididamente, o feijão amigo do convívio nordestino.

Ao contrário desses contratempos, do funcionalismo, sempre tive cooperação e estímulo. Procurei atendê-los, com a colaboração de minha mulher, que conviveu com seus representantes, para formulação de projetos, que assim, adquiriram feição participativa. A ASU teve sua sede no Campus; os esportes competitivos, bem como os de preparação física, foram estimulados; também o acesso aos serviços hospitalares e implantação de pesquisa para avaliação dos pleitos.

Mas, retomo a narrativa dos azares. Poucos dias depois da inauguração conturbada, estava numa reunião com representantes da área de Química - Fundamental, Industrial e Engenharia Química - com um conselheiro do CNPq e dois ilustres professores, um de São Paulo e outro de Minas Gerais. Faltava, antes da turbacão ocorrida, um protocolo final, para instituir a Pós-Graduação em Química Fundamental, o que, felizmente, foi feito por um dos meus sucessores e em alto nível. Naquele dia, porém, não foi possível definições. Entrou, a certa altura, meu Chefe de Gabinete, educado,

discreto e experiente, e comunicou-me, que se impunha o meu comparecimento, para serenar os ânimos de um protesto estudantil. Ele conseguira adiar, ao máximo, mas era reclamada a presença maior. Qual era a reclamação: o feijão queimou! Confesso, fiquei completamente desbaratado, talvez por ser de uma geração machista, que nada entende de cozinha. Felizmente, o Chefe do Refeitório encontrou a solução. Apesar do aspecto pilhérico, extraí, daí, uma lição de filosofia-político-administrativa: Quixotes, nunca marcham sem os Sanchos. É preciso muita reforma; mas, a condição básica é, mesmo, o feijão. Que haja! Aleluia! Amém!

50 Anos da UFPE - Uma Análise Retrospectiva da Instituição e Seu Contexto

George Browne Rêgo

Pedi-me o Professor Geraldo Pereira, que apresentasse, sob a forma de um artigo, um depoimento sobre a história da Universidade Federal de Pernambuco, que, neste ano de 1996, comemora o seu cinquentenário. Cumulou-me o atual Vice-Reitor deste honroso encargo, em função de ter sido eu um Reitor dessa instituição e como tal ter tido a honra de dirigi-la, durante o período 1983-1987.

Procurar-se-á, portanto, neste relato, privilegiar o aludido quadriênio — sem, contudo, perder-se de vista a integralidade do processo evolutivo no qual a instituição emergiu e se desenvolveu. Para tanto, objetiva-se fugir do fragmentário e perfilhar uma rota que facilite a tessitura de certas articulações que possibilitem tornar mais coerente, inteligível e contextualizada a compreensão da sua história. Há, por conseguinte, uma clara intenção de evitar-se, tanto quanto possível, que este depoimento sobre a Universidade Federal de Pernambuco reduza-se, tão somente, a uma análise superficial e isolada de aspectos da sua existência; ou a uma biografia composta, meramente, de uma cronológica justaposição das suas realizações e deficiências, ou, ainda, que se atenha, apenas, à narração de eventos associados à história de indivíduos ou grupos que, em última análise, consciente ou inconscientemente, podem, apenas, induzir o culto de alguma personalidade ou, quando não, de instituições isoladas.

Um outro aspecto, de caráter subjetivo, mas que, nem por isso, deixa igualmente de merecer alguma atenção é o fato de que, o narrador esteve, durante a maior parte da sua existência, visceralmente envolvido com a Universidade Federal de Pernambuco participando, sempre que lhe foi possível, de uma considerável parcela da sua história. Deve-se, por isso, reconhecer que as suas considerações e julgamentos sobre ela, não defluem, primordialmente, de uma postura cientificizante de um observador que

pretende analisar o objeto de suas investigações com o máximo de imparcialidade. Elas são, numa considerável medida, inspiradas por um profundo amor e zelo que desde jovem cultivou por essa Instituição. Tais sentimentos, tornaram-se, inclusive, estimulantes ingredientes para quem viesse a se interessar pelo estudo das raízes histórico-filosóficas que deram origem à própria concepção de Universidade. O objetivo desta advertência é o de prevenir os leitores no sentido de que, certamente, poderão vislumbrar, ao longo dessa exposição, um misto de racionalidade e sentimentalidade, de pensamento e de vivência, de entendimento e de compreensão. Mas, nem por isso, há aqui o propósito de apresentar, propriamente, uma explicação e, muito menos, uma escusa, sobre a presença desses elementos não racionais envolvidos na sua narrativa. Da imagem da Universidade como a vejo, ou melhor, como a sinto, até porque sentimentos representam algo profundamente humano, a alguma coisa que, não se explica, mas, simplesmente, se vivencia. Ademais, parece ser cada vez mais firme a convicção, entre os integrantes de uma corrente filosófica à qual o autor deste trabalho, indiscutivelmente, se filia, de que o discurso puramente lógico e objetivado, o discurso científico-positivista, que não incorpora qualquer argumentação a partir do próprio eu, ou seja, dos elementos da pura subjetividade — especialmente em se tratando de problemas da esfera do humano e do social — é um discurso insuficiente, porque baseado apenas em fatos. E, como dizia Edmund Husserl, "as meras ciências de fato criam, apenas, meros homens de fato." Portanto, quando se trata de historiar uma realidade determinada, como é aqui o caso, tem-se que estar atento para o problema da relação entre esta mesma realidade e a história. Isto porque as coisas que pretendemos conhecer e descrever, como já se antecipou, se dão, para nós, primeiramente, como um puro ingrediente da nossa vida individual e privada e da nossa própria circunstância. Mas esta, por seu turno, se insere igualmente no, e interage diretamente com o conjunto de outras circunstâncias pessoais, totalizando, assim, um somatório de perspectivas possíveis e dando lugar a uma variedade de interpretações sobre o fato e sua conceituação. Por exemplo, de um ponto de vista do objeto real "casa", ele tem uma conotação diferente em relação a mim, a um presidiário a um sem-teto, a um corretor de imóveis, a um exilado

ou a um colecionador. Daí não se poder confundir o conceito com a imagem, pois, nenhuma verdade, vista sob um ângulo circunstancial específico, esgota a realidade, uma vez que esta, para se tornar verdade objetiva e humanamente possível, terá que se fundir com todas as outras verdades possíveis também objetivas, decorrentes da totalidade das perspectivas. Em síntese, para que se amplie a compreensão da realidade histórica, não se pode desconsiderar, na sua narração, o mundo das finalidades e das intenções, pois elas não só antecedem, mas, sobretudo, fundam o universo da racionalidade e da ciência. Essas condições pré-categoriais à lógica do discurso científico, são aquilo que, na linguagem fenomenológica, se intitula de *Lebenswelt*, ou "O Mundo da Vida".

Portanto, ao tentar cumprir a missão que lhe foi atribuída, o autor, naturalmente, procurará enriquecer a sua interpretação com elementos intencionais, valores e ideais, constitutivos de outras interpretações que também se preocuparam com a questão da Universidade. A partir de um possível somatório desses elementos é possível delinear uma espécie de utopia. Algo que, analogamente, corresponderia àquilo que magistralmente Robert Hutchins designou de *University of Utopia*. Um ideal de instituição que esteja destinada não apenas a produzir conhecimento, porém, mais do que isso, infundir e difundir sabedoria. Uma instituição que tenha o mínimo de condições para preservar a livre discussão e o criticismo inteligentes, cultuando tais valores como a mais segura garantia contra os ataques dos Filisteus, sejam eles arautos do autoritarismo ou de um voluptuoso imediatismo daqueles mercadores da cultura e do saber. Uma instituição que apoie as mudanças, mas que o faça discutindo-as criticamente, para que, assim, tenha as necessárias condições de vislumbrar, pela via da inteligência, quais os rumos que tais mudanças podem tomar e, sobretudo, que consequências poderão delas advir. Esta, parece, provavelmente, uma via pela qual poder-se-ia procurar alcançar — respeitados os compromissos, suscitados pelos condicionamentos sócio-culturais e as perspectivas e convicções pessoais dos que integram a sua comunidade — um entendimento mais efetivo e integrado da própria idéia de Universidade. Resultado, por conseguinte, de uma certa síntese, extraída do seio da sua natural diversidade de intencionalidades.

Um mínimo consensual, diga-se assim, em torno de determinados pressupostos, impostergáveis a uma instituição dessa natureza. Mais especificamente, o efetivar-se deste desiderato representaria descobrir uma linha de convergência e um núcleo da fidelidade em torno dos quais a comunidade acadêmica, intelectual e eticamente, unir-se-ia e atuaria, para defender e preservar a dignidade e a autenticidade da instituição universitária.

Isto, neste momento, parece ser crucial, pois, embora tenha, até agora, sobrevivido por praticamente nove séculos, a Universidade vem, num crescendo, particularmente no Brasil, sendo assaltada por perniciosas provocações, inclusive por parte do próprio poder público; sendo questionada pejorativamente do ponto de vista das suas finalidades; sendo combatida virulentamente pelos pragmáticos de plantão. Torna-se então imperativo e urgente, neste fim de século em que predominam a angústia e a incerteza, que a comunidade acadêmica procure descobrir este território comum no qual se possa formular, sem violentar circunstancialidades e intencionalidades em torno de certos princípios, uma mensagem de fé, uma filosofia de ação que sirva como força motivadora à recuperação da nossa Universidade e, por extensão, da própria Universidade brasileira.

Embora não seja apenas a Universidade que careça dessa arregimentação, no seu caso, todavia, isto se torna bem mais imperativo, uma vez que ela constitui, pela sua dimensão intelectual e seu caráter crítico, o alvo mais visado pelos governos que costumam associar crítica inteligente à oposição sistemática. No caso brasileiro a impressão que se tem é que há uma afinada orquestração no sentido de invalidar as condições do exercício dessa crítica, essencialíssima a uma sociedade que se pretende aberta ao diálogo e às mudanças. E dentre os mais notórios partícipes desse bloqueio encontram-se, de um lado o próprio governo e de outro, uma parcela da mídia nacional. Aquele, com frequência, restringindo as ações e os meios indispensáveis ao seu pleno exercício, quando não utilizando mecanismos de punição contra as instituições universitárias públicas e seus integrantes; esta, divulgando, não raro, de forma deturpada ou capiciosa suas mazelas, sem dar qualquer relevo ou mesmo o mínimo de reconhecimento às suas virtudes.

Mas há, igualmente, por razões de justiça, de se reconhecer que tais ações repressivas não se restringem, apenas, às Universidades. Elas se direcionam, também, "modus in rebus", a outras instituições igualmente relevantes, de preferência aquelas envolvidas com problemas da área social. Ao afetar os seus interesses maiores essa política se conflita, em última análise, com os da própria nação. Por isso é fundamental que as lideranças nacionais conscientes, políticas e intelectuais se mobilizem como um todo na defesa dos valores e da autonomia das suas instituições públicas. É curioso, para não dizer paradoxal, observar que essas ações repressivas são, com frequência, perpetradas por um poder que alega fazê-lo por estar investido do manto de uma legitimidade, a qual não se auto-impõe limites ao seu poder de mando. Extrapola, dessa maneira, a delegação que, pelo consentimento do povo lhe foi deferida, chegando mesmo, em algumas hipóteses, a violentar, ostensivamente, leis e princípios constitucionais.

É um dever do indivíduo que vive e participa de um regime democrático não se omitir diante desses fatos, porque eles, antes de tudo, violentam a própria consciência cívica da nação. Isto se torna tanto mais imperativo quando relacionado à elite culta de qualquer país. A esta cumpre, antes do que a qualquer setor da sociedade, pela sua possibilidade de entender, de forma mais profunda e abrangente o significado das concepções e os seus eventuais efeitos, a indeclinável missão de manifestar-se, de modo livre, claro e corajoso sobre tais concepções e rumos. Em sociedades autenticamente democráticas esse papel desempenhado pelas instituições intelectuais e culturais é tomado em séria consideração pelos próprios estamentos decisórios do governo e da comunidade. Estes, consideram-nas, figurativamente, como espécies de faróis que, autonomamente, assentindo ou criticando, são capazes de lançar luz mais contributiva à visualização dos planos de reforma social e aos seus possíveis prognósticos.

A história tem demonstrado quão nocivo por vezes se afigura o permitir-se, por temor ou omissão, que os destinos do povo e da nação sejam integralmente depositados nas mãos enrijecidas e insensíveis da todo-poderosa tecnoburocracia, que, através de uma mídia desenhada exclusivamente para justificá-la, é capaz de manipular mentes e corações. Tais temores e omissões

para nada mais servem senão para comprometer o salutar hábito de melhor ouvir isentas e qualificadas instâncias da sociais, como é o caso da Universidade, via o concurso da sua intelectualidade. Mas a história tem também ensinado que, em certas situações críticas da vida nacional, alguns países foram capazes de superar a apatia e o conformismo, animados pelas palavras e pelas ações das suas lideranças intelectuais (científicas, literárias, políticas) na defesa das suas instituições. Exemplos inesquecíveis de sacrifício e coragem emergiram desses, porta-vozes e timoneiros de renovadoras mensagens de fé, visando à valorização e soerguimento do valores sociais e espirituais da nacionalidade.

À guisa de ilustração, poder-se-ia aqui evocar um dos mais dramáticos e também dos mais belos testemunhos desse tipo de liderança: o do pensador e poeta Charles Péguy. Um verdadeiro herói que não mediu sacrifícios na defesa do seu povo e do seu país. Um apóstolo do reencontro da nação com a sua dignidade, com a essência da sua história. A sua mensagem, proferida em *Um Novo Teólogo*, metaforicamente permite que se possa ter uma noção de, em que medida o papel dos intelectuais pode tornar-se relevante à conscientização e participação dos indivíduos na preservação dos seus mais caros valores e na defesa das suas mais sólidas instituições. Referindo-se à fé cristã, que urgia ser revigorada, num momento em que forças destruidoras ameaçavam devastar à sua pátria e dissolver uma das suas mais nobres tradições, Péguy assim se manifestava: "Trata-se da simples questão de saber se as nossas fidelidades modernas - quero dizer, as nossas fidelidades cristãs - mergulhadas no mundo moderno, assaltadas, batidas por todos os ventos, combatidas por tantas provocações, mas que passaram intactas através desses dois séculos de experiências intelectuais, não retiraram de tudo isto uma singular beleza, uma beleza ainda não obtida, e uma singular grandeza aos olhos de Deus... As nossas fidelidades são cidadelas... Essas cruzadas que arrastavam povos, que lançavam os continentes uns contra os outros... Refluíram até à nossa época, entraram mesmo nas nossas casas... O mais insignificante de nós é literalmente um cruzado... Todos nós somos vagas batidas por interminável tempestade e as nossas casas são todas elas fortalezas no mar."

Para encerrar esta breve introdução, caberia ainda ressaltar o seguinte: a estratégia que será aqui utilizada de, sempre que possível, confrontar o suscinto relato da história da UFPE., com a pré-falada noção de Universidade Utopia, traduz, consequentemente, o firme propósito de se procurar contribuir, de alguma forma, para a con-solidação de uma cruzada em defesa da personalidade e dos supremos valores da cultura e do espírito da nossa Universidade e, por extensão, os da universidade pública brasileira em geral.

A Universidade Federal de Pernambuco começou a sua real existência há cinquenta anos, sob a designação de Universidade do Recife. Formalmente, sua criação se deveu a um ato do Presidente da República, Marechal Eurico Gaspar Dutra. Um Decreto de 08 de outubro de 1946, assegurou-lhe o primeiro Estatuto, sendo Ministro da Educação e Saúde o Professor Ernesto de Souza Campos.

O fato de ter sido criada sob os ventos da redemocratização, propriamente, não a relaciona com os ideais e as motivações desse mesmo movimento. Infelizmente, no Brasil, as Universidades não nasceram como decorrência de uma genuína vontade política nacional, nem tampouco como de uma amadurecida consequência de pressões imperativas da intelectualidade e da cultura nacionais. Elas aparecem como que mecanicamente. Produtos do artificialismo político, de gestões oportunistas deste ou daquele parlamentar ou político local influente, para contemplar ou recompensar este ou aquele grupo. Aliás, desde a criação da primeira delas, a do Rio de Janeiro, cuja história, até hoje, está ligada ao anedótico episódio de que o móvel da sua origem fora, simplesmente, a necessidade de outorgar um título "Honoris Causa" ao Rei da Bélgica, as que se seguiram, subordinaram-se àqueles mesmos critérios e as suas respectivas criações também independeram da existência ou não de regimes democráticos que estivessem atentos ou mesmo profundamente interessados na criação de um sistema universitário nacional.

A esta indiferença dos poderes governamentais brasileiros em relação à Universidade e ao papel que deveria desempenhar como formadora e criadora de um saber científico, técnico e cultural elevado — papel já reconhecido e consagrado em civilizações mais amadurecidas — acresça-se um outro fator

prejudicial, não apenas ao funcionamento e à eficácia do sistema educacional, mas de toda vida pública. Trata-se da forma como a legislação nacional é constituída e aplicada. Ocorre que há no país uma praxe, sedimentada desde a formação da nossa própria nacionalidade, segundo a qual ao Executivo se atribui poderes excepcionais. Esta praxe, uma vez instituída, se foi incorporando aos textos constitucionais e à legislação ordinária, percorrendo, como um fio condutor, toda a história institucional do país. O primeiro e um dos mais ilustrativos exemplos da nossa história, desde a Independência foi o de 1824, quando o voluntarioso e temperamental D. Pedro I, dissolveu a Assembléia Constituinte, decretando, em sucessivo, ele próprio, a primeira Constituição Brasileira. A partir de então, velada ou manifestamente, resíduos desses dispositivos discricionários e draconianos, encontram-se infiltrados na nossa legislação. Variam, naturalmente, em volume, intensidade e nível de explicitação, de acordo com a época, a situação política e a forma de governo vigente. Essa pista única para imprimir velocidade às decisões governamentais constitui, portanto, para os dirigentes, a oportunidade de se utilizarem, como que personalisticamente, desses instrumentos, para impor as suas idéias e planos. Essa é a maneira mais fácil de evitar canais dialógicos, que, provavelmente, demandariam um maior espaço de tempo e permitiriam submeter tais decisões a outras instâncias do poder. Esse arejamento democrático certamente implicaria no risco de ter tais projetos reformulados ou simplesmente rejeitados. Tal risco este que os dirigentes preferem não correr, mesmo que isto implique numa agressão à democracia. São os Decretos, Decretos-Lei, Portarias, Recomendações, Medidas Provisórias e outros artificios, cada um com a indumentária e a linguagem do espírito do seu tempo. Por mais justo e bem intencionado que seja o uso de tais instrumentos, o fato é que ainda guardamos resquícios da concepção do Déspota Esclarecido. Essas praticas intervencionistas — questionáveis para quem vê na divisão e no equilíbrio entre os poderes do Estado um pressuposto inalienável da democracia e do império da lei e da justiça — não só favorecem o exercício centralizado do poder mas acenam para o fascínio do seu continuísmo. Infelizmente, até agora, a força do seu condicionamento é bem mais poderosa do que as tentativas de mudança. As

experiências de democratização vivenciadas até hoje no país, não foram suficientemente fortes para romper com essa antitética tradição. Não é por acaso que o movimento de 30 teve origem nos quartéis; que Getúlio Vargas é um remanescente desse grupo; que o candidato eleito para o regime constitucional de 46 foi um dentre os dois gerais candidatos. O golpe militar de 1964 procurou, ainda que tímida e formalmente, preservar alguns princípios da Carta de 46, enquanto que a Constituição Cidadã de 1988, acolhe a discricionária utilização das chamadas Medidas Provisórias.

Os impactos dessas mazelas da administração pública brasileira sobre os problemas de natureza social são contundentes. No caso da educação e particularmente o da superior, objeto último desse estudo, até o momento, o sistema universitário brasileiro ainda não conviveu com a difícil mas indispensável conciliação entre a autonomia das suas instituições — fundamental à caracterização da sua personalidade e ao exercício das suas funções superiores — e uma salutar e equilibrada interveniência do poder central. Pertinentes se afiguram as palavras de Anísio Teixeira, ao analisar a natureza e a função da administração pública brasileira, num artigo intitulado "A Administração Pública e a Educação", quando afirma que a administração geral centralizada e uniformizada é antes de tudo profundamente antidemocrática e tem efeitos onímodos sobre os serviços públicos, inclusive a educação. "A peculiaridade da grande organização monolítica brasileira — a do nosso governo federal, consiste na força de inércia ou na feição estática da organização brasileira." E, prosseguindo afirma, "transformou-se todo o governo federal em um 'organismo' único, em rigor uma única repartição, cujo diretor geral seria o Presidente da República;" (...) "Como, porém, 'organização' não é 'organismo', os detentores dos 'meios' ficaram efetivamente com a força, o poder, e os dos 'fins', com a veledade e a impotência."

Desta sorte, o contexto sócio-político e jurídico, dentro do qual as primeiras universidades públicas emergiram, evidentemente, não abria perspectivas flexíveis para que elas assumissem plenamente, na sua forma e na sua organização, o papel de instituições hábeis a arrostar as dificuldades advindas do pós-guerra e os inadiáveis requerimentos por ele acarretados no campo da cultura, da ciência e da tecnologia. Com raríssimas e honrosas

exceções, a esmagadora maioria inclinou-se, nos seus primórdios, muito mais para os ritos e as formalidades da rotina e da pompa universitárias do que mesmo para o desenvolvimento de uma consciência crítico-criativa que as induzisse às suas autênticas funções institucionais e a uma mais efetiva participação nos problemas sociais e culturais mais vivos e candentes do meio em que se circunscravam. Caracterizaram-se, desse modo, por uma certa timidez e por uma espécie de zelo pela eficiência e funcionamento institucional, meramente burocráticos. Do ponto de vista da sua produção acadêmica, o grande volume era ainda oriundo das tradicionais unidades que a compunham. Quanto à pesquisa sua produção era exigua; limitava-se a um pequeno grupo de idealistas que, sem infra-estrutura adequada, nem o indispensável apoio institucional, mesmo assim operavam verdadeiros milagres. Por conta desses problemas as universidades brasileiras foram, não raro, inquinadas pelas agências de desenvolvimento social e por uma parcela da própria população, de ausentes, alienadas, dissociadas das necessidades e dos grandes problemas locais, regionais e nacionais.

Seguindo as pegadas das que a antecederam, a Universidade Federal de Pernambuco vem à luz através de um aglomerado de Instituições tradicionais, como a Faculdade de Direito do Recife (1827); a Escola de Engenharia (1895); a Faculdade de Medicina e seus cursos anexos de Farmácia e Odontologia (1920); a Escola de Belas Artes (1932) e, finalmente, a Faculdade de Filosofia do Recife, Instituição confessional privada, dirigida pela Ordem das Dorotéias (1941) e que se incorporou à nascente instituição em face de exigência legal que condicionava a criação de universidades no Brasil à existência de uma Faculdade de Filosofia. (Resquícios da famosa Lei Francisco de Campos de 1931.) Apesar de tratar-se de uma Instituição recém-criada, sua autonomia e os seus objetivos didáticos e científicos já se encontravam delineados e assegurados no Decreto que a instituiu e no primeiro Estatuto que a regulamentou. Todavia, a tarefa básica a ocupar boa parte do tempo e do esforço dos dirigentes da nova Universidade consistia em encontrar um "modus vivendi" que a permitisse conviver com a tradição herdada das antigas Faculdades, com um passado que, a rigor, propriamente não lhe pertencia. A Universidade do Recife era

como que uma abstração uma categoria formal, procurando abrigar conteúdos que existiam isolada e auto-suficientemente. Coalisões de grupos, cooptações com lideranças acadêmicas, negociações nas disputas por cargos de direção superior — a exemplo dos de Diretor de Faculdade, além dos polêmicos e famigerados Concursos para Catedráticos — faziam parte de uma complexa fórmula pela qual se pretendia metabolizar organicamente um sistema cujos órgãos integrantes denotavam indícios de rejeição. Nos bastidores da política universitária, travava-se, então, uma batalha surda entre as antigas Instituições isoladas e a Reitoria, batalha esta, hoje, bem mais amortecida, embora ainda não de todo resolvida.

Com efeito, as aludidas instituições isoladas — o que é bastante compreensível — não pretendiam abrir mão da sua tradição e respeitabilidade, asseguradas que eram por intermédio de um ensino de boa qualidade, e pela sua proficiência em preparar a própria elite dominante e a classe média composta de funcionários públicos, de profissionais eficientes e de eruditos. Atividades que se compatibilizavam e serviam de força consolidadora à preservação, em última análise, dos interesses das classes econômica e socialmente privilegiadas. Mas, afinal de contas, bem ou mal, essas tradicionais Instituições de ensino superior constituíam quase que exclusivamente o único veículo de ascensão da classe média, além de ser o mais significativo e funcional de que o país dispunha para valorizar e emprestar relevância social às suas elites. Deferir, portanto, a sua autonomia e o seu prestígio a uma universidade incipiente — supunham os líderes das vestustas Faculdades — cuja funcionalidade e reconhecimento sociais, particularmente aqui no Brasil, ainda eram duvidosos, constituía um alto risco. Afinal de contas, tratava-se de uma Instituição ainda não submetida ao crivo da história e da tradição.

Embora os partidários da irreversibilidade do fenômeno histórico, não admitam especulações em torno de cursos alternativos de eventos já ocorridos, tais especulações não podem ser meramente inquinadas de puros exercícios idealistas. Antes, elas também representam um espaço de compreensão mais crítica para possíveis visões alternativas e seus respectivos desdobramentos.

Dentro deste raciocínio não é defeso admitir que, caso os políticos e educadores brasileiros tivessem preservado a continuidade histórica das tradicionais instituições de ensino superior, sem pretender subordiná-las ao novo sistema universitário, provavelmente, poder-se-ia, a partir da definição de papéis mais específicos e sobretudo mais adequados à natureza de cada uma das respectivas Instituições, obter uma convivência mais harmônica e até, quem sabe, um clima mais propício a um maior entendimento e mútua cooperação entre elas.

Esses problemas crônicos que se inserem na origem da universidade brasileira de modo geral e na nossa em particular, sendo estruturais, habitam as raízes do próprio processo de formação de toda a cultura nacional. Todavia eles representam apenas uma das faces de *Janus*. Aquela concernente às forças imemoriais imponderáveis às quais de uma forma, pode-se dizer, inconsciente, condicionam os comportamentos individuais e coletivos de um povo.

Há, contudo, uma outra face: aquela que reage e se opõe à rotina, ao formalismo, à repetição. É aquela na qual o sentido de continuidade esbarra no reconhecimento da sua própria circunstância. Ela tem origem nas ações de alguns líderes que aprenderam não apenas a conviver com o presente, mas, inteligentemente, a recortar da parafernália dos erros e vícios do passado, algumas lições sábias e nobres que resultaram em atitudes autenticamente renovadoras. Embora partilhando desse mesmo passado, eles foram capazes de, com criatividade, respeitar a tradição e até dar-lhe continuidade, sem contudo repetir o que já fora feito, mas fazendo exatamente, de um modo diferente dela, aquilo que a partir de então precisava ser feito. Ou seja, agindo do modo como o seu aqui e agora o permitiam e em função dos limites e possibilidades que, no seu tempo, e nas suas respectivas épocas e circunstâncias, lhes foi possível fazer.

Houve na Universidade Federal de Pernambuco alguns indivíduos, cujas ações, numa certa medida, se aproximaram desse desiderato. O fato de se mencionar, aqui, apenas um pequeno número deles não significa que muitos outros não tenham méritos equivalentes ou mesmo superiores. O autor decidiu-se por mencionar somente alguns com os quais mais conviveu e colaborou

(exceto aquele que foi o pioneiro e representa um símbolo da Instituição). Também o destaque não implica que essas pessoas tenham sido impecáveis. Muitos cometeram sérios erros, cederam, algumas vezes, por fraqueza, a pressões externas de forças muito poderosas; foram, certamente, em outras, aqui e ali, insensíveis, ou mesmo se opuseram às reivindicações, aos anseios e às angústias da sua própria comunidade. São humanos, como todos nós! Mas tiveram suas grandezas. Portanto, embora não se desconheça que tais erros efetivamente ocorreram, (e já foram, implícita e implicitamente aqui referenciados) esta sintética história comemorativa dos cinquenta anos da UFPE, tem muito mais o propósito de interpretar esses atores sob a ótica das suas respectivas ações, na medida em que elas, efetivamente, contribuíram para edificar e dar continuidade à Instituição. Nunca, entretanto para endeusá-los, nem tampouco exculpá-los das suas responsabilidades.

Neste sentido, referência especial deve ser conferida ao primeiro Reitor da Universidade Federal de Pernambuco, Professor Joaquim Amazonas. Sendo um professor da Faculdade de Direito, Joaquim Amazonas pode ser considerado, figurativamente o grande arquiteto da estrutura física e intelectual da nascente Universidade do Recife. Foi ele que adquiriu esta belíssima área onde se instalou o "campus" universitário, um antigo engenho de açúcar, cujo bairro ainda guarda a designação de "Engenho do Meio". Ele foi, igualmente, um hábil diplomata no trato dos problemas inter e intra-institucionais, na medida em que, paralelamente, apesar das inúmeras dificuldades foi capaz de pacientemente e inteligentemente, negociar um "modus vivendi" com os poderosos catedráticos ligados às tradicionais Faculdades Isoladas — inclusive a sua própria — inconformados estes com a possibilidade de dividirem o poder com uma instituição nova considerada incipiente, embora formalmente destinada a abranger, coordenar e manter aquelas vetustas e prestigiosas faculdades. A ele sucedeu João Alfredo da Costa Lima, em cuja gestão o autor deste trabalho foi, mediante seleção, nomeado para a Universidade. Homem austero e próbo, médico competente e culto, sua presença transparecia uma natural dignidade que impunha um misto de respeito e admiração. Teve como seu Vice-Reitor, um dos homens mais íntegros e respeitados da história da Universidade: O Professor Newton da Silva Maia,

Professor da Escola de Engenharia e também seu Diretor. O Reitorado do Professor João Alfredo foi, com efeito, o primeiro a tentar desenvolver ações que objetivavam engajar, institucionalmente a Universidade na luta contra os críticos problemas sociais do Estado e da região. Em 1962, foi criado o Serviço de Extensão Cultural, principal veículo dessas ações. Em torno dele, um grupo de intelectuais, congregando, dentre outros, Luiz Costa Lima, José Laurênio de Melo, Jarbas Maciel, Paulo Freire, procurou desenvolver de forma participativa ações institucionais que inserissem a Universidade no mundo e nos problemas do seu meio e da sua cultura. Destacaram-se, dentre os diversos projetos ali iniciados o Programa de Alfabetização com a utilização do Método Paulo Freire, cuja filosofia consistia em contribuir para transformar o que se considerava o homem manipulado pelo poder do capital e alienado politicamente, em sujeito, consciente e responsável pela sua própria história. Para isto, seria necessário, segundo o referido método, desenvolver uma pedagogia da conscientização que serviria a um desvelar do sistema social e político opressor, redutor do indivíduo à condição de objeto. Vem à luz então a famosa pedagogia do oprimido, baseada numa comunicação dialógica, em que educando e educador, em conjunto, debruçam-se sobre os problemas da vida cotidiana, com vistas a tornar o educando, mediante a decodificação da própria linguagem, consciente das formas de exploração e alienação e como combatê-las.

Essa estimulante experiência foi, todavia, episódica. O golpe militar de 1964 cuidou de extingui-la e, por conta dela, basicamente, o próprio Reitor João Alfredo e posteriormente o seu Vice Newton Maia, foram compulsoriamente aposentados. É curioso observar que nos três anos e pouco desse Reitorado o país vivenciou dois governos diferentes quanto a natureza, mas, numa certa medida assemelhados na forma e no estilo. O primeiro decorrente da eleição do Presidente Jânio da Silva Quadros. Sua política externa de governo sempre se afigurou estranha, pouco compreensível, ambígua. Ora deixava indícios de que se pretendia consolidar um intransigente nacionalismo, ora de concessões ao internacionalismo e ao imperialismo. A nível interno, o Presidente, com sua vocação autoritária, procurava, personalisticamente, controlar todo o aparato governamental. O que mais se destacava dentre as suas

idiossincrasias era a sua verdadeira obsessão contra os chamados desonestos, corruptos, os quais ele vislumbrava a cada esquina. Munido assim de formalismo ético praticamente patológico, seu principal alvo tornou-se o serviço público brasileiro e os seus funcionários, os quais ele considerava sem exceção, imorais e ineficientes. Decretos e bilhetinhos pululavam, chegando ao ridículo de proibir o uso de lança-perfumes ou a determinar as indumentárias a serem utilizadas pelos funcionários públicos. O segundo foi o regime militar de 1964. Este não teve a mínima contemplação com aqueles que considerava "corruptos" e "subversivos". Professores e demais lideranças intelectuais e políticas constituíam seu alvo preferido. Foi também pródigo em cassar governadores, parlamentares e funcionários públicos de modo geral. Especialmente aqueles que tivessem a ousadia de se opor ao regime ou mesmo, em alguns casos, criticá-lo. O impacto desses dois governos sobre a Universidade foi considerável. Insegurança, autoritarismo, violência, acarretaram, de imediato, uma profunda instabilidade institucional e que se tornaram cronicamente duradouros, face à procrastinação no tempo do aludido regime militar de 1964.

Não há como negar que inicialmente, o governo militar investiu maciçamente em educação. Houve, em termos quantitativos, uma enorme expansão do sistema de ensino superior, acompanhado de um considerável canalização de recursos destinados à formação de pós-graduados no estrangeiro, particularmente nos Estados Unidos. Apesar disso, a qualidade das nossas universidades se deteriorava, primeiro porque, os investimentos canalizados à pesquisa e à pós-graduação só poderiam surtir efeitos a médio e longo prazos e depois porque instituiu-se uma política demagógica e altamente perniciosa de reprodução não racional de cursos e de instituições de ensino superior privadas, que conduziam quase que meteoricamente a uma massificação do ensino.

Apesar de todos esses obstáculos a Universidade Federal de Pernambuco conseguiu, ao longo desse período sedimentar algumas proficuas realizações. Em 1963, sob a liderança lúcida e equilibrada do Professor Gilberto Osório de Andrade foram aprovados os novos Estatutos da UFPE, criando-se, nesta oportunidade, um novo elenco

de Faculdades, Escolas e Órgãos Suplementares, além dos Institutos Centrais e Especializados, primeira forma de institucionalização da pesquisa no âmbito da Universidade. É verdade que muitos desses Institutos representavam, fundamentalmente, um produto do prestígio, da dedicação e da competência de renomados pesquisadores, cuja liderança e respeitabilidade emprestavam uma credibilidade interna e externa à instituição. Tanto é assim que com o desaparecimento dos seus fundadores, muitos deles passaram por um prolongado período de desgaste e desprestígio, com uma acentuada queda de produtividade científica. Mas não se pode deixar de reconhecer o papel embrionário que exerceram, particularmente por se terem constituído instâncias institucionais precursoras da pesquisa qualitativa na UFPE.

Os vinte anos de duração do governo militar, representaram, indiscutivelmente, de modo geral, uma das fases mais críticas da história das universidades brasileiras e, particularmente, da UFPE. Seus reflexos afetaram tanto a instituição propriamente dita, como os seus dirigentes e *last but not least*, a própria comunidade universitária. No que concerne à instituição esta sofreu mudanças radicais na sua estrutura, (umas para melhor, outras para pior), mas, tudo isso através de uma catapulta de leis, decretos, portarias, exarados autoritariamente e aplicados de forma impositiva, com ausência total de diálogo, numa instituição, cuja natureza e força de sustentação reclamam, permanentemente, uma discussão crítica e inteligente dos seus problemas e dos rumos que pretende tomar. Quanto aos dirigentes, estes viviam, como diz um velho chavão, "entre a cruz e a espada". Submetidos, por um lado, às pressões do governo, de outro às da comunidade universitária. Conscientes que eram (infelizmente só alguns deles, e, no caso da UFPE, entendemos que num maior ou menor grau, todos) da necessidade de preservar a dignidade da instituição e a imprescindível continuidade das suas verdadeiras funções. Quanto ao restante da comunidade, seus professores, alunos e funcionários, humilhada, cerceada no seu exercício mais nobre do pensar do criticar e do fazer, refugiava-se na indiferença ou no radicalismo. Enfim, todos vítimas, mas também, há que se reconhecer, numa certa proporção, responsáveis por muitos dos erros cometidos.

Durante o período mais crítico do ciclo militarista (1964-1980) transcorreram os Reitorados de Murilo Guimarães, Marcionilo de Barros Lins e Paulo Frederico do Rêgo Maciel. O primeiro, Catedrático de Direito Comercial da Faculdade de Direito do Recife e seu Diretor, foi eleito pelo Conselho Universitário por dois mandatos sucessivos. Um humanista, de sólida formação intelectual, mostrou-se um liberal, no sentido clássico do termo. Discreto mas enérgico, obstinado pelo respeito aos direitos do indivíduo, foi um batalhador sereno e incansável na defesa dos interesses da universidade. Discreta mas sistematicamente procurou, na medida do possível, neutralizar qualquer ato de violência contra a instituição e a comunidade universitária. Seu Vice reitor foi o Professor Jônio Lemos, um fiel e justo colaborador. Um episódio que bem define o caráter do Professor Murilo foi o do seu encarceramento no Conselho Universitário pelos estudantes, sob a alegação que deveria destinar mais verbas para o Hospital das Clínicas, verbas que já havia solicitado mas que ainda não tinham sido liberadas. A atitude do Professor Murilo foi muito mais de compreensão do que de revolta. A época era particularmente difícil. O sistema militar radicalizara a repressão; vivia-se sob a égide do AI-5. Superado o acontecimento, o autor desse trabalho, recém formado e Secretário Geral da Universidade, ouviu o aludido Professor declarar que embora não concordasse com os métodos violentos utilizados pelos estudantes, compreendia que os excessos cometidos se deviam ao não conformismo de uma juventude que lutava corajosamente pelos seus ideais. Por isso mesmo, não só negou-se peremptoriamente, quando instado pelas autoridades, a denunciar os líderes e organizadores do movimento como, em algumas oportunidades, promoveu informalmente a sua defesa.

Do ponto de vista administrativo, o Professor Murilo estruturou os órgãos colegiados da universidade, dando-lhes maior organicidade e competência. Criou as Pró-Reitorias, promoveu a reforma do Estatuto e do Regimento, criou a Televisão Universitária e estimulou a publicação da produção intelectual dos docentes.

○ Professor Marcionilo Lins, que o sucedeu, administrou a Universidade movido por uma enorme motivação de institucionalizar e valorizar a pesquisa e a pós-graduação. Sua formação pós-graduada, no estrangeiro e o seu renome nacional e inter-

nacional no campo das Ciências Biológicas, deu-lhe o necessário respaldo para que promovesse a vinda de vários cientistas, até mesmo em equipes, fortalecendo, assim, de modo significativo, as áreas básicas do ensino universitário bem como a pesquisa. Foi, por outro lado, um período politicamente tumultuado, no qual o sistema repressivo atuava com pleno vigor, propício a denúncias, espionagens, vinditas, fatos que não deixaram de afetar a vida institucional tanto interna como externamente.

O Professor Paulo Maciel deu prosseguimento ao processo de institucionalização da UFPE, com o credenciamento de vários Mestrados e novos incrementos na área da pesquisa. Deu também impulso aos programas de extensão e promoveu o reconhecimento de cursos de graduação ainda não definitivamente regularizados. Homem culto, com boa formação humanística e habilidade política, já exercida em outras experiências parlamentares e de administração pública, manteve um saudável e respeitoso diálogo tanto com os membros da comunidade universitária como com as demais instâncias públicas externas.

O Professor Paulo Maciel foi substituído pelo seu Vice-Reitor, Professor Geraldo Lafayette Bezerra que o destino não permitiu que concluisse o seu mandato. Faleceu, ainda jovem, tendo o seu mandato sido concluído pelo seu Vice-Reitor Professor Geraldo Calábria Lapenda que soube se conduzir com muita dignidade durante esse processo de transição. Foi durante o Reitorado do Professor Geraldo Lafayette que se processou a traumática mudança do Hospital das Clínicas do Pedro II para o Campus da Universidade. Foi um dos momentos mais problemáticos da vida interna da instituição. A enorme reação da comunidade médica levou a UFPE a uma greve sem precedentes na sua história. Entretanto, a mudança foi consolidada e este mérito se deve ao seu Reitorado. Foi deste período, também, a abertura dos concursos públicos para Professores Titulares e da seleção interna para regularizar a situação dos chamados Professores Colaboradores. Esta foi outra medida que redundou numa enorme insatisfação, gerando um clima de tumulto e conflitos dentro da universidade. Mais de uma centena dos Professores reprovados na aludida seleção, e, pressionando pelo apoio da então Associação Docente, pleitearam — sem eventual êxito — sua inclusão automática no

quadro de docentes, expediente paternalista e injusto, que já tinha inclusive sido adotado por outras universidades da região e do país.

A última fase histórica compreendida neste relato refere-se ao período 1983-1987, em que o autor deste trabalho esteve à frente da Reitoria. Seria ocioso aqui tecer considerações mais alongadas, ou procurar alinhar justificativas que pudessem minimizar as insuperáveis dificuldades de se ter que confessar, pública e formalmente o somatório dos seus próprios erros bem como dos eventuais acertos. Procurarei, entretanto, ser o mais espontâneo possível e é aqui onde, certamente a linguagem dos sentimentos, irá, superar com maior frequência, à da razão. Na tentativa de proceder a uma revisão caleidoscópica desse período, a primeira lembrança que se me evoca é a da última sessão do Conselho Universitário no meu Reitorado. Aquela em que fiz uma espécie de prestação de contas do meu plano de trabalho e me despedia da comunidade universitária. Naquela oportunidade declarei que a primeira coisa que gostaria de fazer era pedir desculpas a todos pelo que deixei de inconcluso ou mesmo não realizado, fosse por ausência de condições materiais para fazê-lo, fosse por incapacidade pessoal minha e da minha equipe em dar conta efetivamente de tudo o que juntos idealizamos efetivar. Mas, muito mais importante, era que essa mesma comunidade me perdoasse pelo que de inadequado, ou não condizente com os interesses maiores da universidade, por ventura tivesse feito, mesmo que, por erro de julgamento, houvesse pensado que estaria fazendo o melhor. Nunca tive a veleidade, portanto, de julgar-me um ente especial, nem receber efusivos reconhecimentos. Não obstante, não posso deixar de confessar que envaidece-me ouvir dos meus sucessores o testemunho de reconhecimento do meu Reitorado, pela ênfase dada à melhoria qualitativa das atividades acadêmicas e da seriedade que o caracterizou no que tange à administração. Não tenho nenhum escrúpulo, contudo, em declarar que comportei-me com decência, embora com simplicidade, Procurei desenvolver em torno das minhas relações com professores, estudantes e funcionários um clima amistoso, particularmente, com aqueles mais humildes. Com esses últimos, cheguei mesmo a cultivar uma certa intimidade descontraída, até para compensar as profundas desigualdades que efetivamente existem entre as diversas categorias no

interior da própria instituição. Isto, porém, não me impediu — apesar da minha natural preocupação em não incidir em erros ou cometer injustiças — de tomar as decisões que julguei relevantes para a universidade, mesmo que viessem a descontentar grupos ou indivíduos.

Diferentemente dos quatro que me antecederam, o meu Reitorado, ocorreu em plena vigência do que se convencionou chamar de abertura democrática. Dois anos após o seu início, voltávamos à normalidade institucional, com a eleição do Presidente Tancredo Neves.

O situar-se no epicentro de uma transição que, embora pacífica, substituía um governo apoiado num sistema de força, por uma sociedade que se abria à liberdade de expressão e manifestação no plano pessoal e político, implica também no admitir-se que a consciência coletiva é inicialmente induzida a repudiar qualquer resquício de poder que tenha nascido sob a égide da velha ordem. Tenho, contudo procurado, ao longo da minhas atividades docentes, de pesquisa e de administração universitária pautar a minha conduta sob um prisma estritamente acadêmico. Por isso mesmo, nunca me filiei a partidos políticos. Entendo que não compete à instituição universitária tomar decisões oriundas dessas agremiações, sendo, inclusive, as ideologias, para ela, muito mais objeto de reflexão e de análise do que mesmo de engajamento e militância. Esta minha convicção é algo que convalida e consubstancia a minha crença de que pude manter, até hoje, uma atitude de equidistância e, sobretudo, de independência em relação a eventuais ingerências na vida institucional da UFPE. A propósito, esta constitui, nesta época que atravessamos, no meu entendimento, um dos sérios riscos que corre a universidade brasileira. Do argumento de que a universidade deve atender a certos chamamentos e prover determinadas demandas sociais — premissa absolutamente verdadeira — não se segue que ela se transforme em cortesã, pronta a satisfazer os interesses deste ou daquele governo, ou partido, ou indivíduos.

Estive, durante o meu mandato, bastante consciente das razões de natureza psicológica que motivaram reações às decisões tomadas pela administração universitária de proporções excessivas, esforçando-me para compreender que correspondiam ao extrava-

zamento de uma justa revolta contida, por tantos anos, principalmente por parte de uma juventude intelectualizada que, até então, não convivera com a democracia e a liberdade.

Todavia, no que pese aos protestos dessa juventude autenticamente idealista bem como das perorações de políticos profissionais de alguns partidos considerados realmente de esquerda, é custoso acreditar e, mais ainda, duro constatar que, desde o início da chamada redemocratização do país e hoje com maior ênfase, inúmeros dos que ajudaram a impingir o golpe militar de 1964 e que ocuparam, enquanto indivíduos ou agremiações políticas, posições que convalidavam ou até mesmo deflagravam atos de violência contra pessoas e instituições, continuam numa quantidade e intensidade crescente, a compor, com os seus antigos opositores, o cenário das grandes decisões na política nacional. Do mesmo modo é fácil igualmente constatar como alguns daqueles que no passado se opuseram à ditadura e à repressão se unem numa estranha coalisão àqueles que deram sustentação aquele "status quo".

A minha escolha pela Ministra da Educação Esther Figueiredo Ferraz, sofreu restrições tanto das facções de esquerda como da situação. Consegui, de certo modo, desagradar ambos os lados. Esse fato não constituiu para mim, propriamente, uma preocupação fundamental. De certa maneira, embora, infelizmente, pela via negativa, vinha reafirmar a minha já aludida convicção de que era essencial à universidade, que estivesse desatrelada de compromissos políticos de qualquer ordem ou procedência, para que pudesse, com a autonomia que lhe é peculiar, exercer a sua essencialíssima e nobre missão. Isto, naturalmente — e aqui novamente ênfase — para mim jamais implicou em que a universidade, principalmente a pública, pudesse prescindir do indispensável apoio político para obter os meios indispensáveis à sua manutenção, nem que devesse isolar-se do universo circundante como uma vestal da moralidade. Penso que é função do administrador acadêmico saber claramente distinguir aonde termina um amadurecido, independente e sério compromisso interinstitucional e começa a licenciosidade que desborda para negociações espúrias e troca de benesses pessoais. Foi preciso então procurar associar prudência, tolerância, coragem, tenacidade e inteligência para saber como conduzir a instituição, de sorte a que

pudesse concomitantemente: a) relacionar-se proficuamente com as autoridades e setores da classe política, realmente preocupados em interagir e apoiar a universidade na consecução dos seus compromissos e finalidades acadêmicos. b) evitar as ações de certos políticos, cujo principal objetivo consistia em utilizar-se da instituição proveito pessoal e favoritismos. c) conter certos setores corporativistas que, no interior da instituição, não raro, apoiados por forças políticas internas e externas, que açodada e pretensamente supunham que a democracia deveria conceder liberdades e benefícios ilimitados, sem a recíproca contra-partida de responsabilidades. Suposições que não só comprometem mas colidem com os requerimentos de qualificação que à universidade cumpre imperativamente observar. Cabe-me, por dever de justiça, publicamente, reconhecer que os relacionamentos da Universidade a nível do Estado e do Município, se desenvolveram, reciprocamente, marcados por um profundo respeito e movidos pelo exclusivo objetivo de mútua cooperação institucional. Nunca fui incomodado por solicitações de natureza pessoal e pouco menos as fiz. O Sr. Governador Roberto Magalhães, Professor da UFPE, foi sempre pressuroso em acionar os dispositivos do Estado para resolver problemas do interesse da Instituição. O mesmo pode-se dizer do Sr. Prefeito que, inclusive, espontanea e gratuitamente, através da CTU, assumiu o encargo de recuperar a Unidade Móvel da T.V. Universitária, cujo veículo fora completamente danificado numa colisão.

Cuidei de colocar a melhor equipe que pude recrutar nos quadros da UFPE. Não recebi, neste particular, qualquer pressão, nem interna nem externa. Também, tudo indica que os nomes agradaram a comunidade universitária. Eram pessoas de reconhecida competência. Alguns, de renomado prestígio e respeitabilidade acadêmica tanto a nível nacional como internacional. A meta prioritária que caracterizou o meu reitorado foi a melhoria da qualidade do ensino e da pesquisa na UFPE. A situação inicial não era animadora. Encontrei a instituição com um déficit, que hoje corresponderia, aproximadamente, a um bilhão de reais. Fiz questão de deixar bem claro a Sra. Ministra que só assumiria o cargo se me fosse assegurada a quitação do aludido déficit. A promessa foi feita e foi cumprida.

Como uma consequência da insolvência financeira aliada a uma crônica ineficiência administrativa ganhavam relevo problemas como a deterioração do campus universitário, das instalações físicas e dos equipamentos, para não falar na precariedade dos recursos bibliográficos. Todo este problemático somatório de carências infligia, como é óbvio, direta e negativamente sobre o ensino e a pesquisa. Psicologicamente, além das já citadas razões atinentes ao passado político, estes fatores intensificavam o clima de desfora do conjunto da comunidade universitária, cujos sentimentos já tinham atingido a um patamar de desânimo de desesperança e de frustração. Tornava-se, portanto, imperativo que a nova administração não só resolvesse tais problemas, mas também procurasse fazê-lo com o concurso da própria comunidade, no propósito comum e num esforço concentrado de superá-los.

Para superar o problema financeiro imediato e abrir linha de crédito na praça a universidade teve que zerar o seu deficit, o que foi possível mediante o repasse feito pelo Ministério. Cumpria, entretanto, que medidas imediatas fossem adotadas para promover a recuperação das instalações físicas e dos equipamentos existentes no campus, praticamente sucateados, face à crônica carência de recursos para mantê-lo e conservá-lo. Naquela oportunidade, o Banco Interamericano de Desenvolvimento já havia encerrado o seu plano de financiamento de recuperação dos campi universitários. A UFPE não tinha apresentado, em tempo hábil, o seu projeto. A perda do prazo a havia excluído dos benefícios concedidos por aquela agência internacional. Graças a intensas dramáticas e sucessivas gestões do Reitor e do Pró-Reitor de Planejamento junto ao BID e o Ministério foi reaberta a possibilidade para que a UFPE apresentasse, em tempo record o seu projeto. Este, devidamente aprovado um ano depois, carrou para a instituição os recursos necessários para que se iniciasse a recuperação do campus. Tratava-se, todavia de uma tarefa a ser concretizada a longo prazo, não só pelo estado de conservação do campus, como pelos próprios procedimentos de desembolso das verbas e dos seus cronogramas. Mesmo assim, ao fim do último ano do Reitorado, já se havia mudado de maneira significativa o interior e o próprio visual da instituição. A Universidade também contou com um significativo con-curso do próprio Ministério da Educação no sentido de complementar o

projeto BID, recuperando laboratórios, criando novas salas de aula e suplementando as verbas de custeio. Durante os anos de 1985 e 1986 a atuação do Ministério neste particular foi intensa e sistemática, tendo decrescido consideravelmente no último ano do meu mandato. Grande parte dessas conquistas devem ser creditadas ao Pró-Reitor Ednaldo Gomes Bastos, cujo preparo e inteligência, associados a uma verdadeira obstinação pela Universidade e a uma insuperável capacidade de trabalho, responderam pela concretização desses projetos.

Academicamente, a meta prioritária consistia em soerguer o ensino de graduação e de pós-graduação. As Pró-Reitorias trabalhavam articuladas. De um lado o Professor Alfredo Soares, na Pró-Reitoria Acadêmica, procurava modernizar e flexibilizar os currículos, otimizando a relação professor aluno e, sobretudo, tentando perseguir a meta fundamental, a saber, a melhoria da qualidade do ensino. É nesse aspecto que entrava a articulação e que se destacava o papel da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa. Sob a direção do Professor Fittipaldi, pesquisador renomado no campo da Física e uma mente dionisiacamente criativa e realizadora, Fittipaldi era um obstinado pela excelência acadêmica. Teríamos que criar, uma massa crítica de pesquisadores nestes próximos quatro anos — dizia ele — com vistas a preparar a UFPE qualitativamente para se defrontar com o próximo milênio. Sua incontinência tanto no discurso como na prática, fez com que criasse algumas incompatibilidades, principalmente entre aqueles cursos mais tradicionais. Aqueles, cuja inclinação newmaniana, consistia na hipervalorização das atividades de ensino e que alimentavam sérios preconceitos contra a pesquisa e a pós-graduação. Quanto a esta última, consideravam-na uma fábrica daquilo que pejorativamente intitulavam de “peagadelismo”.

Tirante os excessos, de ambos os lados, é inquestionável a relevância do trabalho do Professor Fittipaldi, na consolidação e na elevação dos padrões qualitativos da pós-graduação e da pesquisa na UFPE. Promoveu um crescimento considerável no percentual de doutores no contexto dos pós graduados da instituição. Percentual até então insignificante face às demandas dos cursos existentes. Estimulou e deu apoio institucional a grupos de pesquisa, tanto já consolidados como aos emergentes. Desativou alguns programas de

pós-graduação caracterizadamente insuficientes e colocou alguns outros num estágio probatório, dando-lhes, assim, oportunidade de recuperação. Se fosse possível sintetizar, dentre as realizações do meu reitorado, duas das suas mais ricas e duradouras contribuições, sem naturalmente desmerecer às outras tantas, não teria qualquer dúvida em enunciá-las desse modo: se a pesquisa e a pós-graduação na UFPE, ocupam, hoje, no cenário nacional, uma posição de destaque, isto se deve ao trabalho empreendedor desenvolvido no nosso período, pela Pró-Reitoria encarregada dessas atividades. O segundo, é o fato de que o orçamento da UFPE, que no início do meu reitorado, ocupava, no *rank* nacional das universidades públicas federais, a décima primeira, ou segunda (não estou bem certo) posição em magnitude dos recursos. À época da conclusão do meu mandato já se encontrava terceiro lugar dessa hierarquia. Esta conquista se deve, em boa parte, ao excelente trabalho da Pró-Reitoria de Planejamento.

As Pró-Reitorias de Administração e Comunitária foram conduzidas por dois reconhecidamente sérios e experientes professores da instituição Theophilo Vasconcellos e Amílcar Oliveira (este último, substituindo a Professora Dayse Mayer que teve que se ausentar logo no início do reitorado). A Pró-Reitoria de Extensão e Intercâmbio Científico esteve a cargo do brilhante pesquisador e admirável pessoa humana, que é o Professor Luiz Bezerra de Carvalho. Luiz, efetivamente, deu-lhe uma nova e mais dinâmica conotação que ao emprestar-lhe uma tonalidade em que se harmonizavam, de um lado, a indispensável abertura da universidade aos problemas do seu meio e da sua cultura; de outro, a preocupação qualitativa com que procurou sempre caracterizar as atividades de intercâmbio, desviando-o assim do formalismo ôco e insubsistente. A integração com a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação fluiu de forma profícua e espontânea, com benefícios evidentes para ambas atividades.

A dedicação, a competência, o carinho e, sobretudo, a solidariedade que me foram deferidos, por aqueles que colaboraram no meu Gabinete, em particular Alfredo de Moraes Antunes, (Chefe do Gabinete) Edileusa Dourado e Hélio Mendonça (Assessores), Ângela Lins e Tereza Andrade, Valdemar e Crispim no apoio técnico-administrativo e de serviços, foram indispensáveis à

viabilização das medidas decorrentes do plano de ação, bem como do contínuo relacionamento do Reitor com o público externo e como integrantes da comunidade universitária.

Vale por último enfaticamente destacar o fundamental e por isso mesmo imprescindível concurso da Vice-Reitora, Professora Maria Antônia McDowell. Torna-se realmente difícil distinguir, dentre os seus variados e nobres atributos, quais aqueles que mais se destacaram. Particularmente quando se fala de uma pessoa por quem sempre nutri uma grande amizade. O fato de Maria Antônia permanecer na instituição, até hoje, como uma Assessora que nenhum Reitor de bom senso pode prescindir, já caracteriza a relevância da sua contribuição, para além das fronteiras da minha subjetividade, do meu afeto. Sua proficiência em lidar com problemas de administração pública de qualquer natureza, sua irretorquível lealdade, sua personalidade e seu caráter, à margem do fascínio que sempre exerceram sobre mim, representaram, durante o meu reitorado, um precioso apoio e uma permanente segurança às minhas ações, das mais simples às mais complexas. Infundia-me outrossim, um sentimento de que durante as minhas ausências, a Universidade estaria entregue a mãos sérias competentes e cuidadosas e principalmente vigilantes para que os rumos da instituição não se desviassem um milímetro sequer, das rotas que haviam sido traçadas e das orientações que tinham sido acordadas.

O término do meu Reitorado correspondeu ao início de um novo processo de escolha do Reitor, Vice e Diretores de Centro, mediante uma consulta prévia à comunidade universitária. Esta foi uma das importantes conquistas da comunidade que há muito reivindicava essa participação.

Não há propriamente nenhum fato, nem muito menos razões para que se possa afirmar que tenha propriamente ocorrido, desde o Professor Joaquim Amazonas até hoje, rupturas substanciais entre os diferentes Reitorados que marcaram a trajetória da UFPE. É óbvio que cada um deles traz impressa a marca do caráter e da personalidade de quem o exerceu e sobretudo, como se viu, cada qual sofreu o impacto dos condicionantes sociais, políticos e econômicos das suas respectivas épocas e circunstâncias, o que os torna, em alguns aspectos, bastante distintos. Todavia, não seria pretensioso constatar que a UFPE, como qualquer instituição social

viva, vem se submetendo a um fluxo contínuo em que a mediação entre essas forças e tendências que imprimem num determinado momento marcas sobre a sua existência, também, por outro lado, impulsiona-a em direção a novas perspectivas e a novos estágios ou ciclos do seu permanente evoluir. Entendo, assim, que o meu Reitorado, mercê dos fatos que o caracterizaram e das circunstâncias em que se desenvolveu, constituiu um marco balizador de uma nova fase na história da instituição. Muito menos, cumpre ponderar, por mérito de quem o empolgou, do que mesmo pelo momento histórico em que esteve enredado. E porque foi nutrido, no seu germe, pelo sopro do renovado espírito do seu tempo, houve como que uma difusão desse mesmo espírito que, permeando e emulando vários daqueles que direta ou indiretamente dele participaram, não chegou a dissipar-se mas, numa certa medida, reproduziu-se sobre novas e mais sedimentadas perspectivas. Esta linha de continuidade tem sido, não raras vezes, salientada pelos meus sucessores — reconhecimento que, para além da sua possível pertinência, constitui a minha mais preciosa e duradoura recompensa.

Não está no propósito deste trabalho descer a referências acerca do trabalho dos meus sucessores. Espero ter a oportunidade de, futuramente, dedicar-lhes uma parcela das minhas reflexões. Gostaria, apenas, de concluir, retomando, suscintamente, algumas das idéias esposadas na parte inicial deste artigo acerca da missão que compete à Universidade Federal de Pernambuco desempenhar, enquanto uma instituição que, embora jovem, tornou-se, herdeira de uma longa tradição. Tradição que remonta a nove séculos atrás, aos primórdios da Universidade de Bolonha, ao humanismo e às heróicas afirmações de autonomia da Universidade de Paris, perante os poderes políticos e eclesiásticos, às conquistas no campo da lógica e do conhecimento científico da Universidade de Oxford.

Sendo, portanto a UFPE, herdeira, embora longínqua, dessa tradição haverá, por conseguinte, de necessariamente, guardar alguma característica comum inerente à natureza daquelas, caso contrário não poderia com elas identificar-se, e, assim não lhe competiria ser chamada de Universidade.

Pós-Graduação e Pesquisa como Instrumento de Política Universitária

Ivon Pittipaldi

A Pró-Reitoria para Assuntos de Pesquisa e Pós-Graduação – PROPESQ, assumiu, através da implementação de ações pioneiras, papel e dimensão de um órgão de apoio efetivo aos Programas de Pós-Graduação e aos Grupos de Pesquisa e de Coordenadoria Plena da Política de Capacitação de docentes da Universidade.

A PROPESQ representou um importante agente responsável pela elaboração e execução de políticas de desenvolvimento científico e tecnológico da UFPE, sedimentando as bases de seu atual desenvolvimento, como instituição de pesquisa e de formação de recursos humanos a nível de pós-graduação.

Suas ações de Planejamento e Gestão inseriram-se, de maneira geral, no estabelecimento de III Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (1980/1985), cujo principal objetivo era o de diminuir a dependência científica e tecnológica do nosso País, e, em particular, substituir as importações. À época, a conjuntura nacional e a situação de crise política por que passava o País, indicavam a necessidade de Planejamento na área, voltados para a construção integrada da Universidade, baseados em análises críticas de prioridades, na racionalização dos recursos a serem empregados e que tivessem, dentro do possível, participação e respaldo de parcela significativa da comunidade científica da Universidade. Neste particular, explicitou como prioridade na área de Pesquisa e Pós-Graduação, a valorização da atuação do pesquisador dentro da Universidade, pelo seu papel essencial na geração de novas idéias, pela sua presença criativa na solução de novos problemas e, notadamente, no seu fecundo desempenho na formação de novos recursos humanos. Aos poucos, a experiência confirmou o acerto da administração em envolver a comunidade na discussão de seus problemas. De início, com a participação de lideranças representativas da comunidade científica da UFPE; na

prática, a postura franca e clara de divulgar publicamente no meio acadêmico, os planos e prioridades de ação da PROPESQ, bem como seu posicionamento político-administrativo.

Esta postura administrativa fundou-se na convicção de que somente com a participação efetiva de seus docentes e pesquisadores a Universidade poderá elaborar um plano exequível de desenvolvimento, respeitando-se prioridades pré-estabelecidas e visando superar as dificuldades e vencer os desafios para atender às necessidades do futuro. Daí se seguiram diretrizes políticas básicas que permearam todas as ações que forma programadas; estabeleceu-se demandas de qualidade; teve-se como base a busca exigente de padrões de excelência a serem aplicados na avaliação crítica, tanto de propostas como do desempenho, dos programas de unidades departamentais.

Cuidado especial foi tomado para se eliminar o círculo vicioso, em que a auto-avaliação exclusiva, dentro dos horizontes restritos, poderia levar à endogenia e ao rápido amortecimento do potencial de excelência e crescimento acadêmico. A esta prática de avaliação e acompanhamento, sempre esteve presente a avaliação por julgamento de "mérito", elaborada "pelos pares" - universalmente aceita - que contou com a participação de especialistas nacionais e até mesmo internacionais, constituindo-se numa verdadeira ruptura radical da perniciosa prática de "clientelismo. Como consequência direta de tais ações, foi possível reverter tendências e executar mudanças estruturais em vários aspectos da vida acadêmica da UFPE, - alguns dos quais aqui considerados como principais, passaremos agora a expor através de análise de avaliação de índices concretos, alguns indicativos dos avanços alcançados.

Pesquisa

No tocante à pesquisa, observou-se, de início, que não se poderia dela falar como constituindo um subsistema à parte, integrada como ela deveria estar na Universidade com a geração e a transmissão do conhecimento, em particular e de forma predominante ao ensino de Pós-Graduação. Feita esta ressalva, entende-se que o desenvolvimento da pesquisa, na Universidade, é indispensável para o processo acadêmico de seus Departamentos. Desta

forma, estando eles em estágios heterogêneos desse processo, o desenvolvimento da pesquisa, no contexto geral da instituição, pressupõe a identificação dessas situações e seu tratamento diferenciado. Neste particular, ações específicas foram desenvolvidas, orientando e estimulando cada Departamento a estabelecer seu "Plano Diretor de Desenvolvimento", com vistas à consolidação de suas atividades acadêmicas em geral, ao longo de prazos pré-estabelecidos. Certamente, neste aspecto, ainda não satisfatoriamente disseminado na UFPE, como na maioria das Instituições de Ensino Superior (IES) do País, repousa o cerne de uma nova mentalidade de planejamento acadêmico, a ser institucionalmente implementada na IES. Uma vez identificado os principais pontos de carências, um conjunto de programas especiais foi acionado pela PROPESQ, destacando-se os programas: "fomento à pesquisa individual"; "assessoramento e apoio aos grupos emergentes"; "apoio à divulgação da pesquisa"; "intercâmbio científico" e o programa especial de descoberta de novos cientistas, através da concessão de bolsas institucionais de "Iniciação Científica", com valor mensal competitivo, com teto 10% superior ao valor das bolsas de mesma natureza oferecidas pelo CNPq;

Corpo docente

O quadro encontrado, referente ao perfil global de qualificação do corpo docente da Universidade, era adverso. O corpo docente da UFPE apresentava um universo constituído de 68,5% de professores portadores apenas dos títulos de graduação ou especialização/aperfeiçoamento. Constatou-se também que um tímido contingente de docentes (cerca de 8% do corpo docente) encontrava-se em treinamento a nível de Mestrado ou Doutorado e que desse conjunto, a sua grande maioria se encontrava em cursos de Mestrado na própria UFPE, caracterizando um indesejável grau de endogenia. Por outro lado, análise da distribuição de docentes por faixa etária e categoria funcional, revelava outro lado particularmente; dois-terços (2/3) dos Professores Assistentes encontram-se na faixa etária superior aos trintas e cinco (35) anos, portanto, com idade média desfavorável ao início de programas de capacitação a nível de Mestrado e Doutorado. Diante de tal quadro

adverso uma série de medidas e de ações coordenadas pela PROPESQ, foram então acionadas. De início observou-se que, sendo prioritária a política de Capacitação Docente e estabelecidas diretrizes que privilegiassem determinados níveis de qualificação, com estes teria de ser compatível o sistema formal de incentivos funcionais da carreira de magistério. Desta forma, a partir de uma avaliação e análise crítica do processo de Progressão Vertical de Assistente IV para Adjunto I, então existente (advinda do Decreto nº 85.487 de dezembro de 1980 e disciplinada na UFPE pela Resolução nº 03/82 do Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão – CCEPE), foi proposto pelas Câmaras de Pesquisa e de Pós-Graduação e aprovado pelo CCEPE, um novo projeto que, após vários meses de discussão e análise com a comunidade, resultou na Resolução nº 06/85 do CCEPE que estabelece o atual “Modelo de Avaliação” para a aludida Progressão Vertical. Em paralelo, como o objetivo de aumentar o fluxo de docentes para capacitação em outros Centros, várias medidas foram adotadas. Entre elas destaca-se um programa agressivo de contratação de Professores Visitantes”, assegurando-se que, quando da saída dos docentes, não resultassem desguarnecidos encargos de atendimento indispensável. Outras medidas, foram implementadas visando o saneamento dos próprios programas de Mestrado da UFPE e objetivando diminuir o represamento de alunos-docentes que já deveriam ter concluído suas teses. Por fim, a Administração Superior da UFPE teve seu “Plano Institucional de Capacitação Docente” aprovado dentro do Programa MEC/BID-III, concedendo recursos financeiros da ordem de dois milhões para implementar uma cota de noventa (90) bolsas de estudo para Programas de Doutorado no exterior, através da CAPES. Tais diretrizes e ações se fizeram sentir, já ao fim do reitorado, ao cabo de quatro anos. O índice encontrado de 68,5% referente ao corpo docente com titulação de graduação e no máximo especialização/aperfeiçoamento, foi reduzido para 48,2%. Em adição, os percentuais de docentes portadores dos títulos de Mestre e Doutor, encontrados em novembro de 1983 passaram, respectivamente, de 19,7% para 33,0% e de 11,8% para 18,8%. Como conseqüência global de tais ações, o Índice de Qualificação do Corpo Docente da UFPE, estimado na época do início do reitorado pelo SESu, como sendo inferior a 200 (compatível com as

Universidades que ocupavam a vigésima (20ª) posição no quadro nacional, tipicamente a UFRN com índice de 173), passou para 250, colocando a UFPE em posição comparável com UFRJ e a Escola Paulista de Medicina que ocupavam na época, respectivamente, as nona (9ª) a décima (10ª) posições no quadro da IES autárquicas. Estes resultados indicam o acerto da política adotada, estimulando sua continuidade e representando ação pioneira que alinhar-se-ia às políticas de estímulo salarial adotada pelo Governo Central nos anos subseqüentes, privilegiando os títulos de Mestre e Doutor.

Pós-Graduação

Utilizando-se os dados do processo de avaliação da CAPES desde 1977, a PROPESQ elaborou um diagnóstico da situação encontrada em 1983, com relação aos cursos de pós-graduação stricto sensu, permitindo identificar, com maior precisão, os programas em que as deficiências e potencialidades eram mais acentuadas. De início, observou-se que o crescimento do número de cursos ocorrido durante a última década (tendo atingido em 1983 o número de 35 cursos de Mestrado e 02 de Doutorado), nem sempre foi associado à preocupação e preservação da qualidade. A evolução do perfil médio da totalidade dos cursos de Mestrado mostrou-se timidamente crescente em qualidade no período de 1977-1981, apresentando, a partir de então, um acentuado declínio, refletido na época num nível abaixo do conceito “C”. Constatou-se também que dos 37 programas, apenas 18 eram credenciados (ou recredenciados) pelo então Conselho Federal de Educação (CFE) e, ainda, que somente 24 deles estavam sendo apoiados pela CAPES através dos Programas de Apoio à Infra-Estrutura e de Consolidação. Com base nesses dados estabeleceu-se um conjunto de medidas de ajustes e melhoramentos, com vistas à reversão da tendência detectada, definindo-se prazos e prioridades, propondo-se ainda, como meta exequível, a elevação do perfil de qualidade a um nível previsto por simulação. Entre as medidas adotadas, destacam-se: o oferecimento por parte da Administração Superior de um intenso programa de intercâmbio com centros desenvolvidos, no país e no exterior, com participação efetiva de Professores Visitantes de curta, média e longa duração; estímulo e apoio financeiro, com a participação da

CAPES, para a formação de Bancas Examinadoras de defesa de Tese de Mestrado altamente qualificadas, sempre com a participação de pelo menos um especialista não pertencente aos quadros da UFPE. Por outro lado, medidas disciplinares foram também acionadas, entre elas, a criação do "Regime Probatório" para certos cursos com desempenho insatisfatório e a desativação de cursos considerados "críticos" (aqueles existentes na UFPE há vários anos com escassa potencialidade de recuperação a curto prazo ou com nítida vocação para curso de aperfeiçoamento/especialização lato sensu). Em paralelo, projetos de reestruturação de cursos também foram implementados com sucesso, contando com a participação efetiva de pesquisadores seniors e através de Comissões Especiais de Acompanhamento e Avaliação, designadas pelas Câmaras de Pesquisa e Pós-Graduação, ouvidas as coordenadorias dos cursos e a Direção dos Centros aos quais os cursos eram vinculados. Finalmente, como etapa conclusiva para a consolidação da política adotada de absorção e expansão do corpo docente, foi aberto e realizado Concurso Público, prioritariamente, a nível de Adjunto e, em casos especiais, a nível de Assistente. Diante de tais ações, verificou-se ao fim do reitorado uma clara reversão do quadro encontrado. Houve uma redução de 37 para 32 cursos, apresentando contudo, um perfil médio de qualidade compreendido entre os conceitos "C" e "B". Dentre os 32 cursos em pleno funcionamento, 24 agora eram credenciados ou reconhecidos pelo CFE (e portanto, recomendado para o PICD), em contraste com os 18 entre 37 então existentes, quando do início da administração. Dentre os 32 cursos, 29 agora recebiam recursos institucionais da CAPES de apoio à Infra-estrutura ou de consolidação, em contraste com os 24 cursos no início da gestão.

Finalmente, o número de bolsistas de demanda social da CAPES e do CNPq, a nível de Mestrado e Doutorado, experimentou um aumento de 20%, passando a constituir-se um universo de 400 bolsas.

Residência médica

O programa de Residência Médica, apesar de ter atingido níveis de excelências quando funcionava no Hospital Pedro II, vivenciou uma forte crise institucional quando de sua transferência

para o Hospital das Clínicas, ocorrida na gestão do Reitor anterior. Desta forma, o reitorado que se iniciava em novembro de 1983, encontrava o programa de Residência Médica comum reduzidíssimo número de bolsas (41 mantidas pela Comissão Nacional de Residência Médica - CNRM) e ainda, dentre os seus 24 programas, nenhum era credenciado pela CNRM. Ações prioritárias, envolvendo esforço conjunto entre a Comissão Local e a PROPESQ, foram de imediato estabelecidos junto à CNRM, objetivando o aprimoramento dos programas com vistas aos respectivos credenciamentos. Após árdua etapa de melhoramento das condições acadêmicas então existentes, concluiu-se o reitorado com uma Residência Médica em plena expansão, apresentando 17 programas credenciados pela CNRM e um total de 97 bolsas para Médicos Residentes, mantidos pelo MEC (81 bolsas) e pelo INAMPS (16 bolsas).

Estas considerações sintetizam um balanço das atividades de pesquisa e pós-graduação do reitorado do Prof. George Browne Rêgo, realizadas, dentro do quadro geral de possibilidades e limitações materiais e humanas que caracterizaram aquele momento da vida nacional.

Avançar e Construir Temas de um Reitorado

Éfrem de Aguiar Maranhão

O ano é 1991. Fernando Collor de Mello é Presidente da República e Carlos Chiarelli, Ministro da Educação. Eleito Reitor da Universidade Federal de Pernambuco para o quadriênio 1992 - 1995, após consulta a comunidade acadêmica, tivemos a oportunidade de realizar um trabalho de transformações e avanços que tornaram essa Universidade uma das mais respeitadas instituições de Ensino do País, no ano do seu cinquentenário.

Ao sermos nomeados, em finais de 1991, já está à frente da Pasta da Educação, o ex-reitor da USP, prof. José Goldenberg. O cenário nacional, bastante adverso a princípio, torna-se progressivamente favorável e as dificuldades transformam-se em desafio e estímulo a serem enfrentados e superados através de muito trabalho, criatividade e, sobretudo, integração com a comunidade acadêmica e a sociedade.

Na UFPE, como em quase todas as universidades, o quadro não é dos mais animadores. Há perda de numerosos professores e funcionários que, estimulados, solicitam aposentadoria nos limites mínimos de tempo possível, devido a rumores crescentes de alterações desfavoráveis para eles na legislação pertinente. Procedem-se a redução do número de cargos de confiança, para evitar que os servidores sejam demitidos ou postos em disponibilidade. Dois outros fatos tornaram a situação mais difícil - a proibição da contratação de pessoal e a aprovação tardia do orçamento da União, que, no ano de 1994, chega a ser aprovado somente em meados de novembro. Ao mesmo tempo, muitas outras incertezas quanto ao futuro das Universidades estão na ordem do dia: a proposta de Emenda Constitucional sobre autonomia universitária (PEC 56), a proposição de um novo modelo de financiamento com ênfase na produtividade, a possível perda da estabilidade do pessoal e as condições precárias de funcionamento dos Hospitais Universitários. Concomitantemente, a UFPE vive um clima de transição, em

face da eleição dos novos diretores dos Centros Acadêmicos, de intranqüilidade e preocupação com a falta de recursos financeiros e humanos, além da ameaça de greve geral.

Diante desse panorama, assumimos a Reitoria e resolvemos iniciar um processo de planejamento estratégico. Identificamos os problemas do presente e as perspectivas do futuro; adotamos um comportamento otimista e vimos, nas dificuldades, estímulo para a busca de novas soluções alternativas. Em primeiro lugar, redefinimos as prioridades da Universidade, orientando para a sua missão fundamental, de Ensino, Pesquisa e Extensão. Firmamos também um termo de compromisso acadêmico, parte do Plano de Ação 1992-1995 do Reitorado, amplamente discutido nos Centros Acadêmicos e Órgãos Suplementares. O resultado são normas para a formulação de uma política de contratação docente, baseada num esforço para admissão dos mais qualificados, dentro da real necessidade dos Departamentos. Promovemos assim, a administração do estoque de vagas, liberando os contratos a partir da avaliação conjunta das Pró-Reitorias fins (Acadêmica, Pesquisa e Pós-graduação e Extensão). É preciso destacar que, mesmo com o decreto de proibição de contratação, sempre conseguimos autorização de excepcionalidade para admissão de pessoal no quantitativo solicitado.

Definimos, de igual modo, uma nova política para a assistência estudantil e a comunidade acadêmica; estabelecemos regras claras para a questão da greve, e a nível de administração geral, disciplinamos o uso de recursos humanos e financeiros. De forma agressiva, partimos em busca de uma interação e integração com entidades dos setores públicos e privados, no âmbito nacional e internacional, pondo em prática o que passamos a incentivar e a formalizar, tornando-se o carro chefe desta Administração - a *Parceria*.

Ainda no Governo Collor, tivemos como Ministro da Educação o Deputado Federal Eraldo Tinoco. O País vive uma situação ética, moral, econômica e política que se deteriora progressivamente. Em 29 de dezembro de 1991 Collor renuncia. Segue-se a investidura do Vice-Presidente Itamar Franco, como Presidente do Brasil, e a nomeação do Ministro da Educação, Professor Murilo Hingel, bastante prestigiado, que consegue se

firmar no cargo até o último dia do Governo Itamar. Na sua gestão, discute-se e apresenta-se o Plano Decenal de Educação; extingue-se o Conselho Federal de Educação; inicia-se com as Universidades Federais a discussão de temas como autonomia, avaliação e modelos de financiamento e criam-se alternativas que permitem às Universidades algum investimento de capital. Tivemos o privilégio de presidir a Comissão Temática de Modelo de Financiamento, da Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), da qual, à época, éramos Vice-Presidente. Desse trabalho resulta um modelo de partição para alocação de recursos, aprovado pelo Ministro e transformado em Portaria que vigora até hoje. Convém ressaltar que a UFPE se mantém como o Terceiro Orçamento em Custeio e Capital dentre as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

Com a eleição presidencial em 1995, sai vitorioso o Professor Fernando Henrique Cardoso, que nomeia Ministro da Educação o ex-reitor da Universidade Estadual de Campinas e ex-Secretário de Educação do Governo de São Paulo, Professor Paulo Renato de Souza, que traz uma grande expectativa para os meios acadêmicos. O Ministro elege o ano de 1995 como o Ano do Ensino Fundamental, e vem realizando um excelente trabalho neste setor. Para as Universidades, é um ano de muitas dificuldades: orçamento limitado; proibição de contratação de pessoal e a ativação de mecanismos de controle centralizado (Sistema de Administração de Pessoal-SIAPE). O tratamento dado pelo MARE - Ministério da Administração e da Reforma do Estado - às IFES, impõe-lhes toda a carga burocrática de qualquer órgão público. Some-se a isto uma avalanche de aposentadorias precoces, devido as incertezas com as Reformas da Previdência e Administrativa. No entanto, em 1996, temos a felicidade de ouvir do Ministro Paulo Renato, na posse de Reitor do Professor Mozart Neves Ramos, que este seria o ano das Universidades. Confiantes na sua competência e determinação, temos a certeza que novos e promissores horizontes serão visualizados, inclusive o da autonomia plena, que é essência da Universidade. Antevemos também a valorização do seu papel estratégico no desenvolvimento científico, cultural, econômico e social, dentre os órgãos do Estado, a exemplo do que ocorre no mundo desenvolvido.

Durante os quatro anos de reitorado, experimentamos a gestão de três Presidentes da República e quatro Ministros da Educação, cada um apresentando projetos, políticas e relações institucionais diferenciadas, bem como gerando novos instrumentos legais com variadas interpretações (Projetos de Emendas Constitucionais, Leis, Medidas Provisórias, Decretos, Portarias ...). Isto levou-nos, na condição de presidente do Conselho de Reitores das Universidade Brasileiras (CRUB), a propor três reuniões nacionais conjuntas com o Tribunal de Contas da União, Ministério da Administração e Reforma do Estado e o Ministério da Educação - CISET e ANDIFES. A primeira foi realizada na UFPE, a segunda na Universidade Federal de Santa Catarina e a última na Universidade Federal de Minas Gerais. Os percalços resultantes dessas sucessivas alterações na legislação contribuem para dificultar a elaboração de um plano com definição de médio e longo prazos.

Mesmo com este panorama decidimos ousar e fizemos um planejamento estratégico participativo, dinâmico e flexível, visitando e auscultando as diversas unidades acadêmicas. Assim, desde o início da administração, realizamos visitas periódicas com os pró-reitores e assessores, a todas as unidades, apresentando propostas, discutindo as necessidades e os anseios de cada unidade. Além disso, estabelecemos um canal permanente de comunicação com a comunidade através de cartas informativas mensais e do tablóide COMUNICAMPUS, veiculado pelo Jornal do Commercio, de circulação local, que passa a ser anexado aos contracheques. Colocamos, também, urnas nas diversas unidades para recebermos críticas e sugestões.

Interagir com a comunidade acadêmico-científica nacional e internacional e também com a sociedade foi outro objetivo perseguido e alcançado, e, por este meio, apresentamos e discutimos as propostas contidas no Plano de Ação 1992-1995.

Nos dois primeiros anos, conseguimos praticamente concluir as várias ações previstas, o que nos faz elaborar um novo plano 1994-1995. E, quando já havíamos atingido as novas metas estabelecidas no segundo Plano, elegemos ações complementares, aprovadas pelo Conselho de Administração. Algumas destas ações foram iniciadas e concluídas no decorrer desse último ano, outras ficaram a ser concluídas e outras ainda a serem definidas para o

início no próximo quadriênio. Tudo isto dentro de uma visão de continuidade administrativa, que permite deixar assegurados os recursos financeiros necessários à conclusão do Centro de Convenções, do Núcleo de Hotelaria e Turismo e do Museu da UFPE; ao deslanche da conclusão definitiva do Hospital das Clínicas; à ampliação e melhorias de alguns Departamentos, como Física, Química Fundamental, Engenharia Civil, Matemática, Estatística, Botânica, Antibióticos, Música, Odontologia, Engenharia Química, Energia Nuclear, Rádio AM, Laboratório de Imunopatologia Keiso-Asami e Departamento de Extensão Cultural.

O processo de continuidade administrativo-acadêmica nos reitorados de George Browne, Edinaldo Bastos e no nosso, e que certamente continuará no do professor Mozart Neves Ramos, torna possível o desenvolvimento dessas ações. Esse comportamento profícuo cultivado em nosso reitorado decorre do espírito de união da comunidade acadêmica, desejosa de vivenciar um projeto de Universidade plural, crítica e independente, que integrada à sociedade como agente transformador, promova seu desenvolvimento científico, tecnológico, artístico e cultural. Uma Universidade capaz de gerar um processo interno de auto-estima e cooperação, sem qualquer discriminação, buscando a eficiência, a produtividade e, sobretudo, a qualidade, identificando e superando os principais entraves e dificuldades, com vistas a interagir de forma eficaz com a sociedade.

Assim, desenvolve-se um processo crescente de credibilidade local, regional, nacional e internacional. A UFPE passa, então, a ser fórum das discussões dos grandes temas, trazendo para o seu interior os fatos e as autoridades do momento, concretizando, dessa forma, a meta maior desta administração, que foi a integração *Universidade-Sociedade*. Neste sentido vale ressaltar alguns destes acertos de parceria: com a Rede Globo Nordeste (Minuto no Campus e Uniglobo - Agencia-Escola); com a Prefeitura da Cidade do Recife (iluminação pública do Campus, projetos nas Áreas de Educação, Saúde, Turismo e Infra-Estrutura e criação do Instituto de Arte Contemporânea na rua do Bom Jesus, no Recife Antigo); com a Polícia Militar de Pernambuco (Posto Policial com rádio de comunicação direta para o Comando de Polícia Metropolitana e

Corpo de Bombeiros, além de ronda interna); com o Tribunal Regional Federal (estágios para o Curso de Direito); com a Associação de Imprensa de Pernambuco (treinamento de jornalistas e edição de livros); com o Diário de Pernambuco (Diário Universitário, edição de livros e o prêmio de um automóvel para o primeiro lugar no vestibular); com o Jornal do Commercio e Laboratório Hebron (Jornal Comunicampus); com o Governo do Estado de Pernambuco (projetos para as áreas de Educação, Saúde e Segurança); com a Fundação Joaquim Nabuco e com a Universidade de São Paulo (co-edição de livros); com a Universidade do Porto (pós-graduação e titulação simultânea pelas duas Universidades e a criação da Casa de Pernambuco, esta com a parceria do Governo de Pernambuco - Universidade de Pernambuco, Prefeitura do Recife e Empresários); com o Instituto Nacional de Turismo de Portugal e Conselho Britânico (apoio aos Cursos de Turismo e Hotelaria); com a Federação das Indústrias de Pernambuco (integração Tecnológica - INTEC - e lançamento na UFPE da Agenda Pró-Pernambuco); com a Agência de Cooperação Internacional do Japão, JICA (Projeto de Saúde Pública, com parcerias do Governo do Estado e Prefeitura do Recife, e Programa de Treinamento em Doenças Tropicais para 12 países da América Latina); com a UNESCO (apoio ao Departamento de Música); com o Consulado de Portugal (Exposições Culturais e Cátedra Fernando Pessoa); com o Diretório Central dos Estudantes (administração do Restaurante Universitário e recepção aos novos estudantes - Calourada); com a Fundação Roberto Marinho (Telecurso ano 2000, Globo Ciência e Globo Ecologia); com o Serviço de Informação e Divulgação Cultural dos Estados Unidos da América - USIS - (antena parabólica e teleconferências UFPE-EEUU); com a Net Recife (Canal Comunitário) e com o Governo Federal - Ministério da Educação (construção de novas Bibliotecas Setoriais, ampliação e climatização de Laboratórios, Auditórios e Bibliotecas, ampliação e atualização de livros e periódicos, entre outros).

Além disso, neste período, em parceria com diversas entidades, a UFPE coordena e co-patrocina vários seminários temáticos de autonomia, avaliação, financiamento, gestão e intercâmbio, a nível Nacional e Internacional. A UFPE também se faz presente em praticamente todas as comissões e comitês nacionais que tratam de

assuntos de educação, ciência e tecnologia, e na aproximação com os parlamentares, apresentamos e discutimos questões de interesse da Universidade, do Estado e do País, inclusive a apresentação de Emendas Orçamentárias.

Todas estas ações permitem *Construir e Avançar* no ensino, na pesquisa, na extensão, e na modernização administrativa, com eficiência, produtividade e qualidade.

No tocante às atividades fins, destacamos alguns marcos de significado:

No ensino de graduação, incrementamos as relações com o segundo grau; aperfeiçoamos as regras do vestibular, praticamente extinguindo as vagas ociosas; aumentamos o número de cursos e vagas; expandimos os cursos noturnos; reduzimos a evasão e implantamos a avaliação sistemática e a reformulação de currículos. É importante também registrar a valorização dos cursos de licenciatura e a grande melhoria implementada no Colégio de Aplicação, com significativo investimento na infra-estrutura física.

Na Pesquisa e Pós - Graduação, o aumento do número de cursos e de vagas e dos programas de iniciação científica; a consolidação da pós-graduação com aproximadamente 83% dos mestrados e doutorados com avaliação nível A e B pela CAPES; o considerável aumento de bolsas da CAPES e do CNPq; o incremento do Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD) para 3.08 e a conseqüente elevação da produção científica.

Na extensão salientam-se o forte incentivo à realização da 45ª Reunião Anual da SBPC; a Primeira Amostra da Produção da Universidade Brasileira no Congresso Nacional; o programa Verão no Campus, de reciclagem e treinamento nas diversas áreas do conhecimento; o apoio ao programa Universidade Solidária; a constante busca da integração *Universidade-Sociedade*, que se consubstancia com a oferta de cursos, treinamentos e atividades artístico-culturais, inclusive com a criação de espaços próprios para o desenvolvimento destas atividades, como a Concha Acústica e o Centro de Convenções, com seu Teatro para cerca de 1700 pessoas, auditórios para seminários, lojas e um foyer principal com 2 mil metros quadrados.

Associam-se a estes, entre outros empreendimentos, a grande melhoria da qualidade da vida no Campus, mediante um projeto de urbanização sistêmico, que inclui iluminação das vias de circulação, de acesso e das edificações, sinalização, ajardinamento, controle de trânsito, segurança e conseqüente embelezamento, tornando-o um dos lugares mais agradáveis e tranquilos da Cidade do Recife.

Vultoso investimento também ocorre na área de comunicação e informação, com implementação de rede de fibra ótica, interligando todas as unidades do Campus às congêneres nacionais e intenacionais; aquisição de equipamentos tipo *mainframe* com facilidade vetorial e alto processamento, estações de trabalhos e centenas de microcomputadores; aquisição de novos transmissores, equipamentos e montagem de studios para a TV Universitária e as Rádios Am e Fm; construção, climatização e ampliação das bibliotecas setoriais, com aumento considerável do acervo bibliográfico, e mais a atualização e a antecipação de assinaturas de periódicos para 1996.

Não podemos deixar de enfatizar a criação dos cursos e do núcleo de Turismo e Hotelaria, ponto de partida para a institucionalização do Departamento de Turismo e do Hotel Escola. Com isso, a UFPE antecipa-se, contribuindo para um futuro Plano Nacional de Turismo, preparando pessoal de melhor qualidade, elemento fundamental para o desenvolvimento da atividade turística, considerada prioritária em todo mundo. Para a economia do Nordeste é um projeto da maior importância.

Sintetizamos assim os projetos e ações de caráter geral desenvolvidos durante a nossa gestão. Temos a consciência do dever cumprido. No entanto, não temos dúvidas de que muito mais poderia ter sido feito, não fora a burocracia do Serviço Público. Acreditamos, contudo, que o grande marco do nosso reitorado foi o processo de conscientização coletiva em torno de um maior compromisso institucional. Isto permitiu que, na função de maestro, pudéssemos unir os diversos instrumentos, utilizando o melhor de cada um, resultando na grande sinfonia que é hoje a Universidade Federal de Pernambuco, à qual todos temos orgulho de pertencer e servir.

Nosso profundo agradecimento à colaboração recebida dos que acreditaram, avançaram e construíram conosco a *UFPE de hoje*, contingente formado de velhos e novos amigos, estes últimos surgidos no dia-a-dia dos quatro anos de intenso labor do nosso reitorado. É, tempo de consolidar.

A Faculdade de Direito nos Primeiros Cinquenta Anos da Universidade

José Luiz Delgado

Quando a Universidade do Recife, hoje Federal de Pernambuco, foi solenemente instalada, em 11 de agosto de 1946, a Faculdade de Direito do Recife, o antigo Curso Jurídico de Olinda, já havia completado, 19 anos antes, o seu primeiro centenário. O discurso pronunciado naquela sessão solene de instalação, no Teatro Santa Isabel, pelo professor Joaquim Amazonas¹, que era, então, o Diretor da Faculdade de Direito e passava a ser, a partir daí, o primeiro Reitor da nova Universidade, lembra, logo no seu parágrafo inaugural, exatamente essa ancianidade:

O Governo da República, sendo Ministro de Estado dos Negócios da Educação e da Saúde o Exmo. sr. Professor Ernesto de Souza Campos, deu-vos, meu Pernambuco, minha cidade do Recife - Veneza Americana boiando sobre as águas, na voz do poeta mavioso, - a Universidade cuja primeira pedra foi lançada há 119 anos, quando, em 1827, o Governo Imperial, sendo Ministro Fernandes Pinheiro, depois Visconde de S. Leopoldo, fundou o famoso Curso Jurídico de Olinda, que nos deu glórias como Paula Batista e Zacarias de Góis, a hoje muito tradicional Faculdade de Direito do Recife, que nos deu Tobias e Clóvis, Martins Júnior, Adelino Filho e tantos outros...

A escolha daquela data já era especialmente simbólica. Não era uma data qualquer. A instalação solene da Universidade fazia-se, de propósito, na data sagrada da centenária Faculdade de Direito, criada exatamente noutro 11 de agosto, 119 anos antes.

¹ Joaquim Amazonas - "Discurso pronunciado na sessão de instalação da Universidade do Recife", in Revista Acadêmica, vol. LV, Recife, 1947.

A relação entre a Universidade Federal de Pernambuco e a sua Faculdade de Direito não é, portanto, não pode ser, a relação entre a Universidade e algum dos cursos criados depois daquele 11 de agosto magnífico, o mais notável entre todos os 11 de agosto; criados, portanto, já dentro da Universidade, no seu interior, a partir dela. É a relação especialíssima entre a Universidade e o curso que a que longamente a desejou e em torno da qual ela se fez. Com efeito, da composição inicial de cinco Escolas que lhe deu o Decreto-Lei 9.388, de 20 de junho de 1946, que a criou, (Faculdade de Direito; Escola de Engenharia; Faculdade de Medicina - com as escolas anexas de Odontologia e Farmácia; Escola de Belas Artes e Faculdade de Filosofia do Recife, "as mais destacadas Faculdades e Escolas superiores da capital pernambucana", segundo a observação de Palhares Moreira Reis²), "posição destacada mantinha a Faculdade de Direito do Recife, pelo fato de ser a mais antiga, como continuadora do curso olindense, e de ser a *única escola superior federal da região*"³. As demais eram instituições particulares que foram sendo federalizadas pouco a pouco, a partir justamente da criação da Universidade. E é precisamente por esta circunstância, por ser a única escola superior federal, que o seu Diretor foi imediatamente alçado à condição de primeiro Reitor.

Os 50 anos que a Universidade acaba de festivamente comemorar são menos de um terço da existência da Faculdade de Direito. A questão essencial a tentar, assim, perseguir, é a de investigar o que representaram esses 50 anos "universitários" para o muito mais antigo, tradicional e mais do que já incorporado à própria História brasileira, curso jurídico em torno da qual a Universidade se construiu? Na memória da Faculdade, consta que o entusiasmo da criação da Universidade não foi tão unânime como se poderia pensar; pelo menos uma voz levantou algumas reservas, receando especificamente que a criação do novo organismo e a inclusão, nele, da escola já centenária viesse, não no primeiro momento mas mais adiante, criar prejuízos à vida desta última. Foi a voz mais do que autorizada de um dos antecessores de

² Antonio Carlos Palhares Moreira Reis - "A Universidade do Recife", Recife, 1959, p. 5.

³ Antonio Carlos Palhares Moreira Reis - "A Universidade Federal de Pernambuco", Recife, 1969, p. 12.

Joaquim Amazonas na Direção, e que era também um dos maiores vultos da história da Faculdade neste século: a voz de Andrade Bezerra, segundo depoimento que o autor deste artigo ouviu, mais de uma vez, de Luiz Delgado.

Absolutamente não é o caso de retomar essa antiga pendência. O tempo supera definitivamente certos dilemas, no entanto graves e perturbadores na sua época própria. Pode-se mesmo pensar que a criação de uma Universidade em Pernambuco seria literalmente inevitável, mais cedo ou mais tarde, e que seria absurdo imaginar-se não somente que a Faculdade de Direito pudesse ficar à margem dela, como também que o governo federal pudesse vir a concordar com tão esquisita situação e manter um estabelecimento isolado ao lado de sua Universidade. Importa, então, é indagar o que significaram, para a Faculdade, esses 50 anos dentro da Universidade; como aquela viveu e vive dentro desta, como se integrou nela, como ajudou a moldá-la e como os moldes gerais do organismo maior repercutiram dentro da escola já mais do que sesquicentenária. De qualquer modo, não é pouco curioso assinalar, por exemplo, que, na primeira metade desses 50 anos, a Universidade teve apenas 3 Reitores, dos quais somente um não saíra da Faculdade de Direito, acrescentando ainda que este único exerceu o Reitorado por apenas 5 anos: quer dizer, dos 25 anos iniciais, a maioria esmagadora de 20 anos foram vividos, na Universidade, sob a batuta de Reitores oriundos da Faculdade de Direito: os professores Joaquim Amazonas e Murilo Guimarães. O quadro é exatamente o inverso na segunda metade: dos 7 Reitores que se seguiram ao Reitorado do Dr. Murilo Guimarães, nenhum, simplesmente nenhum, saiu dos quadros docentes da Faculdade de Direito⁴. Esse dado único já deve servir para provocar muitas reflexões.

Acrescente-se logo, porém, um notável mérito que decorreu, para a Faculdade, da criação da Universidade e de sua inserção nela: ficou relegado para a História o antigo título de "bacharel em ciências jurídicas e sociais" que a Faculdade outorgava. O fato é

⁴ Embora estivesse formalmente lotado na Faculdade de Direito, o Reitor Geraldo Lafayette passou toda a sua vida docente nos quadros da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras a que sempre pertenceu; cuidou mesmo que não chegou ele a ministrar nenhuma aula na Faculdade de Direito.

que, por muito tempo, em todo o período anterior à criação da Universidade, a Faculdade ministrou um curso mais do que especificamente jurídico: fez um pouco as vezes de uma Universidade pelo menos de ciências humanas em geral. As artes, a literatura, a sociologia, a história, a economia, a política (e esta, intensamente), tiveram nela largo espaço. Isso agora é coisa definitivamente do passado. Seu maior profissionalismo, sua especialização substancialmente jurídica, lhe adveio sobretudo da criação da Universidade: portanto, da existência, ao lado dela, de outros cursos superiores de humanidades, de notáveis também respeitabilidade e densidade científicas.

Um velho sonho

Todos os autores que se debruçam sobre as origens da Universidade Federal de Pernambuco assinalam como, no Decreto-Lei de 1946 e na ação empreendedora do Ministro Ernesto de Souza Campos, que saiu plantando universidades pelo país afora, se consolidou um antigo e persistente sonho pernambucano. Já o prof. Edgar Altino⁵, primeiro Vice-Reitor da Universidade e sucessor de Joaquim Amazonas na direção da Faculdade de Direito, não deixou, como orador oficial da sessão solene de instalação da Universidade, de referir uma observação, aliás, do próprio Ministro: “até a proclamação da República, segundo Souza Campos, somam-se vinte e quatro as vãs tentativas, mais ou menos fundamentadas, de criação de universidades no país”.

Quanto, especificamente, a Pernambuco, Palhares Moreira Reis lembra que, aqui, “os anseios por uma universidade começaram no período colonial, constando mesmo que o príncipe Maurício de Nassau já pensava no estabelecimento de uma, durante a ocupação holandesa”⁶.

Enfaticamente a idéia foi proclamada por ocasião das celebrações do centenário da fundação dos Cursos Jurídicos, em 11 de agosto de 1927: é o que consta da *Revista Acadêmica* da

⁵ Edgar Altino - “Discurso do orador oficial na sessão de instalação da Universidade do Recife”, in *Revista Acadêmica*, vol. LV, Recife, 1947.

⁶ Palhares Moreira Reis, Antonio Carlos - “A Universidade Federal de Pernambuco”, op. cit., p. 11.

Faculdade de Direito do Recife, vol. XXXV, relativo ao ano de 1927: a Congregação da Faculdade, por intermédio do Diretor Neto Campello, formulou, neste sentido, veemente apelo ao Presidente da República, ao Ministro da Justiça, ao Diretor do Departamento Nacional de Educação. No livro que, convocado pelo Reitor Paulo Maciel, escreveu para celebrar o sesquicentenário da Faculdade, o historiador Nilo Pereira lembra como aquela Congregação via na Universidade “a objetivação maior” do imponente centenário e observa, por sua vez, que, nessa reivindicação, estava “a marca talvez maior do Centenário que celebrava”. Não deixa, ainda, de assinalar o curioso paradoxo: “se os Cursos Jurídicos saíram da idéia da Universidade, malograda com a Constituinte de 1823, agora pensava-se em fazer sair dos Cursos Jurídicos - da Faculdade de Direito do Recife - a Universidade de Pernambuco. Seria esse um dos mistérios da história, cujo traçado é imprevisível”⁷.

A idéia é retomada sucessivas vezes e a diversos propósitos. A *Revista Acadêmica* de 1942 (vol. I) publica uma documentação extremamente sugestiva a respeito da “Reforma do ensino superior, especialmente do de Direito”, de que então se cogitava. Nas “sugestões” sobre essa reforma, apresentadas pela Faculdade à Conferência dos Interventores reunida no Recife em 1940, - das quais, significativamente, foi Relator o dr. Joaquim Amazonas, - consta a proposta de criação de Universidades, com uma característica, porém, que ainda hoje deveria dar a pensar. A Congregação, por intermédio do Relator, propunha que as Faculdades superiores fossem grupadas em Universidades, mas que estas fossem de dois tipos: maiores e menores.

As Universidades maiores (diz o documento⁸) reunirão Faculdades de Direito, de Medicina, de Engenharia e de Filosofia, além de quaisquer outras criadas ou que vierem a ser criadas posteriormente. As menores poderão deixar de compreender uma ou duas daquelas três primeiras, bem como a de Filosofia, abrangendo, porém, mais três, pelo menos, das seguintes: Farmácia, Odontologia, Química Industrial, Agricultura, etc”. Era um

⁷ Nilo Pereira - “A Faculdade de Direito do Recife - 1927 - 1977”, Editora Universitária, Recife, 1977, p. 153

⁸ “Reforma do ensino superior, especialmente do de Direito”, in *Revista Acadêmica*, vol. I, Recife, 1942, p. 240.

realismo, aliás muito pernambucano e também muito jurídico, admitindo diversificações segundo peculiaridades regionais. O documento prosseguia: *"Haverá somente 7 universidades maiores: em Belém, no Recife, na Bahia, no Rio de Janeiro, em Minas, em São Paulo, no Rio Grande do Sul. Todas as mais universidades serão menores"*. Outro realismo: *"E sendo difícil, ou inconveniente, a criação de universidades em todos os Estados, porque, na verdade, em muitos não haverá meio suficiente nem população escolar bastante, poderão ser criadas, inicialmente, Universidades Regionais, abarcando vários Estados"*. Ainda preconizava o documento uma rica comunicação entre as Universidades: *"Criadas as universidades, convém que o provimento das cadeiras vagas nas maiores se faça, preferentemente, por concurso de títulos, a que somente possam se apresentar os professores da mesma disciplina em concurso, das outras Universidades. Somente na falta de candidatos se abrirá, então, o concurso de títulos e provas pela forma estabelecida nos regulamentos. Este sistema, sem dúvida, estimulará os professores das Universidades sediadas nos Estados menos adiantados, provocando um trabalho intelectual mais intenso, o que somente vantagens poderá trazer para o país."*

A iniciativa do Ministro Souza Campos, em 1946, no governo Dutra, respondia, assim, a antiga e constante aspiração pernambucana. Não era sonho novidadeiro, nem projeto sem raízes. Encontrava o terreno já semeado, e há muito, e as almas prontas e as instituições maduras.

O primeiro reitor

Encontrava, também, o homem certo no lugar certo. Era providencial. Joaquim Amazonas estava como Diretor efetivo da Faculdade há pouco mais de um ano, eleito que fora no ano de 1945. *"Veio a Universidade no ano seguinte, relata Palhares Moreira Reis, e o Ministro Souza Campos chama-o para organizá-la. Como Diretor da Faculdade, que foi a célula-mater da nova instituição, assumiu interinamente o mais alto cargo desta. Logo na primeira eleição, o Conselho Universitário escolheu-o para Reitor da Universidade, isto em 23 de julho de 1946 e, desde aquela data, em*

*eleições trienais e consecutivas, o Conselho manteve seu nome na cabeça da lista tríplice, para reconduzi-lo".*⁹

Nascido em 7 de abril de 1879, na cidade do Recife, Joaquim Amazonas contava já com 67 anos quando assumiu, em 1946, a tarefa que seria a consagração maior de sua vida exemplar. Só de magistério na sua Faculdade de Direito já estava com mais de 37 anos, nela havendo ingressado, como Substituto, em 7 de dezembro de 1908, passando a Catedrático meses depois, em 14 de abril de 1909, classificado em primeiro lugar no concurso de Direito Comercial, na vaga deixada pelo prof. Adelino Antonio de Luna Freire Filho. Somente, porém, em 1945, depois de ter exercido por 10 anos, de 1934 a 1944, a Presidência da Ordem dos Advogados - Secção de Pernambuco, é que ascende à Direção da Faculdade e é neste posto maior que o vai encontrar o propósito criador do Ministro Souza Campos, confiando-lhe então os destinos da nova Universidade.

Era, de fato, o homem ideal para a grande missão. O homem do destino. No 2.º volume de sua monumental "História", quando, depois de reconstituir o passado centenário, vai dar o seu testemunho acerca dos docentes daquela hora comemorativa, abrindo um capítulo sobre "A Congregação atual", Clóvis Bevilacqua traça, de Amazonas, um retrato completo e fiel, enfatizando-lhe as duas virtudes fundamentais: a capacidade intelectual e o empenho voluntarioso e realizador. Diz dele não apenas que é *"professor fortemente aparelhado e compenetrado da sua função social"*, *"professor erudito, dedicado e justo"* mas sobretudo que *"envia todos os esforços para que esse ensino seja uma realidade e para que a Faculdade corresponda aos seus altos fins sociais"*. Ressalta que ele era fundamentalmente advogado e professor, e que *"sua banca de advogado é a de mais intensa atividade no Recife; mas os negócios do fôro não perturbam os trabalhos escolares, que são executados com o zelo infatigável de um sacerdócio"*. Não era dos professores que davam apenas uma aula ou outra e granjearam imenso prestígio por essas aulas duplamente excepcionais - quanto à qualidade mas também quanto à própria existência delas. Era assíduo, era exigente; era dedicado

⁹ Antonio Carlos Palhares Moreira Reis - "A Universidade do Recife", op.cit., p. 8

não só ao ensino, mas às coisas todas da Faculdade. É ainda Clóvis quem assinala: *“muito lhe deve a Faculdade em serviços de toda ordem e muito lhe deve a Revista Acadêmica. Foi ele quem a pôs em dia e a tem ilustrado com valiosos trabalhos”*¹⁰.

Orador oficial da homenagem prestada pela Universidade, à frente agora o novo Reitor, o prof. João Alfredo da Costa Lima, nas solenidades de outro 11 de agosto, o prof. Rodolfo Araújo (sucessor, aliás, de Joaquim Amazonas na cátedra de Direito Comercial), em comovido depoimento, lembra-o exatamente sob as mesmas características da dedicação e do rigor. *“Muitos dos que me ouvem foram seus discípulos e bem poderão testemunhar de viva voz a sua eficiente capacidade didática, escreveu o prof. Rodolfo. Para esgotar o vasto programa da matéria, dizia-me que se viu muitas vezes na contingência de ministrar, gratuitamente, além das regulamentares, mais duas aulas semanais. Era conhecido pelo rigor com que exigia não só a frequência, mas o preparo dos alunos, nos exames finais”*. Acrescenta o prof. Rodolfo esse pormenor no qual se contém todo um outro tempo, um outro estilo: *“Não dispensava a beca ao dar as suas aulas, mais por força da unção com que exercia o magistério do que por mero formalismo”*.¹¹

Tendo-se aposentado compulsoriamente da Faculdade (embora continuasse Reitor, pois a legislação da época estabelecia que a eleição de Reitor se desse entre os professores catedráticos “em exercício ou aposentados”), a Congregação resolveu conceder-lhe o título de Professor Emérito, o que fez por unanimidade de votos. Foi orador oficial, em nome da Congregação, na sessão de entrega do título, em agosto de 1954, o prof. Luiz Delgado que traçou o retrato psicológico do primeiro Reitor: *“Éreis um singular, marcado pelo próprio rigor, rigor que se exercia, para começar, sobre vós mesmo. Mostráveis, com efeito, a cada passo, uma espécie de volúpia em fazer todas as tarefas em todos os detalhes e com as mais miúdas perfeições. Vossa obrigação era cumprida sempre com a mais meticulosa minúcia. Fazíeis com que a obrigação dos outros, perto de vós, fosse cumprida assim também. E como nenhuma*

¹⁰ Clóvis Bevilacqua - “História da Faculdade de Direito do Recife”, Livraria Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1927, 2º vol, p. 186 a 188.

¹¹ Rodolfo Araújo - “Em homenagem ao Magnífico Reitor Professor Joaquim de Almeida Amazonas”, in Revista Acadêmica, vol. LXI, Recife, 1963, p. 183 e 184.

consideração vos abrandava esse feitio e como a polêmica, o choque, vai bem com o vosso temperamento, aparecíeis nas salas de aula, nas bancas de exame, nos consistórios da congregação, nas assembléias do salão nobre, como um censor implacável, cujas reclamações e batalhas nasciam, no entanto, de um amor - o amor às coisas bem feitas”.¹²

Tome-se apenas um único exemplo: a Congregação é convocada para o dia 27 de abril de 1936, e para outras datas a seguir, simplesmente para discutir sobre protesto que o prof. Amazonas encaminhara à Diretoria de Ensino do Governo Federal a respeito de alunos que haviam requerido exames fora de época. O assunto havia sido decidido pelo Conselho Técnico-administrativo e pela Congregação, mas o prof. Amazonas, não se conformando com tal decisão, levava sua discordância aos organismos superiores da República. Fazia-o solitariamente, em seu exclusivo nome, somente por sua firme convicção da improcedência da decisão adotada. E lá estava ele, como um Quixote, avançando sozinho contra tudo e contra todos, sem ocupar nenhum cargo administrativo, na condição de simples professor, quase 10 anos antes de sua eleição para Diretor... E o que se vai verificar, algumas atas depois, é a prevalência do seu ponto de vista. Seria assim, sempre, destemido e inquebrantável.

Luiz Delgado, a esse propósito, refere que os mestres da Congregação - e mestres, lembra ele, *“da estatura de um Andrade Bezerra, de um Hersílio de Souza, de um Mário de Castro”* - terminavam por seguir o prof. Amazonas, *“ora atendendo às vossas luzes, ora às vossas insistências”*. A fama de exigente transparece plenamente na passagem em que Luiz Delgado, refletindo sobre suas próprias palavras, confessa tê-las escrito *“como se fosse ainda o modesto e amedrontado aluno que vos olhava passar pelos terraços da escola e se sentia tranquilo por figurar numa daquelas turmas que, segundo a gíria dos corredores, ‘não caíam nas unhas de Amazonas’”*.

Dedicando-se integralmente às causas que abraçara: assim é que agia sempre o prof. Joaquim Amazonas. Luiz Delgado dirá ainda: *“Não vos limitais a reger a Universidade: fazeis dela uma*

¹² Luiz Delgado - “Almas e destinos pernambucanos”, Fundarpe, Recife, 1985, p. 82

coisa vossa. Pondes a seu serviço uma tenacidade, uma resistência, um poder de iniciativa e de ação que a todos espanta. E como semelhante esforço não poderia resultar senão de nobres qualidades humanas, descobrimos todos que vossa ligação à Faculdade ontem e à Universidade hoje, faz parte dessa ternura doméstica, desse copioso afeto que sabieis distribuir sobre vossos mais íntimos. Vosso segredo estará talvez em que fizestes do vosso magistério um capítulo dos vossos deveres não sei se filiais ou paternais - de qualquer forma: um capítulo de vossos deveres de família”.

Foi o que Joaquim Amazonas prometeu, com plena consciência, ao assumir, aos 67 anos, o mais alto cargo da nova Universidade: *“Será um trabalho árduo, talvez superior às forças de que me julguei capaz, ao aceitar a incumbência, ao fim quase de minha carreira no magistério, já longa de 37 anos ininterruptos; trabalhos a que não me furtarei, prometendo, perante todos vós que me ouvís, nesta solenidade, dedicar inteiramente os restantes dias de minha vida de professor à obra ingente que me foi lançada aos ombros”*¹³. Prometeu e cumpriu. Se bem disse, melhor o fez. Rodolfo Araújo, naquele discurso, depõe: *“Desse momento em diante, os minutos e as horas não mais lhe pertenciam e, afastando-se de todas as atividades, dedicou-se de corpo e alma à árdua tarefa, cuja meta a muitos parecia uma Canaã inatingível”*¹⁴ Ainda na véspera da morte, ocorrida em 9 de junho de 1959, o Reitor Amazonas despachava e decidia os assuntos da Universidade. Viera sendo sucessivamente reeleito, para mandatos que eram então trienais, de 1946 até à morte, Reitor dos 67 aos 80 anos.

A faculdade nos primeiros 25 anos da universidade

Já se observou, acima, que devem ser consideradas como duas realidades distintas o relacionamento entre a Faculdade e a Universidade, ou a presença da Faculdade dentro da Universidade, na primeira e na segunda metades do cinquentenário que agora se festeja. A presença da Faculdade, o volume de sua participação, a

¹³ Joaquim Amazonas - “Discurso pronunciado na sessão de instalação da Universidade do Recife, no Teatro Santa Isabel, em 11 de agosto de 1946”, in Revista Acadêmica, vol. LV, Recife, 1947, p.238.

¹⁴ Rodolfo Araújo, op, cit., p. 187.

natureza de sua importância, é muito maior na primeira metade. Basta a evidência solar do fato de que dois dos três Reitores dessa primeira metade eram professores da Faculdade de Direito, curiosamente da mesma cadeira, Direito Comercial: os Reitores Joaquim Amazonas e Murilo Guimarães, o primeiro, Reitor por 5 mandatos, de 1946 a 1959, o último deles somente interrompido pela morte; e o outro, Reitor por 2 mandatos (a partir daí já sendo vedadas as reconduções), de 1964 a 1971. Ao longo de todo esse quarto de século, portanto, somente por breves 5 anos (entre 1959 e 1964) a Universidade foi confiada a docente de outra Escola, o Reitor João Alfredo, que era dos quadros da Escola de Belas Artes.

Os começos da Universidade, sua construção inicial, toda a sua moldagem estrutural vestibular, isso que é necessariamente o mais difícil, e ao mesmo tempo o mais fundamental, porque é criar a partir do quase zero, definir as origens, foi confiado à competência e à prudência, à visão humanística e largamente compreensiva, compreensiva das peculiaridades dos outros saberes e, em consequência, da essencial complexidade do organismo universitário, - dos professores da Faculdade de Direito. Criada em torno da Faculdade já mais do que centenária, e que era, então, a única Escola federal do Estado; e instalada primitivamente nas próprias dependências da Faculdade, uma vez que uma de suas salas fora reservada justamente para o gabinete do Reitor, a Universidade foi também dirigida, em quatro quintos desses 25 anos, por juristas que ela soube retirar dos seus mandatos de Diretor, aliás, coincidentemente, logo no início desses mandatos: de fato, nem o prof. Amazonas nem o prof. Murilo Guimarães conseguiram chegar sequer à primeira metade dos seus mandatos de Diretor quando foram convocados para presidir aos destinos da Universidade - e sempre por motivos superiores e da maior transcendência (aquele, pela iniciativa ministerial de criar a Universidade; este, pela crise decorrente da ruptura institucional que o Brasil viveu em 1964, com a derrubada do governo João Goulart, que terminou produzindo, na Universidade, a queda do seu segundo Reitor).

Esses tempos iniciais foram também uma época de grande esplendor intelectual, época de notáveis concursos para a Cátedra, pelos quais a Faculdade conseguiu recrutar para seu corpo docente

nomes da primeira linha do Direito em Pernambuco, tais como - vão citados aqui na ordem de realização dos respectivos concursos - Pinto Ferreira, Murilo Guimarães, Gentil Mendonça, Mário Baptista, Lourival Vilanova, Rui Antunes, Rodolfo Araújo, Everardo Luna, Torquato Castro, alguns dos quais infelizmente já falecidos. A respeito de alguns deles, pude prestar depoimento testemunhando seus altos merecimentos.

Do prof. Rodolfo Araújo, falecido em 16 de julho de 1986, por exemplo, escrevi que "com ele, perdeu-se; antes de tudo, um coração transbordante - um coração que era só afeto, só cordialidade, só entusiasmo, só altruísmo. Não era um temperamento quieto nem comedido; extrovertido, ele fazia barulho, mas um barulho do qual o mínimo que se poderia dizer é que era puro - era isento de malícia, isento de tortuosidades, isento de cálculos. Nele não havia cavilação ou mentira; nem dissimulação ou falsidade interesseira. Era essencialmente espontâneo, e era espontâneo, nele, o dom de ver tudo, as coisas e as almas, sob a melhor ótica possível. Sempre pronto a compreender tudo e a perdoar tudo - e talvez compreendesse demais e perdoasse demais. Devia ter como ridicularias pequeninas as nossas bobas disputas, os nossos ressentimentos e vaidades. Com seu ânimo sempre benevolente e sua atitude sempre aberta, havia de lhe ser penoso admitir que os outros não fossem como ele - não fossem igualmente desprovidos de ambições e de mesquinhas, de implicâncias e de rancores. Será o drama dos verdadeiramente bons: ter de aceitar que o mundo seja feito não de semelhante material. Mesmo quando um seu colega praticou contra ele determinada esperteza, e fez questão de a deixar consignada por escrito, ele ainda preferiu conceber atenuantes e supor ingenuidades lunares.

"Quanto à Faculdade de Direito do Recife, pode-se dizer não apenas que ele tinha, mas que ele era a emoção da Casa. Quem mais e melhor a amar não a amará melhor ou mais do que ele a amava. Exemplo de identificação com a instituição, de gosto pelo ensino e gosto pelo Direito e pela justiça. Não direi, de suas aulas, que fossem, todas, didaticamente perfeitas, translúcidas, claríssimas; por vezes o assunto o empolgava e lá enveredava ele por trilhas laterais e complicadas digressões. Nem por isto os alunos deixavam de sentir-se estimulados por ele. E o afeto com que o veneravam não

era senão a natural retribuição da imensa afeição que, em primeiro lugar, ele lhes dedicava, a todos e a cada um. Com um sentimento muito próximo da pura paternidade, ele congregava todos a seu redor; chegava a organizar, com o maior carinho, álbuns com as fotos, as notas, os dados pessoais dos seus alunos. Um dos últimos catedráticos da Faculdade, ele vivia de modo exemplar a instituição da cátedra. Não povoou a escola de parasitas, nem procurou cercar-se de médiocres para ainda mais se sobressair. Para sua cadeira chamou alguns dos melhores docentes das novas gerações - um Ajuricaba Costa e Silva, um Egidio Ferreira Lima, um Joaquim Correia, um Octavio Lobo - e tinha a grandeza de saber vibrar com os êxitos deles."¹⁵

Quando faleceu o prof. Everardo Luna (em 24 de abril de 1991), comecei perguntando, num artigo de jornal, se "Pernambuco sabe o que perdeu com a morte, na semana passada, em plena atividade intelectual, do prof. Everardo Luna? Espero que, pelo menos, a Faculdade de Direito saiba. Desfalcou-se ela de um dos seus grandes nomes inequivocamente nacionais, um dos mestres que mais a engrandeceram neste século. Ao longo das décadas de 60 e 70, o Direito Penal era área particularmente notável na Faculdade, estando suas duas cátedras entregues à cultura jurídica e ao esplendor didáticos dos admiráveis catedráticos Rui Antunes e Everardo Luna. Fui aluno do primeiro e não esqueço suas lições luminosas e límpidas. Um acaso, porém, me iria fazer ainda mais afeiçoado ao segundo. Funcionário da Reitoria, fui secretariar uma comissão de inquérito presidida pelo prof. Everardo e logo duas qualidades nele me fascinaram para sempre: a extrema competência técnica e a perfeita concisão de seus escritos, reduzidos ao absolutamente essencial, apenas as articulações rigorosíssimas do seu raciocínio denso e exato.

"Se eu fosse descrever o meu modelo de sábio, além do círculo doméstico, dr. Everardo seria fortíssimo candidato. Porque o sábio é mais, muito mais do que o filósofo, ou o erudito, ou o especialista. Supõe, primeiro, o completo domínio de sua matéria específica - e dr. Everardo era, reconhecidamente, no juízo de todo o Brasil jurídico, um dos maiores nomes da ciência penal. Mas

¹⁵ "Rodolfo Araújo", in *Diário de Pernambuco* de 21 de julho de 1986.

supõe também uma muito robusta e harmoniosa cultura geral. Dr. Everardo a tinha. Sempre invejei o nível de suas leituras: dr. Everardo não leu tudo - mas leu, com certeza, o melhor; não perdia tempo com escritores brilhantes embora, mas do segundo time: só ia aos clássicos, às fontes primaciais, aos indiscutíveis expoentes, e isso em todos os domínios. E não somente os leu, apenas para citá-los, para florescer textos; realmente os assimilou, os entendeu, realmente dialogou com eles e converteu suas lições em sabedoria própria. Poderia ser, por isto, um presunçoso. Mas não, e aí é que está sua maior grandeza, sua densidade humana. Como ele era modesto e simples, até tímido e humilde, quase passando despercebido! Os verdadeiros grandes homens são assim. A autêntica sabedoria, ao invés de cobri-los de vaidade, infunde neles é a consciência das próprias limitações - no fundo, limitações próprias de tudo quanto é criado e é, por isto mesmo, frágil, transitório, perecível. Como o enfastiava a empáfia, o exibicionismo, a arrogância, a presunção!

“Modéstissimo, jamais se oferecia para os primeiros lugares, não pleiteava honrarias, não reclama as distinções que efetivamente merecia. Amava o recolhimento e o silêncio. Discreto, franzino, quieto, a aparência não denunciava o formidável espírito que havia por trás - o espírito, cujos valores eram literalmente os únicos que comandaram tudo em sua biografia. Continuou, pela vida toda, o mesmo personagem, aparentemente insignificante, que um dia levou ao já muito consagrado penalista Frederico Marques, em passagem pelo Recife, o seu livro de estréia, que logo assombraria o mestre afamado. Do mesmo jeito, sem fazer barulho, sem chamar atenção, sem posar de importante intelectual, construiu uma obra que é das mais notáveis do Direito Penal brasileiro contemporâneo - não quantitativamente extensa, mas de altíssimo conteúdo. A grande escola penal pernambucana, congregada em torno das lições do inigualável Aníbal Bruno, teve nele um fecundo continuador”¹⁶.

Nem por aquelas tantas identificações primordiais, porém, esses tempos iniciais foram tempos de relacionamento absolutamente tranquilo e sem traumas. Basta verificar, por exemplo, que já na reunião de 31 de outubro de 1946, simplesmente a primeira realizada depois da instalação da Universidade, aparecia na Congre-

¹⁶ “Everardo Luna”, in *Diário de Pernambuco*, 1º de maio de 1991.

gação da Faculdade um forte movimento, subscrito por ponderável parcela dos professores, de repulsa aos termos preliminares do projeto de Estatuto da Universidade, considerados excessivamente centralizadores, posto que “*espoliam as Congregações de suas prerrogativas mais importantes para as atribuir ao Reitor*”. Já era a sensível questão do grau de autonomia das unidades universitárias em face do todo que integravam, o que aí se começava a discutir. Consciente do seu passado, ciosa de sua tradição centenariamente independente, ou, ao menos, dependente somente do Governo federal, a Congregação da Faculdade sentiria dificuldades de adaptação ao novo regime, dificuldades evidentemente inconcebíveis em colegiados docentes de outros cursos, criados posteriormente, dentro e a partir da Universidade. Uma especial capacidade de compreensão recíproca, de hábeis ajustamentos, de boa vontade mútua e inteligente, seria maximamente requerida. A capacidade de compreensão que tinha, por exemplo, uma personalidade como a de Andrade Bezerra, de cuja inteligência Luiz Delgado dizia ter sido “*a mais fina e penetrante que me foi dado ver de perto em ação*”¹⁷. Mas Andrade Bezerra morreria prematuramente, em 30 de novembro de 1946, aos 57 anos, mal a Universidade acabava de completar os seus primeiros 3 meses de existência...

Outro problema se anunciaria logo em seguida: aquele que decorreria do simples e necessário projeto de um “campus” para a Universidade. O Reitor Joaquim Amazonas teve cedo a visão dessa necessidade e soube tomar a decisão que, à distância do tempo, se pode francamente reconhecer ter sido a mais acertada: localizar o “campus” no Engenho do Meio, no espaço que hoje se chama justamente de Cidade Universitária, em vez das outras alternativas consideradas (a Ilha do Leite, em torno do Hospital Pedro II; ou o corredor da Cruz Cabugá-Rua do Hospício, abrangendo os prédios de Direito e de Engenharia). A ampla planície, o sossego do afastamento do centro urbano, o natural recolhimento induzido pelo silêncio e pela paisagem, recomendavam a solução afinal adotada. “*Assim que se criou a Universidade o Recife, relatou Palhares Moreira Reis, seus dirigentes começaram a pensar na cidade universitária. Adquiriram nas terras do antigo Engenho do*

¹⁷ Luiz Delgado - “Carlos de Lima Cavalcanti, um grande de Pernambuco”, Recife, 1975, p. 148.

*Meio, uma área de 156 hectares, onde serão construídos todos os edifícios necessários para alojar os serviços administrativos, as faculdades, escolas e institutos, para o hospital das clínicas e para as residências dos professores, funcionários e estudantes, além do estádio e dos serviços auxiliares*¹⁸. Por mais necessária que fosse, como era, e por mais natural que se mostrasse essa solução, criava ela, porém, um óbvio problema com a Faculdade de Direito: como admitir retirar-se do prédio, ou melhor, do verdadeiro palácio em que fora afinal instalada, no começo do século, depois de uma penosa peregrinação por alguns edifícios inadequados no Recife, desde que se transferiu para a Capital, deixando a sede inicial na cidade de Olinda? Até que se terminasse aceitando a situação atual (inconveniente, embora, pelo distanciamento quanto ao "campus", mas a única efetivamente razoável, para não se perder o majestoso, o imponente, o incomparável prédio da Praça Adolfo Cirne, verdadeiro orgulho de Pernambuco, marca registrada do Recife, singularidade pernambucana entre todos os prédios de cursos jurídicos e até de quaisquer cursos superiores em todo o País), muita incompreensão haveria, muita perturbação no relacionamento, muito estremecimento.

A maior turbulência que a Faculdade atravessou, no entanto, ao longo desses 25 anos iniciais da Universidade, além do furacão que representou a reforma universitária do final dos anos 60, teve causa exclusivamente endógena. Foi a crise que redundou no afastamento do Diretor Soriano Neto.

Quando Amazonas foi convocado para a Reitoria, tendo exercido a Diretoria pelo curto período de pouco menos de um ano (de 23 de agosto de 1945 a 11 de agosto de 1946), para a Direção acabou eleito e nomeado o professor de Medicina Legal, Edgar Altino, depois de um período de interinidade de Genaro Guimarães. Do mestre Edgar Altino, "o que se pode dizer, escreveu Nilo Pereira, é que, como Diretor, sua elegância de maneiras e sua cultura versátil comunicada sempre com grande simpatia humana, foram o fundamento de suas melhores relações com a comunidade

¹⁸ Antonio Carlos Palhares Moreira Reis - "A Universidade do Recife", op. cit., p. 45.

*universitária*¹⁹. Empossado em 4 de fevereiro de 1948, Edgar Altino foi reeleito, tomando posse, no segundo mandato, em 22 de fevereiro de 1951.

Seu sucessor, o prof. José Soriano de Souza Neto, eleito sucessivamente para 3 mandatos (posses em 11 de março de 1954, em 1957 e em 11 de março de 1960), era outro tipo de personalidade. À sua legendária competência jurídica, aliava um ânimo de decisões próprias, quase sem ouvir ninguém, e uma disposição férrea de levá-las a cabo, contra tudo e contra todos. Foi um dos maiores juristas da Faculdade, sempre ouvido nas mais tormentosas questões, a cujo respeito deixou pareceres luminosos, embora, também como tantos outros (como Andrade Bezerra, por exemplo), não tenha deixado livro de peso, um volume denso digno de sua cultura. Suas aulas - raras, segundo a lenda, três ou quatro ao ano - eram aclamadas como notáveis acontecimentos intelectuais. Consta que era capaz de, aplicando provas, anunciar aos alunos que "o 1.º quesito os senhores estudantes conseguem responder; o 2.º quesito, o meu Assistente responde; o 3.º, nem o Assistente". Havia sido um dos líderes do pensamento libertário da Faculdade, um dos principais guias da chamada "mocidade acadêmica" nas campanhas da redemocratização, culminadas com o infame massacre na Praça da Independência, que vitimou o estudante Demócrito de Souza Filho, presidente do Diretório. Não seria, no entanto, paradoxalmente, um espírito pessoalmente democrático. Basta lembrar que mudou simplesmente o horário de funcionamento da Faculdade, transferindo o curso da manhã para a tarde, em função de suas conveniências pessoais, sem considerar o transtorno que, com isso, causava àqueles professores que eram também advogados militantes, uma vez que o fóro funcionava exclusivamente à tarde. Mas havia de ser um líder, e líder carismático, de personalidade marcante, uma vez que foi reeleito em 1957 e novamente reeleito em 1960, portanto reconhecido e apoiado pela, ao menos, expressiva maioria dos colegas.

O fato é que uma monumental crise, e crise de dimensões nacionais e de características nunca vistas na história da Faculdade, se abateu sobre a velha escola no ano de 1961, levando à queda do

¹⁹ Nilo Pereira - "A Faculdade de Direito do Recife, 1927/1977 - ensaio biográfico", op. cit., p. 485

Diretor Soriano. Proibira este uma palestra, que os estudantes queriam promover, de Célia Guevara, mãe do famoso "Che", um dos líderes da recente Revolução cubana. Narra Nilo Pereira: "*Em carta ao Reitor João Alfredo, publicada no 'Diário de Pernambuco' de 9 de junho de 1961, faz o prof. Soriano Neto uma comunicação a respeito dessa palestra, afirmando que a mesma foi realizada pela 'conhecida comunista e agitadora internacional argentina Madame Guevara'. Era o começo da crise que agitou a Faculdade, se bem que, em vários pronunciamentos, os estudantes alegassem motivos que, segundo eles, já se faziam sentir antes desse episódio*"²⁰. Veio a greve maciça dos estudantes. Veio a viagem ao Recife do ministro da Educação do governo Jânio Quadros, sr. Brigido Tinoco, "a fim de manter, como declarou aos jornais, o princípio da autoridade legitimamente constituída", portanto em favor do Diretor Soriano. Veio a intervenção militar, sendo a Faculdade completamente cercada por tropas do Exército, segundo a determinação presidencial. Foi um terrível, agitado e extremamente penoso período para a vida da Faculdade. A situação ficara insustentável e a Congregação, que fora inicialmente solidária com o Diretor, acabou, para suprema mágoa deste, apoiando a sua saída. O desfecho fazia-se assim traumático.

Seguiu-se a interinidade do Vice-Diretor, prof. Sérgio Loreto Filho, temperamento cordial, ameno, conciliador, que tinha a especial sabedoria de fazer-se parecer ingênuo em certas situações críticas, com o que costumava desarmar os espíritos beligerantes. Empossado em 26 de junho de 1961, dr. Sérgio levou a bom termo o mandato do prof. Soriano. Para o mandato seguinte foi eleito e nomeado o prof. Murilo Guimarães, que tomou posse em 6 de maio de 1963). "*As circunstâncias, escreveu Nilo Pereira* ²¹, *iriam provar que o mestre de Direito Comercial haveria de ser, como Diretor, um timoneiro do mais profundo alcance cultural, um administrador de comprovada virtudes morais e intelectuais*". Seu sóbrio discurso de posse (que o livro de Nilo Pereira transcreve, a págs. 435 e seguintes) já mostra a plena consciência que tinha o novo Diretor das dificuldades que a Faculdade então atravessava. Ao seu curto

²⁰ Nilo Pereira - "A Faculdade de Direito do Recife, 1927/1977 - ensaio biográfico", op. cit., p. 490.

²¹ Nilo Pereira - op. cit., p. 433.

período administrativo, de pouco mais de um ano (porque logo seria convocado para assumir a Reitoria, na crise que a Universidade viveu com a vitória do movimento civil e militar que derrubou o governo Goulart e terminou acarretando, na Faculdade, a queda do Reitor João Alfredo: dr. Murilo empossou-se na Reitoria em 17 de agosto de 1964), devem-se, no entanto, importantes e duradouras realizações: retomou a *Revista Acadêmica*, que vai viver, a partir daí, e sobretudo sob o seu Reitorado, período de regular periodicidade; e iniciou o processo de reforma do prédio, incorporando os amplos espaços vazios dos porões, para transformá-los, se não em gabinetes docentes individuais, o que seria o ideal (e ainda hoje é uma necessidade que a Faculdade sente), mas em salas para conjuntos de disciplinas, germe dos futuros Departamentos, com a permanência obrigatória e disciplinada dos docentes, a fim de atenderem aos estudantes em pequenos grupos de consultas.

Nilo Pereira relata ainda que dr. Murilo "*encontrava-se na Europa quando da eleição que vinha escolher o substituto do Reitor João Alfredo Gonçalves da Costa Lima. A votação unânime que então recebeu era a consagração da sua administração na Faculdade*"²². Sucedeu, então, ao dr. Murilo, na Direção, o prof. Lourival Vilanova, "*nome que honra qualquer Universidade do mundo*", no dizer exato de Nilo Pereira, "*mestre admirável que poderia resplender em qualquer universidade européia*", ecoa Mário Baptista²³. Dr. Lourival (cuja posse ocorreu em 20 de outubro de 1964) deu prosseguimento às reformas, inclusive físicas, iniciadas na gestão de dr. Murilo e deu à Faculdade o brilho de sua erudição. "*Sua ingente preocupação com o Mestrado - cuja coordenação lhe cabe, escreveu ainda Nilo Pereira, - demonstra que o seu espírito realmente universitário se desenvolve à base de um incessante pluralismo cultural, que lhe permite uma visão objetiva do aprimoramento do conhecimento humano*"²⁴. Na administração Lourival Vilanova (1964-1967) e na do seu sucessor, prof. Mário Baptista (empossado em 7 de dezembro de 1967), desenvolveu-se o

²² Nilo Pereira - op. cit., p.433.

²³ Mário Baptista - "Discurso de posse", in *Revista Acadêmica*, vol. LXIV, Recife, 1968.

²⁴ Nilo Pereira - op. cit., p. 486.

terremoto que representou a chamada "reforma universitária", como que refundando a Universidade, com profundas repercussões para a vida da Faculdade.

A reforma universitária

Na segunda metade da década de 60, a Universidade, não só em Pernambuco mas em todo o País, vivia uma hora de profunda inquietação, de exame de consciência de suas estruturas e de seus rumos, de reavaliação. Havia uma crescente demanda de secundaristas batendo às portas da Universidade, cujas vagas não eram bastantes; havia o grave problema da desigualdade entre cursos de grande demanda e outros que ficavam com vagas ociosas, não preenchidas diante da pouca procura, - cada uma dessas pontas da situação implicando problemas graves a requerer medidas às vezes contrárias.

Havia, também, a irracionalidade da chamada "duplicação de meios para fins idênticos", o que decorria do isolacionismo absoluto em que viviam as antigas unidades universitárias. Aí estaria, talvez, a raiz maior do problema: a Universidade era quase que tão somente um feixe de escolas isoladas, reunidas apenas pela Reitoria comum. Não é absurdo que tenha sido assim; não foi, evidentemente, culpa ou deficiência de visão dos Reitores anteriores. Pelo contrário: fizeram eles o seu papel, corresponderam, aliás notavelmente, às perspectivas e às dificuldades de sua época própria. O de que se tratou, nos primeiros 20 anos da Universidade, foi justamente de lhe multiplicar os cursos, a partir daquelas poucas 5 Escolas do momento de sua constituição. *"As cinco escolas reunidas para a fundação da Universidade - recorda-se numa publicação sobre a Universidade, ao final do segundo mandato do Reitor Murilo Guimarães, texto que é como um grande relatório do conjunto dos 7 anos daquele Reitorado, uma cabal prestação de contas, - logo foram somadas outras, fosse por incorporação - como a Escola Superior de Química, a Faculdade de Ciências Econômicas e a Faculdade de Filosofia de Pernambuco, - fosse por criação decorrente do desenvolvimento dos trabalhos científicos - tal o caso do Instituto de Física e Matemática, do Instituto de Antibióticos, do*

*Instituto de Nutrição e do Instituto de Micologia"*²⁵. Um dos melhores teóricos dos propósitos reformistas da Universidade brasileira, o prof. Newton Sucupira, di-lo-ia explicitamente: *"nunca é demais repetir que a simples administração comum de faculdades profissionais, semi-independentes, não constituirá jamais uma universidade autêntica". "O aparecimento da universidade não introduziu qualquer alteração substancial no espírito, no processo e nas estruturas do ensino superior brasileiro; ressentia-se de unidade orgânica, não passando de uma congêrie de faculdades mais ou menos independentes ligadas entre si pelo elo administrativo de uma reitoria"*²⁶.

O novo Reitorado, do prof. Murilo Guimarães, pressentindo as inquietações da hora, antecipou-se e promoveu, logo nos idos de 1965, entre 23 de março e 14 de abril, um amplo *Simpósio sobre a Problemática Universitária*, coordenado pelo prof. Luiz Delgado com o auxílio dos professores Newton Sucupira e Palhares Moreira Reis. O propósito do Reitor era o de obter, assim, subsídios para a elaboração de um programa "capaz de orientar as atividades da instituição para rumos definidos": *"esse objetivo escreveu o Reitor, deveria ser alcançado através de um debate amplo, com a participação de toda a comunidade universitária, em que as vozes mais autorizadas oferecessem sugestões, formulassem críticas, expusessem idéias, daí resultando uma consciência nítida do caminho seguro que deveríamos percorrer"*²⁷. Foram proferidas, todas com debates, valiosas conferências, a cargo de nomes ilustres como - na ordem em que as conferências foram pronunciadas - os dos professores Newton Sucupira, Gilberto Osório de Andrade, Marcionilo Lins, Nelson Chaves, Jônio Lemos, Gilberto Freyre, Vamireh Chacon, Luiz Delgado, Carlos Maciel e Lourival Vilanova. As principais questões da chamada reforma universitária já foram aí exaustivamente debatidas e antecipadas. O conjunto das confe-

²⁵ "Universidade Federal de Pernambuco -reitorado Murilo Guimarães (1964-1971)", Editora Universitária, Recife, 1971, p. 14.

²⁶ Sucupira, Newton - "A Universidade brasileira: sua idéia e sua realização", in "Simpósio sobre a problemática universitária", Imprensa Universitária, Recife, 1965, p. 16 e p. 23.

²⁷ Apresentação do livro "Simpósio sobre problemática universitária - Universidade do Recife", Imprensa Universitária, Recife, 1965, p. 7.

rências foi reunido num volume editado pela Imprensa Universitária, que é um dos documentos mais importantes do período.

Logo a reforma tomaria impulso oficial pela promulgação de dois Decretos-Leis, os de números 53, de 1966, e 252, de 1967, reestruturando as universidades federais. Foi uma época de grande efervescência universitária, tudo sendo rediscutido na Universidade: época de rearrumação geral, ou, segundo alguns, de desarrumação. A sociedade em geral participou desses debates, inclusive acompanhando os muitos artigos que, a respeito, eram publicados na imprensa diária. Alguns dos melhores textos que essa ampla revisão suscitou foram publicados por esta revista "Estudos Universitários": por exemplo, os ensaios "Temática, nomenclatura e semântica da Universidade", de autoria de Carlos Maciel (incluído no número 4 de 1966 -outubro/dezembro), e "A propósito do conceito de Universidade medieval", de autoria de Newton Sucupira, publicado logo na edição seguinte (número 1 de 1967, janeiro/março) e que é uma discussão daquele.

Foi também uma época de grandes perplexidades. Em três artigos publicados no "Jornal do Commercio", uma voz sempre moderada e serena como a de Luiz Delgado identificou, já no título comum, o sentido nuclear da reforma então em curso: "Os reformadores contra as escolas"²⁸. Vale a pena, ainda hoje, retornar a essa voz, algo oracular e sobremodo prudente, que, no entanto, não foi ouvida. Aproveitando-se de uma lição do prof. Marcionilo Lins (segundo a qual "o desenvolvimento de uma universidade exige amadurecimento, cautela e consciência cultural do problema"), Luiz Delgado lembrava que "por isso mesmo, as nações mais velhas e mais sábias consideram que a primeira coisa a fazer, nessa matéria, é utilizar as experiências, as tradições. Quando se trata de mudanças que afetam as estruturas comprovadas, organizam-se, para prová-las, Universidades de tipo novo: por um lado, vai-se examinar se a novidade dá certo e, por outro lado, não se destrói nem se perturba o que estava sendo feito. Seria criminoso, em países como a Alemanha, a Inglaterra, a França, arrebentar-se o que, bem ou mal, vinha atendendo a certas necessidades, por amor à implantação de um sistema apenas idealizado, mas que só terá valor

²⁸ Luiz Delgado - "Os reformadores contra as escolas", no *Jornal do Commercio* de 30 de outubro, 6 e 13 de novembro de 1966.

efetivo se conseguir vencer os obstáculos imprevisíveis do real, do concreto. Ora, é esse desprezo pelo que já construímos e que, embora com defeitos e incômodos, suscetível portanto de reforma e melhoramento, já se veio adaptando ao nosso feito, - esse desprezo é que parece estar movendo alguns dos nossos reformadores. O certo seria estabelecer áreas de ensaio e experiência - como será o caso de Brasília. Inclusive para permitir um cotejo de processos e de resultados, com o que se vinha fazendo em São Paulo, no Recife, na Bahia - nas cidades onde o trabalho universitário, ou o que fez as suas vezes em nossa história, já tem por si, quando nenhum outro tivesse, o benefício de ter preparado, ou de não ter anulado, a competência, a capacidade, o mérito desses seus apedrejadores de agora..."

A análise, que passa então a empreender, dos três aspectos principais que assumia, a seu ver, esse "ímpeto de destruição" (a saber, a fragmentação das Escolas nos novos departamentos, o paralelismo dos Institutos e a tentação do ensino básico) demonstra a tese com que concluía a série daqueles artigos: "Realmente, uma universidade não é um simples feixe de escolas. Para que ela exista, é necessário que haja uma integração de saberes, um interrelacionamento das ciências. Só assim ela servirá a uma cultura autêntica. (...) Não é, porém, semelhante objetivo, algo que se possa criar por decreto, por uma providência da administração ou pela submissão de todas as inteligências a uma ordem de cujo merecimento e fundamentação só se convenceram duas ou três. Integração universitária não se consegue construindo-se os Institutos de Brasília, ou o ensino básico norte-americano, fora do meio social e do ambiente espiritual onde eles nasceram e se explicam. Ela resultará de uma aproximação dos estudiosos, de uma criação de hábitos de cooperação benévola e de simpatia pelas tarefas dos outros, de uma descoberta das preocupações comuns através do conhecimento das preocupações particulares, de uma lenta percepção da unidade do real, que as nossas ciências penetram mas dividem. Nada disso se obtém do dia para a noite, porque se escreveu um decreto ou se improvisou um órgão e uma sigla. E nesse esforço, para o qual talvez nem baste uma geração, - a preservação das experiências feitas, mesmo se são imperfeitas, o respeito por tudo quanto já mostrou um pouco do nosso

temperamento e do nosso estilo, a sabedoria de inserir elementos novos nas estruturas que o tempo consolidou, tudo aconselha que defendamos o essencial de nossas Faculdades contra certas reformas vá lá um nome feio: imaturas”.

Nessas palavras prudentes estava resumido o drama que a Faculdade viveu com as dores de parto da reforma universitária. Em vão o mesmo Luiz Delgado, naquele “Simpósio”, havia estudado (tal o tema de sua conferência) “Uma experiência secular de ensino superior no Brasil: o estudo do Direito”. Uma reforma verdadeiramente boa teria procurado conciliar os problemas novos do ensino superior, inclusive a necessidade real de dar à Universidade um caráter muito mais autenticamente universitário, com a experiência que já se viera acumulando, sobretudo quando se tratava de uma experiência mais do que centenária, a do ensino jurídico entre nós. Será, segundo expressivos indícios, o que se tenta agora, no Reitorado do jovem, mas extremamente sensível e compreensivo, Reitor Mozart Neves Ramos. Mas parece ser assim que as coisas acontecem sempre, no Brasil: as reformas se fazem menos por continuidade do que por saltos, sem respeitar a tradição; esta termina impondo-se, em seguida, aos poucos, conduzindo a sínteses mais equilibradas, que não se conseguem senão depois de traumas e resistências que melhor valeria ter evitado.

No tumulto da reforma, a Faculdade assustou-se e tremeu com uma tripla ameaça e o Diretor Mário Baptista chegou até a impetrar Mandado de Segurança em defesa da “autonomia” da Faculdade: as ameaças de perder o nome, perder o prédio, perder a unidade institucional; e também com a perspectiva de incorporar docentes de outras Escolas, aqueles que, noutros cursos, ministravam matérias jurídicas. Exceto neste último aspecto, a Faculdade pode-se dizer que saiu vitoriosa, posto que conservou o prédio (fez-se uma específica ressalva quanto ao “campus” universitário, prevendo que, fora dele, poderiam continuar apenas a Faculdade de Direito e a televisão universitária); conservou o nome (embora lhe pesassem o nome novo de “Centro de Ciências Jurídicas - CCJ”, em seguida, numa pequena reforma da reforma, admitiu-se escrever ao lado “Faculdade de Direito do Recife”, e é este último o nome pelo qual ela é, a todo momento, mesmo pelos principais dirigentes universitários, e mesmo pelos mais notáveis

mentores da “reforma”, conhecida e referida); e, por fim e sobretudo, manteve a sua unidade institucional, de forma alguma sendo absorvida dentro de um organismo maior, qual o Centro de Ciências Sociais Aplicadas, que já englobava, como ainda hoje engloba, os cursos de Administração, Economia, Ciências Contábeis e Serviço Social, tal como, em certa altura, se pretendeu e até se chegou a aprovar, em resolução do Conselho Universitário. Com efeito, a Faculdade continuou como unidade distinta, com a peculiaridade de ministrar um único curso (diferentemente do que sucedeu, por exemplo, com a Faculdade de Medicina, incluída dentro do Centro de Ciências da Saúde, ou a Escola de Engenharia, integrada no interior do Centro de Tecnologia), não sendo reduzida a Departamento do CCSA.

Quanto à incorporação dos docentes de disciplinas jurídicas dos demais cursos, que a Faculdade acabou recebendo, pode-se dizer que, aí, a incompreensão foi da Faculdade e a razão estava com os reformistas. Não somente foi ela, com essa incorporação, enriquecida por alguns valores realmente expressivos, bastando lembrar nomes como José Guedes Correa Gondim Filho ou o atual Diretor, o prof. José Souto Maior Borges, como também a justificativa era integralmente procedente: um ideal desenvolvimento acadêmico requereria que trabalhassem em conjunto, na mesma equipe docente, professores responsáveis por disciplinas idênticas, apenas indo lecioná-las em lugares, ou Escolas, diferentes. Num Departamento verdadeiro, seria de esperar que esses docentes, aí congregados, pudessem trocar informações, permutar conhecimentos, promover estudos comuns e reciprocamente estimuladores. O lucro acadêmico seria muito maior do que se eles devessem continuar isolados, uns dos outros, aproximados não dos companheiros dos mesmos estudos, mas de professores de disciplinas completamente diferentes, aos quais se ligavam apenas pelo fato de lecionarem no mesmo curso.

Sob certo ponto de vista, portanto, ou seja, sob todos aqueles aspectos acima relacionados, pode-se concluir que, de todas as Escolas preexistentes, a Faculdade de Direito foi a menos atingida pela reforma universitária. Nem foi ela inserida no interior de um “Centro” qualquer, maior; nem perdeu o nome tradicional;

nem foi obrigada a abandonar o prédio e transferir-se para a Cidade Universitária.

Sob outro ponto de vista, porém, a Faculdade foi profunda e duramente atingida. Sua estrutura institucional foi radicalmente subvertida. Creio que, para a Faculdade, a pior consequência da reforma, foi a supressão de sua antiga, secular, e essencial, Congregação. Perdê-la significou, para a Faculdade, perder a sua alma vital, a sua unidade, o seu sentido de "corpus". A organização administrativa atual, decorrente da reforma - Diretor, Departamentos, Conselho Departamental, colegiado de graduação, colegiado da pós-graduação, coordenador da graduação, coordenador da pós-graduação, - sobre ser excessiva, abrangendo um número exagerado de órgãos (e em casa muito dividida, ou ninguém manda, ou quem manda é um terceiro, um estranho), destrói sobretudo a estabilidade institucional na medida em que não mais há assentos permanentes nos colegiados principais, tal como eram os antigos Catedráticos, mas apenas presenças provisórias, de docentes no exercício de mandatos temporários, sem, portanto, o comprometimento que somente a vinculação efetiva e definitiva dá. Há uma diferença abissal, de que a Faculdade diariamente se ressentente, entre um Conselho Departamental constituído de Chefes de Departamento eleitos, para mandatos determinados, e uma Congregação constituída de professores permanentes, que lá não estavam em função de eleições (e, portanto, de conveniências e ajustes eleitorais fortuitos) ou de nomeações feitas pelo Reitor (e, portanto, dos compromissos que antecedem essas nomeações) - mas a título próprio, em função da cátedra que conquistaram em concursos públicos, e, assim, inafastáveis seja pelos interesses eventuais dos colegas seja pelos caprichos da autoridade superior.

O esvaziamento da Congregação (não se cogitava ainda de sua completa supressão, como se veio a efetivar depois) era a primeira perversão que Luiz Delgado identificava no ímpeto, que ele preferiu chamar de "instinto", dos "reformadores contra as escolas": *"creio eu que, em muita lei nova e muito projeto novo, o que, de fato, palpita é um instinto - pois, não sei se é um ideal ou um ressentimento - de acabar com as antigas Faculdades - e 'antigas' não somente no sentido em que o é a Faculdade de Direito por exemplo, senão ainda num sentido que abranja as modernas*

entidades criadas segundo aquele mesmo padrão". Denunciava: "o que fazem o Estatuto da Universidade do Recife e o Regimento Geral de suas Unidades é fragmentar as Faculdades em um amontoado de Departamentos que, muitas vezes, desconhecem a Congregação e a Direção da Faculdade de que deveriam ser parcelas". E depois de demonstrar, mediante vários exemplos, essa interferência excessiva dos Departamentos à margem e à revelia das Congregações, conclui que, preterindo assim as antigas Congregações, os novos dispositivos estatutários "refletem uma deliberação assentada de arrebitar a unidade das Escolas, dentro das quais parece que tais Departamentos foram colocados numa autêntica manobra de paraquedismo. Deveriam eles ter outra função e seriam úteis, utilíssimos até"²⁹.

A posição de Diretor tendeu então a certo isolamento, ou a certa solidão, à falta seja do aconselhamento seja da solidariedade de um organismo permanente, como era a Congregação. Quando, por exemplo, no auge das durezas do regime militar, o Diretor entender de fechar a Faculdade para impedir que Senadores da República nela proferissem conferência, não haverá ninguém, não havia a Congregação, para assessorá-lo num sentido ou no outro: para aplaudí-lo, ratificando sua decisão e solidarizando-se com ela; ou para censurá-lo, encaminhando as retificações que parecessem adequadas. O que houve foi a dupla tragédia de um Diretor a tomar, sozinho, decisões gravíssimas e, ao lado, um corpo docente descomprometido, ninguém considerando-se também co-responsável por aquele momento e aquela confusão.

Ainda outros imensos defeitos decorreram, para a Faculdade, da reforma universitária. Pelos novos Estatutos da Universidade, distinguiram-se funções administrativas e funções docentes, aquelas a cargo do Diretor, estas a cargo dos coordenadores de curso, da graduação e da pós-graduação, à semelhança do que sucedeu, no nível central, entre as funções do Conselho de Administração da Universidade e do Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão. Já é, em si, essa duplicidade de colegiados, uma péssima concepção, não só na medida em que admite que os problemas administrativos e acadêmicos possam ser tratados separadamente,

²⁹ Luiz Delgado - "Os reformadores contra as escolas", in *Jornal do Commercio* de 30 de outubro de 1966.

como se uns, a cada instante, não interpelassem os outros, mas também na medida em que instaura uma dualidade no coração mesmo do poder central (dois Conselhos significando, claramente, duas cabeças), o que só leva ao evidente predomínio do Reitor com sua equipe de Pró-Reitores (todos nomeados por aquele e a qualquer hora demissíveis por ele), os únicos a participarem, com direito a voto, nos dois colegiados supremos. Acresce que os Estatutos prevêm que aqueles coordenadores de curso são nomeados pelo Reitor, apenas "ouvidos os Diretores". De fato, ao menos na Faculdade isso não tem acontecido, adotando os sucessivos Reitores a excelente prática de somente nomearem, para coordenadores, aqueles nomes que os Diretores da Faculdade lhes indicaram, mas a péssima norma continua lá, podendo, portanto, ser implantada a qualquer instante, o que não poderia ser mais desastroso para a Faculdade. Deve-se ter como absolutamente inaceitável que os coordenadores da graduação e da pós-graduação não sejam professores da absoluta confiança do Diretor eleito pela comunidade da Faculdade, professores por ele indicados para trabalharem em equipe, e sob sua orientação. Admitir o contrário, admitir a efetivação concreta da letra fria da norma estatutária, admitir que o Diretor, eleito, fique de mãos atadas, toda a parte acadêmica da Faculdade sendo entregue a coordenadores da livre escolha do Reitor e da confiança deste e não do Diretor, seria uma calamidade: seria, objetivamente, a total supressão de qualquer idéia de algum grau de autonomia da unidade Faculdade de Direito no interior da Universidade, com que ela, a Faculdade, tanto sonhou, que ela ajudou a criar e que se constituiu em torno dela.

Dadas essas qualificações da Faculdade, além de sua muito maior longevidade, não teria sido o caso de a reforma universitária haver dado um tratamento diferenciado à Faculdade de Direito, preservando-lhe a Congregação e não a esfacelando e desintegrando internamente entre Departamentos múltiplos e coordenadores alheios à confiança do Diretor, ferindo assim, duplamente, a sua unidade institucional? Por que, no caso da Faculdade, o "colegiado de curso" previsto na reforma não seria a própria Congregação, uma vez que nela somente um único curso de graduação se ministra, o de Direito? Tratar a Faculdade uniformemente, homogeneamente, sem qualquer diferenciação relativa-

mente a escolas e a cursos criados depois da Universidade e, portanto, já no interior dela, sem, assim, a mesma trajetória histórica, sem a sua tradição, sem a mesma presença na própria vida nacional, - foi, decerto, o atentado nuclear que a reforma universitária perpetrou contra ela, a raiz dos males de que ela veio padecendo a seguir.

A faculdade nos últimos 25 anos da universidade

No meio das perturbações imensas que a reforma universitária lhe causou, alguns pontos positivos ainda podem, no entanto, ser destacados. Assim, nos 25 anos que vêm de 1971, quando se encerraram os mandatos do Reitor Murilo Guimarães (em 11 de agosto) e do Diretor Mário Baptista (em 7 de dezembro), até hoje, nem tudo foram, apenas, as lutas e as dificuldades de adaptação aos novos contornos ditados pela reforma universitária.

Houve, por exemplo, a adaptação à criação do chamado Ciclo Geral, ocupando, originariamente, todo um ano letivo do curso de Direito. A introdução desse Ciclo, cuja motivação básica era, ao mesmo tempo, reciclar o alunado, para suprir as deficiências de sua formação secundária, e permitir estudos comuns a determinadas áreas, de modo a induzir a escolhas vocacionais feitas, então, já no interior da Universidade e não antes de nela ingressar, no vestibular, - poderia significar, para a Faculdade, o desdobramento do curso, dilatando-se por um sexto ano, se não fosse a inteligência prática do Diretor interino da época, o prof. Pinto Ferreira, que tudo acomodou simplesmente pela solução da supressão de uma aula em cada disciplina do currículo. As quatro aulas que cada disciplina ministrava semanalmente foram, assim, convertidas em apenas três, mantendo-se o curso todo na duração tradicional dos cinco anos.

Havendo sido extinto o antigo e tradicional Doutorado, os cursos de pós-graduação terminaram sendo reintroduzidos pela criação do Mestrado, logo confiado à competência do prof. Lourival Vilanova, que exerceu sua coordenação ao longo da administração de sucessivos Diretores. Nele atuavam alguns dos maiores nomes da Faculdade, inclusive muitos daqueles que se iam aposentando mas que continuavam, dessa forma, ligados à Casa, como, por exemplo,

os professores Murilo Guimarães, Torquato de Castro, Nilzardo Carneiro Leão, Nelson Saldanha. O Mestrado foi adquirindo tal relevo e tal grau de autonomia que houve até quem o encarasse, de um lado e de outro, do lado da Direção ou do lado do próprio Mestrado, como um corpo independente, estranho e destacado da Faculdade. Um Diretor chegou até a lhe encaminhar ofício em termos tais que o tomava como outro organismo que não parte viva, e preciosa, da Faculdade mesma.

O regime de ingresso no corpo docente veio sendo alterado profundamente. Os famosos concursos para a Cátedra, que chegaram, muitas vezes, a empolgar a cidade inteira, foram postos de lado (os últimos foram os dos professores Luiz Rodolfo de Araújo Júnior e José de Moura Rocha, nos idos de 1965, para as cadeiras de Processo Civil), substituídos, primeiro, pelo sistema de carreira, no qual os antigos Catedráticos começaram cercando-se de Assistentes, que literalmente assistiam às aulas e se encarregavam sobretudo das chamadas "aulas práticas" ou de "seminários" nos quais a matéria teórica, exposta pelo Catedrático, deveria ser revista e reestudada, forma inteligente de introduzir, a pouco e pouco, novos valores nas dificuldades do magistério superior, - e, depois, simplesmente abandonados não só pelas efetivações procedidas pela Constituição de 1967 e pela Emenda Constitucional nº 1, de 1969, mas, sobretudo, pelo pernicioso sistema que se implantou, então, em toda a universidade brasileira, de cada docente ficar responsável, integral e solitariamente, pelo ministério de uma disciplina inteira, numa turma, não se diferenciando de modo nenhum, no tocante propriamente às aulas, os professores de diferentes níveis na carreira - Titulares, Adjuntos, Assistentes e Auxiliares. De qualquer modo, o fato é que, sobretudo na Direção e no Reitorado de Murilo Guimarães, uma excelente plêiade de verdadeiros valores foi incorporada aos quadros da Faculdade de Direito: nomes como Egídio Ferreira Lima, Evandro Onofre, Solano Magalhães, Gabriel Lucena, Geraldo Neves, Bernadete Pedrosa, Otávio Lobo, Ronaldo Souto Maior, Dourimar Moura, Isaac Pereira, entre tantos outros. Tal renovação, pelo mesmo processo, de indicação pelos Departamentos, continuou ao longo dos anos, até que a obrigatoriedade dos concursos públicos fosse restaurada.

Quanto a estes, a Faculdade vem optando, sabiamente, por abri-los antes para Professor Auxiliar do que para Assistente ou Adjunto, cargos que exigem o pré-requisito do Mestrado e do Doutorado, respectivamente. Abrindo-os para Professores Auxiliares, a Faculdade atende a um número muito maior de possíveis candidatos, dilatando, assim, o caráter eminentemente público desses concursos, e admite, ao mesmo tempo, atrair para seus quadros valores já provados na vida propriamente profissional: na advocacia, na magistratura, no ministério público, etc. Nenhum prejuízo sofrem com isso os Mestres e os Doutores, posto que participam do concurso até em posição mais vantajosa (com o acréscimo do peso desses títulos), e, em vindo a ser classificados em primeiro lugar, logo ascendem, por imediata progressão, àquelas posições mais altas da carreira. Por outro lado, não se impede que um grande valor da vida profissional venha a concorrer, somente pelo fato de não dispor daquele título formal, abrindo-se-lhe a possibilidade de vir a obter o primeiro lugar a despeito da menor titulação.

Na sucessão do prof. Mário Baptista, já sendo então de 4 anos os mandatos, e depois de uma interinidade de alguns meses do prof. Pinto Ferreira, assumiu o novo Diretor, o prof. Hilton Guedes Alcoforado, empossado em 3 de julho de 1972, sendo Reitor o prof. Marcionilo Lins. Na sucessão do Diretor Hilton, depois de outra interinidade do mesmo professor Pinto Ferreira, assumiu o Diretor Francisco de Assis Rosa e Silva Sobrinho, empossado em 11 de janeiro de 1977, sendo Reitor o prof. Paulo Maciel. Para a sucessão do Diretor Rosa e Silva, foi eleito e nomeado o prof. Mário Baptista, que retornava assim ao alto posto que ocupara anteriormente: empossado em 18 de fevereiro de 1981, sendo Reitor o prof. Geraldo Lafayette, não pôde, infelizmente, concluir o mandato uma vez que a morte o levou, poucos meses depois, em 11 de novembro do mesmo ano de 1981.

Sobre dr. Mário, dobrado pela dor de sua perda, escrevi em seguida um depoimento, publicado no "Diário de Pernambuco", que me permito transcrever aqui:

"Na medida em que fosse razoável escolher uma forma de morte, como, de algum modo, preferível às outras, - esta, creio, é que agradaria a dr. Mário Baptista: a de chegar ao repouso eterno

saindo diretamente da cadeira de Diretor da Faculdade de Direito, cadeira em que se sentava pela vez segunda. Ignoro se algum outro professor terá falecido assim; em igual privilégio. Também, na medida em que uma morte pode ser consagradora, esta foi: sob a inspiração do Vice-diretor, dr. Ronaldo Souto Maior, a Faculdade lhe prestou a especial homenagem de levá-lo em cortejo, a pé, da escola para o cemitério, envergando, todos os professores, as becas que ele tanto prezava: ou seja, levando, ruas afora, o fascínio e a força que só os grandes símbolos possuem. Se não tivesse sido reconduzido à Direção, brevíssimos nove meses atrás, poucos dos atuais estudantes haveriam de conhecê-lo, afastado que ele andava do cotidiano acadêmico por conta das maluquices que se vieram perpetrando em nome, ou a pretexto, da 'reforma universitária'. Esta segunda Direção o pôs em contacto de novo com a mocidade, que pôde, por isto, conhecê-lo e, agora, chorá-lo, até por sentir-se, em primeiro lugar, amada e querida por ele.

"Coube-lhe, no primeiro mandato, dez anos antes, a responsabilidade de manter a Faculdade nas culminâncias a que a levaram as Direções exemplares de um Murilo Guimarães e um Lourival Vilanova. Mas, então, era a hora conturbada da 'reforma'. E dr. Mário fez-se o paladino da grande causa da 'autonomia' da Faculdade - autonomia que talvez não passasse de uma palavra excessivamente elástica, capaz de suportar os mais variados conteúdos. Afinal, a maior restrição a esta autonomia se fizera algumas décadas antes, com a criação da Universidade Federal, curiosamente patrocinada pela própria Faculdade - conforme registrou, na ocasião, a lucidez irônica de um Andrade Bezerra. Sua resistência, incompreendida e intransigente, foi toda uma luta, árdua, dolorosa, conduzida sempre pela melhor das intenções. Obstinado na defesa das suas posições, ele aceitava qualquer sacrifício, mesmo pessoal. O final, melancólico, deve tê-lo magoado profundamente. Por isto mesmo, seu retorno, este ano, lhe há de ter sorrido como a justa resposta do tempo, a adequada reparação, o ansiado desagravo. Imagino que tenha sido sobretudo por isto, mesmo com a consciência da fragilidade da saúde, que ele aceitou o novo encargo, com a complexa tarefa de restaurar a Faculdade - e restaurá-la em todos os sentidos: no corpo e na alma, tanto física quanto intelec-

tualmente, o prédio e a disciplina, a administração e o ensino, a biblioteca e a altivez.

"Este novo mandato foi, sem dúvida, uma cruz. Já não é fácil nenhum retorno: muitas vezes se é tentado a olhar as novas paisagens à luz das mesmíssimas categorias anteriores. No caso do ensino superior, houvera, no intervalo, todo o intrincado desdobramento da reforma, difícil de ser assimilado por quem administrou outras experiências e lhe opusera tanta resistência. Nada obstante, dr. Mário a tudo se impôs: a Faculdade lhe merecia tudo. Quantas vezes, quando eu chegava para minha aula das 21 horas, é que se ia ele retirando, depois de um expediente dobrado, diurno e noturno, obviamente desaconselhado para sua saúde. A Faculdade era sua casa e o seu culto. E esta é sua lição maior, a desse entranhado amor. Por isto mesmo, seria impossível a toda gente, mesmo aos que divergissem de algumas de suas atitudes, ou da maneira como as sustentava, - seria impossível não admirar nele essa dedicação. E não se abalar com essa fidelidade, não se comover, não se contagiar por seu fervor.

"Ele sabia que uma instituição não se faz sem seus ritos ou sem continuidade e tradição. Não é impunemente que se desmantela uma estrutura mais do que secular. Nisso, dr. Mário viu longe e viu primeiro. Para se não reduzir, com sua carga de mito, a uma mera briga de palavras, uma briga nominalista, a bandeira da luta pela 'autonomia' deveria converter-se num combate pela manutenção do sentido de 'corpus' da instituição, corpo único e unido. Ora, a maneira como a 'reforma universitária' desarticulou as velhas escolas, fragmentando o poder, pulverizando seus órgãos dirigentes, desagregando-lhes as partes, ferindo sua unidade, foi decisiva para a configuração dos descabros que aí estão. Evidente que administrações lúcidas e empreendedoras teriam minorado sensivelmente, senão contornado, este atual quadro de aflições, - mas que as premissas institucionais reformistas, postas em prática, são, em boa medida, responsáveis pelas dificuldades presentes, lá isso são. Dr. Mário pressentiu todo este drama. E sabia onde estava a solução - por isto, não se cansava de me louvar um artigo em que eu clamava pelo retorno das velhas Congregações.

“Sua perda, agora - justamente quando o exercício da Direção parecia remoçá-lo - deve servir, no mínimo, para que a Faculdade tome mais viva consciência de suas angústias institucionais e funcionais e volte a lutar pela preservação de sua unidade orgânica, pelo restabelecimento da antiga grandeza. Bem pode o rito do cortejo fúnebre ser o ponto de partida para outras restaurações. Até para confirmar a velha sabedoria de que não há morte sem algum renascer, e nunca se põe o sol sem reaparecer do outro lado. É isto o que, acima de tudo, devemos ao professor Mário Baptista”.

Eleito para um mandato-tampão, a fim de completar o quadriênio que seria de Mário Baptista, o prof. Pinto Ferreira tomou posse em 8 de março de 1982, sendo Reitor ainda o prof. Geraldo Lafayette. Na sucessão deste último, que também viera a falecer em pleno mandato, entrou outra vez a Faculdade em rota de colisão com a Universidade, chegando o Diretor Pinto Ferreira a impetrar Mandado de Segurança, por se julgar prejudicado na eleição para Reitor, procedida pelo Conselho Universitário, ao final da gestão do Vice-reitor em exercício, prof. Geraldo Lapenda.

Para o quadriênio seguinte, foi eleito o prof. Sílvio Loreto, último dos Diretores nomeados diretamente pelo Governo Federal. Empossado em 21 de março de 1984, sendo Reitor o prof. George Browne do Rego, coube-lhe enfrentar a tarefa verdadeiramente hercúlea de proceder à completa restauração física do prédio, que estava, então, em situação simplesmente lamentável, com algumas salas de aulas interditadas, turmas chegando a ter aulas até no espaço dos pés-de-escada. Recursos foram obtidos diretamente em Brasília, direcionados especificamente para a restauração integral do magnífico palácio, as aulas precisando ser transferidas, durante uns bons dois anos, para salas da Universidade Católica e do Colégio Nóbrega, que tiveram, na oportunidade, generosa compreensão.

Das administrações seguintes não devo falar, até porque me coube, nomeado pelo Reitor Edinaldo Bastos, e tendo na Vice-diretoria a prof^a Vera Della Santa, a sucessão (de 16 de março de 1988 até 30 de abril de 1992) do Diretor Sílvio Loreto, do qual eu havia sido Vice-diretor.

A faculdade e a universidade, hoje

Um renovado otimismo deve animar a Faculdade hoje, no momento em que à frente dela e da Reitoria se encontram inteligências lúcidas e sensíveis como as de Souto Borges e Mozart Neves Ramos. Foi exatamente o que asseverei, quando, em 19 de junho de 1996, depois que uma lei superveniente levou a ser invalidada a eleição praticamente unânime do prof. Ricardo José da Costa Pinto Neto, aquele assumiu a Direção da Faculdade, recebendo-a das mãos do Vice-diretor então em exercício, o prof. Octavio Lobo: “um novo tempo - um promissor, um alvissareiro, um exuberante novo tempo: é o mínimo que se pode dizer da posse do prof. José Souto Maior Borges na direção da gloriosa Faculdade de Direito do Recife. Não só pelas qualidades intelectuais do novo Diretor, seguramente o último grande nome nacional da Faculdade. Os admiráveis docentes que mantiveram alto o prestígio da Faculdade nas décadas de 50, 60, 70, estão, todos, infelizmente, ou mortos ou aposentados. O prof. Souto Borges é o último representante dessa plêiade magnífica. Autor de obra não só vasta como, sobretudo densa, obra que figura em absoluto primeiro plano na produção jurídica brasileira, vem ele sendo frequentemente requisitado para participar de congressos e seminários por todo o país e, especialmente, para ministrar cursos de pós-graduação em centros como Brasília, São Paulo, Rio Grande do Sul. O imenso conceito nacional do prof. Souto Borges já está rendendo excelentes frutos para a Faculdade, antes mesmo de ele tomar posse”.

Assinalei, ainda, que o prestígio do prof. Souto “decorre também do unânime reconhecimento de suas altas qualidades morais. Como ninguém, o prof. Souto sabe distinguir questões pessoais dos temas objetivos em debate e, com insuperável grandeza, discute as idéias e relega queixas, ressentimentos, mesquinhas. Dele ninguém esperará nem a perseguição a pequeninos nem a servil adulação aos poderosos. Ele é sempre correto e superior.

“Não bastando essas virtudes intelectuais e morais, sozinhas, para fazer um bom Diretor, Souto Borges excede também naquilo que é ainda indispensável: de um lado, a clara percepção dos problemas - internos e externos - que afligem a Faculdade. Há uma

crise geral do ensino no País e essa crise atinge em especial os cursos chamados profissionais, entre os quais o de Direito - e o prof. Souto possui a lúcida consciência do que está acontecendo e em que sentido é preciso, portanto, trabalhar. Sabe o 'norte' para o qual é mister caminhar. Por outro lado, cordial e acolhedor, sabe congrega e reunir. Não se pretende, megalomaniacamente, apto a ministrar todas as disciplinas da Faculdade, nem se imagina um 'reizinho' capaz de administrá-la solitariamente, sem o concurso de mais ninguém. Sabe que administrar não é encaminhar papéis para um lado ou para outro, o que uma boa agência de correios costuma fazer muito bem. Nem é encastelar-se numa torre de marfim formalista, esperando que cada um cumpra, à perfeição, as atribuições formais que regulamentos esquisitos e distantes saíram distribuindo. É 'assumir' a Faculdade, conhecer cada um dos seus problemas, acompanhar a ação dos executores, estar presente, a tudo ver e prover, seja pessoalmente seja por intermédio de auxiliares de sua confiança - tudo isso que só pode fazer quem sabe e gosta de trabalhar de forma compartilhada, em equipe, colegiadamente.

"Se dirigir a Faculdade não é e não pode ser projeto de uma vaidade, nem normal, nem muito menos doentia, mas deve ser um compromisso com a instituição, com a Casa, como o grande Rui Antunes gostava de chamar, o prof. Souto Borges é, visivelmente, o 'homem certo no lugar certo'. Não alimentava ele essa vaidade; não estava interessado somente em enriquecer sua biografia (como se disso ela precisasse); foi convocado e aceitou o desafio de liderar a Escola, para recuperá-la, para fazê-la, de novo, digna do seu passado. É pena, é tristíssima pena, que ele não tenha aceitado essa mesma convocação quatro anos atrás."³⁰

Já neste texto estava salientada a condição básica para uma boa diretoria que é, além das qualidades pessoais do Diretor, "a clara percepção dos problemas - internos e externos - que afligem a Faculdade". O ponto de partida de uma administração fecunda é identificar as dificuldades essenciais com que se defronta.

³⁰ "Souto Borges, diretor", in *Jornal do Commercio*, 16 de junho de 1996.

Ora, tais dificuldades, atualmente, residem menos nos embaraços administrativos habituais, do tipo de falta de verbas, do que numa forma peculiar de "cultura" acadêmica que predomina hoje, não na Universidade Federal de Pernambuco, especificamente, mas em toda a Universidade brasileira. E essa "cultura" peculiar pode-se dizer que consiste basicamente nas deformações do culto da Dedicção Exclusiva e do culto das titulações de pós-graduações formais. Criaram-se, nos costumes ordinários da universidade brasileira, o mito da dedicação exclusiva, pelo qual o professor de tempo parcial (o de 20 horas, já que o próprio regime de 40 horas é mal visto pela legislação, admitido somente a título excepcional) é tido apenas como um praticante de "bicos", um horista, sem nenhum comprometimento maior com a Universidade; e o mito do Mestrado e Doutorado como as formas incontestáveis e únicas de qualificação, pelo qual aos Mestres e Doutores tudo pode e deve ser conferido, ao passo que os não-mestres e não-doutores são tratados como verdadeiros sub-professores, docentes de segunda ou vigésima categoria. Ambos os mitos constituem uma espantosa incompreensão da natureza da Universidade, do seu caráter plural e heterogêneo, e, particularmente, uma espantosa injustiça contra os cursos chamados profissionais, em especial os de Direito, não apenas o da Faculdade de Direito do Recife, mas todos os cursos jurídicos do País.

Observe-se, preliminarmente, que semelhante concepção representa simplesmente o êxito absoluto dos chamados cursos básicos. Corresponde ela, sim, às formas de excelência do saber das ciências básicas, nas quais pode e deve ser prestigiada. Se se quiser, porém, ter da Universidade não uma visão monolítica, absolutamente homogênea, tratando todos os cursos e todos os saberes de forma rigorosamente padronizada, mas uma visão mais larga, compreendendo que sua riqueza está na diversidade, na multiplicidade dos saberes, cada qual com exigências próprias, inconfundíveis e, muitas vezes incommunicáveis, - o que se há de dizer é que tal "modelo" absolutamente não se adapta à natureza dos estudos jurídicos e até os prejudica gravemente.

De fato, da dedicação exclusiva deve-se dizer não só que não é benéfica, mas até que nem é indiferente: que é, realmente, maléfica para o saber jurídico. Valiosíssima e indispensável para as

áreas básicas, para o professor de Química, de Física, de Biologia, de Literatura, que devem passar o dia nos seus laboratórios ou nas suas bibliotecas, nas suas salas de estudo, às voltas com suas pesquisas, seus livros e seus estudantes, - a dedicação exclusiva não pode e não deve ser estimulada nas áreas chamadas profissionais, em particular no curso jurídico. Essas áreas, por definição, são saberes práticos e não investigações teóricas; são saberes, como o Direito, voltados menos para a descoberta do que “é” do que para um “fazer” concreto: a construção de uma ponte, a cura de um doente, a solução de uma pendência jurídica específica (ou seja, fazer justiça num caso concreto dado). O curso jurídico deve formar o profissional do Direito: o advogado, o promotor, o magistrado. É essencial que, nele, ensinem aqueles que são também profissionais nessas mesmas áreas. Como diz o prof. Souto Borges muito bem, de fato nesses cursos profissionais, a Universidade beneficia-se (com seus docentes em tempo parcial) de um saber (o saber prático, externo, obtido na experiência cotidiana do fóro e das atividades jurídicas práticas em geral, o “saber de experiência feito”), para o qual ela não contribuiu. Ao invés de repudiar, o que ela deveria era exatamente prestigiar e valorizar esse saber externo e aqueles professores de tempo parcial, consagrados, na outra metade do tempo, a essas atividades práticas, cujo sumo eles trazem, cotidianamente, para o magistério. Não há maior inversão, no caso dos cursos profissionais, do que avaliá-los pelo número de docentes em Dedicação Exclusiva... É exatamente o inverso que se deveria exaltar: quanto menos docentes em dedicação exclusiva, nesses cursos (não nos das áreas básicas), tanto melhor. Que um ou outro professor, nas áreas profissionais, esteja em Dedicação Exclusiva, também não é mal que se deva simplesmente eliminar; mas deve ser sempre exceção, admitido como excepcionalidade, nunca como a regra, muito menos como ideal a perseguir. O ideal é exatamente o oposto. Dizer isso, na área jurídica, é proclamar uma obviedade, o mais elementar “bê-a-bá”: não há professor que não saiba, e não sinta isso, como não há estudante que não distinga os mestres que se ocupam também de atividades profissionais externas e não reconheça a solidez da experiência que, dessa forma, eles trazem para o ensino. Mas a Universidade brasileira enveredou por outros caminhos e adotou outro modelo...

É também uma fenomenal injustiça para com o passado glorioso da Faculdade que foi construído não por professores em Dedicação Exclusiva, que os não havia, bem como injustiça para com os grandes vultos do ensino jurídico, todos eles, fundamentalmente, professores e juristas militantes. Para citar somente docentes já aposentados ou, mesmo falecidos, mas da vida recente da Faculdade, como imaginar que seria de menor valor o ensino de um Murilo Guimarães, um Torquato de Castro, um Heraldo Almeida, um Rui Antunes, um Luiz Rodolfo, todos eles, advogados militantes, de banca conceituada e concorrida? Como pretender que, se estivessem em dedicação exclusiva, o ensino deles seria melhor? Não é o inverso que se deve dizer? Que o ensino deles foi excepcional, como foi, justamente porque eram advogados militantes, e não docentes em Dedicação Exclusiva? E como ainda pretender que o comprometimento deles com a Universidade seria insuficiente pelo fato de serem professores de tempo parcial? Como conceber maior envolvimento com a Faculdade, maior participação, maior engajamento do que o desses professores exemplares?

Quanto às titulações formais do Mestrado e do Doutorado, há dois pontos principais a considerar, além da evidência de que não são qualificações, pelo menos na área do Direito e entre nós, tão incondicionalmente incontestáveis assim. (Pois uma coisa é conceder ou não conceder o título de Mestre a um candidato que não o disputa com ninguém: o corporativismo, o coleguismo, o brasileiro temor de produzir inimizades, pode levar a aprovações indevidas; e outra coisa é candidatos disputarem, uns contra os outros, uma vaga de professor num concurso público: já é mais difícil, embora evidentemente nunca impossível, que se cometam injustiças clamorosas, premiando candidatos menos qualificados).

O primeiro ponto é o fato de que, se o Mestrado e o Doutorado são qualificações a serem reconhecidas e prestigiadas (e são), não são, porém, as únicas qualificações existentes ou possíveis na área do Direito. Há um mundo de outras qualificações que não podem deixar de ser, igualmente, consideradas e valorizadas. São aquelas que dizem respeito justamente ao universo daquelas atividades profissionais externas que, precisamente, o regime da Dedicação Exclusiva quer evitar e desprezar - daí, a íntima ligação entre um mito e o outro. Pode-se, de fato, falar de uma espécie de

“doutorado da vida prática” em Direito. É o merecimento obtido pelas várias formas de ascensão reconhecidas na vida profissional externa: não só a aprovação em concursos públicos para ingresso na magistratura, no ministério público, etc, que afinal somente contemplam atividades de ordem pública; mas também as várias distinções pelas quais o advogado propriamente dito se destaca no exercício de sua profissão liberal. Como pretender que, somente pelo fato de não dispor do título formal de Mestre ou Doutor, não tem qualificação um docente que, por exemplo, é juiz de Direito concursado, foi até promovido por merecimento, chegou mesmo a Desembargador, ou Ministro de algum Tribunal superior? A Faculdade de Direito do Recife chegou a ter, em certa altura, dois docentes saídos de seus quadros para serem simplesmente Ministros do Supremo Tribunal Federal, a maior corte jurídica do País, a última palavra no Direito pátrio: os professores Djaci Falcão e Luis Rafael Mayer. Pode-se pretender que, por não possuírem o título de Mestre ou de Doutor, seriam professores sem qualificação? Nada pode atingir as culminâncias do ridículo mais do que isso. Mas não se precisa chegar ao extremo do Supremo: e professores que são Desembargadores, juizes federais, juizes estaduais, ou mesmo advogados militantes de valor por toda gente reconhecido, como um Murilo Guimarães ou um Torquato Castro (os quais, aliás, até recusaram convites do Presidente Castelo Branco para assumirem a toga de Ministros do Supremo)?

Mestrado e Doutorado são qualificações. Não são, porém, as únicas qualificações possíveis, as únicas a reconhecer no campo do Direito. Uma sábia regulamentação universitária deveria reconhecer essa peculiaridade e tratar as áreas profissionais segundo exigências diferentes daquelas que devem ser requeridas para as áreas básicas.

O segundo ponto é uma razão de ordem temporária. Ainda que o Mestrado e o Doutorado fossem as únicas formas de qualificação possíveis, é injusta (aliás, é princípio geral de Direito o da irretroatividade das leis) pretender exigí-las retroativamente, para docentes que estão em meio, ou até em fim de carreira, iniciada num tempo em que ou bem não existiam, entre nós, semelhantes cursos de pós-graduação (não esquecer que o Doutorado em Direito ficou suspenso durante largo tempo), ou bem a titulação obtida em tais cursos foi dispensada para que a ascensão

na carreira fosse conseguida por outros meios, a que esses docentes de fato, então, se submeteram. Não se deve desconhecer, também, que o mecanismo da livre-docência, a que, em certa altura, toda a Universidade recorreu, para possibilitar a promoção, para Adjunto, de docentes que já integravam seus quadros há bom tempo, foi olímpicamente ignorado pela Faculdade de Direito, cuja direção, da época, não teve o cuidado de comunicar aos professores essa alternativa. Assim sendo, se as qualificações do Mestrado e do Doutorado devem, agora, doravante, ser exigidas de todos os novos docentes que vierem a ser nomeados - bem entendido: não como condição para ingresso, mas, uma vez aprovados no concurso, devem ser estimulados a obterem esses títulos, se já não os tiverem, - é absurdo e ilógico exigí-las dos docentes em meio ou fim de carreira. Uma regra de transição, uma prudente disciplina temporária, deveria ser implementada para não penalizar, ainda mais, esses docentes, que já vem dando, há tantos anos, até há várias décadas, excelente contribuição à Faculdade, e que não é razoável simplesmente obrigar, agora, a sentar em bancas escolares para assistir aulas em mestrados ou doutorados.

Retendo-os, há muito tempo, na condição de Assistente IV (a imensa maioria dos professores da Faculdade está paralizada nesse nível), é menos eles próprios do que a Faculdade que grandemente se prejudica. Não só porque, em níveis superiores, a Faculdade poderia contar com sua colaboração para o desempenho das mais altas funções administrativas (reservadas hoje, pela legislação, aos Professores Titulares e Adjuntos IV - o que é uma regra, em si mesma, boa, mas infelicíssima, no caso particular da Faculdade de Direito do Recife), mas sobretudo porque, como Adjuntos, poderiam eles preparar teses para se habilitarem à conquista da Cátedra, ou seja (não incorrendo nessa terminologia “antiga”), para disputarem o concurso de Professor Titular. Recusando-lhes a ascensão para Adjunto, o que de fato a Universidade está fazendo é perder a excelente contribuição científica que eles poderiam dar, pelas teses que necessariamente escreveriam. São, todos eles, professores em plena maturidade, não mais iniciantes mais ou menos imberbes; já contam com o saber teórico e o “saber de experiência feito” (afinal, o Direito não é um território de gênios precoces, muito pelo

contrário) que lhes possibilitaria redigirem teses de vulto, que não são, pelo sistema vigorante, estimulados a produzir.

Um caminho para contornar essa dificuldade temporária, e para possibilitar a progressão dos atuais Assistentes, poderia ser a docência-livre, a que, como se disse, toda a Universidade recorreu em certa época. Acontece, porém (e essa é uma dificuldade específica, criada pela própria Universidade Federal de Pernambuco) que o Regimento Geral da Universidade estabelece, no seu art. 135, que *"o título de docente-livre, relativo a uma área de estudos, disciplina ou disciplinas, será concedido mediante habilitação em títulos e provas, a que podem inscrever-se os portadores de diplomas de Doutor expedidos..."* etc, ou seja, instaurou-se o círculo vicioso (para ser docente-livre é preciso, previamente, ser Doutor); ou seja, ainda, esvaziou-se completamente a docência-livre. Incluir semelhante regra no Regimento Geral ou simplesmente suprimir a docência-livre representaria a mesma coisa, como representou na prática. Uma boa política universitária consistiria em rever essa regra regimental, exatamente para contemplar a docência-livre como um caminho alternativo para os que não tivessem ainda, e não fosse razoável exigir deles, o Doutorado.

Um curioso levantamento seria o que se dispusesse a cotejar o nível e a qualidade da produção científica feita, antigamente, pelos docentes que nem estavam em Dedicção Exclusiva nem tinham Mestrado ou Doutorado, com a dos que, agora, atendem a essas pretensas formas de excelência. Sem terem Dedicção Exclusiva, um Everardo Luna, um Souto Borges, um Lourival Vilanova, um Nelson Saldanha produziram a obra jurídica que todo o Brasil aplaude. Também outros deixaram uma produção admirável, embora pouco expressiva do ponto de vista da quantidade, como, por exemplo, o prof. Torquato Castro, para não falar das teses para os concursos de livre docência e de cátedra, que foram realmente os veículos essenciais da produção científica da Faculdade. Não sei se dos novos tempos da Dedicção Exclusiva e do Mestrado e Doutorado se pode dizer que a qualidade da produção científica se vem revelando muito superior...

Para se ter uma idéia do tipo de deformação que esse modelo (que de fato é o modelo das ciências básicas) produz, quando transplantado para um saber como o do Direito, basta examinar o regime atual das chamadas "bolsas de iniciação científica". Pelas regras dominantes, impostas de cima para baixo, pela cúpula do sistema universitário nacional, os estudantes candidatos a essas bolsas só podem ter como orientadores professores em dedicação exclusiva e portadores do título de Doutor. Para a Faculdade de Direito, nada pode ser mais pernicioso. Quer dizer que ficam liminarmente excluídos da condição de eventuais orientadores desses bolsistas muitos dos melhores professores da Faculdade, literalmente sua imensa maioria, aqueles que são professores em tempo parcial, porque, na outra parte do tempo, dedicam-se a atividades jurídicas profissionais, - quando, na verdade, esses é que deveriam ser, preferencialmente, os orientadores dos referidos bolsistas, se é que o curso é verdadeiramente de Direito, saber eminentemente prático.

O rigor da exigência da titulação formal do Doutorado levou, recentemente, a absurdos como a exclusão, do quadro docente do Mestrado, de professores do nível e da competência de uma Bernadete Pedrosa e um Gabriel Lucena Cavalcanti, o que é de um ridículo absolutamente sem par. Admitir que docentes dessa envergadura não possam mais lecionar no Mestrado, somente pelo fato de não disporem do título de Doutor, e admitir que eles seriam vantajosamente substituídos por outros docentes, mais jovens, que até foram alunos deles, mas que já são titulados, - é uma cegueira e uma irracionalidade absolutas. Faltou a boa coerência de invalidar o título de Mestre a todos quantos o obtiveram tendo sido alunos daqueles docentes exemplares - o que, de resto, poderia levar eventualmente a anular o título de seus substitutos...

A universidade é essencialmente um conjunto de saberes heterogêneos. Sua riqueza consiste em respeitar as peculiaridades próprias de cada saber. Não se pode cogitar de transplantar as formas de excelência acadêmica, a modalidade do trabalho docente, a natureza própria da pesquisa da área de Direito, por exemplo, para a de Medicina, ou a destas para a da Música ou da Física. Da mesma forma, é impossível pretender transplantar, para a área do Direito, formas de atividade científica da Física, ou da Música, ou da

Medicina. A sabedoria, na Universidade, estará (não era a firme lição de Rui Barbosa?) também em tratar desigualmente os saberes intrinsecamente desiguais. Não significa que nenhum seja melhor ou pior do que o outro. São apenas diferentes. Mas são substancialmente diferentes e não haverá Universidade verdadeira enquanto essas diferenças não forem concebidas como alguma coisa de extremamente positivo e mutuamente enriquecedor, estimuladas, portanto, e não apenas toleradas.

Reflexão final

A melhor conclusão a tirar, desses 50 anos de vida da Faculdade de Direito no interior da Universidade Federal de Pernambuco, sonhada por ela e criada a partir dela, será a de que esse tem de ser um relacionamento especialíssimo, singularíssimo. Repita-se que não é, e não pode ser, a relação entre a Universidade e algum outro dos Cursos que ela criou, cursos formados portanto depois da Universidade e dentro dela. É um relacionamento de recíproco engrandecimento. A Faculdade honra e exalta a Universidade e a Universidade exalta e honra a Faculdade. A presença da Faculdade no seu organismo somente enaltece a Universidade. E pertencer, agora, à Universidade somente enaltece a Faculdade.

Para assim se enriquecerem reciprocamente, o segredo será o respeito às peculiaridades singulares da mais do que sesquicentenária Faculdade de Direito. Foi o que o Diretor Mário Baptista preconizou, lucidamente, no seu discurso de posse, proferido na hora crítica da reforma universitária: *“As Faculdades e Institutos superiores, embora integrando o todo universitário, conservam a sua individualidade própria, ditada pela especificidade de sua missão. A Universidade, na sua própria essência, é constituída, não como uma unidade isolada, um corpus finitum, dotado de um espírito singular característico e unitário, mas como um todo, um complexo, um sistema organizado. Nessa forma, existem e funcionam as diversas unidades de ensino e pesquisa, cada uma com a sua significação e finalidade própria, embora vinculada, no tocante aos assuntos de interesse geral, à supervisão comum das autoridades universitárias. No seu próprio significado etimológico e jurídico, a expressão universitas não está a designar uma coisa ou*

entidade única, mas a totalidade, reunião ou soma de coisas ou entidades diversas ou não. Está claro que, pelo fato de integrarem a universitas, os elementos componentes não perdem a sua individualidade própria, nem muito menos, desaparecem”.

Com extrema sagacidade, antecipando-se a problema que, ironicamente, está na ordem do dia, neste ano da graça de 1997, acrescentou: *“Se a Universidade, como um todo abstrato, possui autonomia administrativa, didática, financeira, personalidade jurídica própria, inconfundível diante da administração pública superior, que a institui e mantém, essa mesma Universidade, em cada um dos seus elementos constitutivos (Faculdades e Institutos) e no tocante aos assuntos de interesse científico ou cultural, que lhes são próprios, possui idêntica autonomia didática, financeira e administrativa, como determina toda a nossa legislação de ensino. A autonomia pertence, pois, tanto ao todo universitário como às Faculdades e Escolas: ao complexo universitário, perante a União federal; às Faculdades e Escolas, perante a organização do conjunto”⁵¹. A Universidade, de fato, vive hoje, 25 anos depois, o drama que a Faculdade viveu na hora da reforma universitária: a luta pela defesa de sua autonomia diante de um poder maior, no caso, a União federal que instituiu a Universidade e a mantém...*

E, ao cabo, não há melhor maneira de rematar do que voltando exatamente às palavras finais daquele discurso com que, em nome da Congregação, Luiz Delgado saudou ao primeiro Reitor, o prof. Joaquim Amazonas, na hora em que a Faculdade lhe entregava o título de Professor Emérito: *“Creio que é grato a todos nós, professores ou alunos desta Escola que foi de Paula Batista e de Tobias Barreto, proclamar como a vossa capacidade pessoal vinculou a nova Universidade à velha Escola de tal maneira que, quando a Universidade estiver integrada amanhã em seus superiores destinos culturais e conseqüentemente cívicos, o Brasil verá nela uma projeção, um desdobramento desta Faculdade de Direito cuja grandeza não é um surto improvisado, mas a*

⁵¹ Mário Baptista - “Discurso de posse”, in *Revista Acadêmica*, vol. LXIV, Recife, 1968.

frutificação de um estudo, de um ensino, de um pensamento, de um trabalho mais do que seculares"³².

Não há dúvida de que, hoje, a Universidade está integrada em seus superiores destinos culturais e cívicos. Talvez o Brasil não tenha dúvida de que ela é um fruto da velha Faculdade de Direito do Recife. Há dúvida, porém, se a própria Universidade se vê assim, se reconhece assim, como uma projeção e um desdobramento de sua velha Escola.

³² Luiz Delgado - "Joaquim Amazonas", in "Almas e destinos pernambucanos", op. cit., p. 84.

Reflexões sobre os Cinquenta Anos da Universidade Federal de Pernambuco

José Luiz Barreira Filho

Não se torna fácil discorrer sobre esta data efusiva, principalmente quando sabemos que ilustres mestres estarão, também, no bem-vindo retorno desta revista Estudos Universitários, dando suas impressões sobre o transcurso dos cinquenta anos da nossa tão querida Universidade, marcando assim, com uma multiplicidade de pensamentos e idéias, este momento assaz significativo na vida da nossa Academia. Mas, se é difícil, mostra-se também desafiador, sem deixar de ser gratificante, externar nossos pensamentos, na forma mais de sentimentos do que propriamente reflexões, pois acreditamos não sermos capazes de pensar a UFPE independente das sensações que o convívio diário de quase trinta anos de docência nos legou. Os sentimentos servirão, assim, neste momento, também de pano para essas reflexões, pois, em determinados momentos de nossa vida acadêmica, até como diretrizes para mudanças esses mesmos sentimentos atuaram, freando impulsos ou acelerando decisões, numa mescla de razão e coração que norteou nosso caminho nesta Universidade.

Estamos vivenciando o ano do cinquentenário da Universidade Federal de Pernambuco. Ao não iniciado, pareceria talvez período pouco significativo, pois para uma instituição meio século de existência pode não representar muito. É preciso porém lembrar que, embora fundada há cinquenta anos, seu espírito foi formado com a inclusão de Escolas e Faculdades - algumas hoje centenárias - o que o faz já carregar em si as tradições e os legados de mais de século. Este espírito universitário tem assim, em seu íntimo, a vivência, o conhecimento, o amadurecimento inclusive, de instituições como a Faculdade de Direito do Recife, criada em 1827, a Escola de Engenharia de Pernambuco, em 1895, e a Faculdade de Medicina do Recife, em 1915, para citar apenas as mais antigas. São visões ricas de experiência acadêmica, nunca coincidentes, antes

complementares, que se amalgamaram, pela mescla de viveres diversos, absorção de acontecimentos diferenciados, dando, assim, origem a um corpo novo, moldando uma personalidade complexa, um ente abstrato/concreto, que hoje permeia suas diversas unidades. Unidades essas díspares em suas funcionalidades, mas unificadas em seus objetivos fundamentais, de tal forma que essa identidade é hoje percebida/sentida não importa onde se esteja, marca indelével de uma instituição que amadureceu e se faz presente de forma significativa em nossa sociedade.

Mas será que essa mescla, essa fusão de pensamentos e idéias, faz com que a percepção hoje da Academia seja diferenciada, dependendo a ótica da análise também da origem do analista?... Seria talvez a formação do narrador uma moldura diversificada, a enquadrar os fatos e acontecimentos em contextos não uniformes, dando-lhes feições, se não diversas, pelo menos de nuances e cores discrepantes? Não é fácil responder... Podemos apenas falar dos sentimentos e sensações em nosso caminhar universitário, deixando aos verdadeiros historiadores a incumbência da análise fria e objetiva dos fatos vivenciados, capaz talvez de descrever, sem a subjetividade de emoções que não sabemos abandonar, a real evolução desta instituição cuja vida se mistura com a nossa própria.

Procuraremos, assim, lembrar momentos e sensações, comparar ambientes e desempenhos, traduzir sentimentos e percepções, sem a preocupação de definir datas, decretos ou regulamentos, até mesmo sem nomear participantes, não só para evitar o pecado do esquecimento, como para não adentrar a via fácil das loas ou críticas, geralmente utilizada quando escrevemos sobre acontecimentos marcantes em nosso amadurecer.

Há um ponto interessante a se comentar quanto à evolução da nossa Universidade. Todos aqueles que somos oriundos da antiga Escola de Engenharia de Pernambuco da Universidade do Recife costumamos falar, às vezes de maneira saudosista, da excelência do ensino, do nível dos alunos e docentes, comparando com a situação de hoje, com conclusões nem sempre favoráveis aos dias atuais. No entanto, a análise objetiva dos índices de qualidade, utilizados atualmente para medição dos padrões de excelência acadêmica das instituições universitárias, parece demonstrar o inverso: hoje, temos uma Universidade bem mais desenvolvida, apresentando mais de

setenta por cento do seu corpo docente titulação de mestre e/ou doutor; quase 600 doutores, 43 cursos de mestrado, 15 de doutorado, produção científica reconhecidamente de qualidade e sempre crescente, áreas de excelência, pesquisadores em dedicação exclusiva, intensa atividade de extensão. Análise do atual Centro de Tecnologia e Geociências demonstra, proporcionalmente, a mesma pujança. A antiga Escola de Engenharia não podia, evidentemente, apresentar esta configuração, embora seja de justiça ressaltar a existência de excelentes professores e grandes nomes da engenharia pernambucana, com forte atuação na sociedade, e as mais das vezes autodidatas, no quadro docente à época. Professores capazes de motivar seus alunos, de servir de paradigma, inclusive de formar escolas, incentivando os estudantes a vôos mais elevados, embora em menor número e com poucas condições de viver um ambiente de pesquisa. Então como explicar o sentimento de excelência, impregnando nossos pensamentos e sensações e sempre associado à velha e querida Escola? Análise criteriosa, embora sempre plena de emoções, leva-nos a pensar que a explicação possa residir talvez no fato de possuir aquela época algo que nos parece faltar hoje em dia. Seria a capacidade de sonhar, de pensar utopias, de ousar, que era repassada aos alunos junto com o conhecimento transmitido. Provavelmente, era efeito também do ambiente, da efervescência cultural que se vivia, dos desafios a serem enfrentados, do necessário construir advindo do pós-guerra, não sabemos ao certo, mas existia, fazia parte da própria atmosfera da velha Escola, como algo não-físico entremeando o ambiente acadêmico. Quando retornamos àquele tempo, num exercício de memória, fechando os olhos a lembrar os tempos de estudante, quase que podemos sentir novamente o ambiente da época e concluir que era realmente diferente. Não sabemos nem explicar por quê, mas quando entrávamos, vencendo os portões do prédio da rua do Hospício, ou a escadaria de mármore que levava ao salão principal, sentiamos num local diferenciado, partícipes orgulhosos de uma confraria toda especial, porque nunca confessada, mas sempre sentida, em nosso conviver diário. Éramos alunos da Escola de Engenharia de Pernambuco! Havia, realmente, um ambiente propício até para esse tipo de sentimento e motivação.

Não aprendíamos só a técnica, nos formávamos inclusive em cidadania, com discussões que se prolongavam após as aulas, nos bares, em reuniões, no Diretório Acadêmico da Escola, onde os melhores alunos pontificavam como líderes. É interessante lembrar isso. Lembrar que a Escola de Engenharia não só criou e gerou, não foi só a semente de tantas outras Escolas de Engenharia, de Química, de Geologia, deste nosso Norte/Nordeste, por ter sido a pioneira. Ela foi mais. Criou sonhos, e sonhos que viraram realidade. Tivemos o privilégio de participar/assistir a dois desses sonhos. Era o início da década de sessenta. Já havia um grupo na Escola de Engenharia, um grupo de jovens sonhadores, claro, que almejavam criar um Centro de Energia Nuclear no Nordeste. Mas como conseguiríamos fazê-lo? Energia nuclear era coisa desconhecida. Sabíamos dela pelas explosões de Hiroshima e Nagasaki, também pelo ensino avançado de alguns docentes das Cátedras de Física e Matemática, mas tínhamos pouco conhecimento. No entanto sonhávamos, futuros engenheiros almejando criar um Grupo de Energia Nuclear em nossa região. E o que aconteceu a esse sonho? Tornou-se realidade. Com o apoio de alguns docentes da velha Escola, este grupo de jovens estudantes, nos quais orgulhosamente nos incluímos, constituiu-se no núcleo inicial responsável pela geração do Departamento de Energia Nuclear da nossa Universidade. Foi um sonho alimentado com muito esforço, com dificuldades, mas plenamente realizado. Atualmente, inclusive, a UFPE é um dos partícipes de um projeto de excelência, com forte suporte do Governo Federal, para a construção de um Centro Regional de Ciências Nucleares no Recife, incorporando um ciclotron para produção de radiofármacos e um reator nuclear multipropósito, além de laboratórios de pesquisa e prestação de serviços. Este Centro terá importância fundamental na aplicação em larga escala da Tecnologia Nuclear em nossa região, bem como na consolidação da área de Medicina Nuclear no Pólo Médico da nossa cidade. Assim, este sonho na realidade ainda não terminou...

Assistimos a outro sonho também. De outro grupo de jovens, um ano ou dois após a nossa turma. Meados da década de sessenta, estávamos quase saindo, eles entrando na Escola. Jovens sonhadores também, ousaram e sonharam construir aqui no

Nordeste um grupo de pesquisa em Física. O que aconteceu a esse grupo? Desapareceu? O mesmo foi vitorioso, está aí o nosso Departamento de Física. Um dos melhores, de excelência no País, e que gerou, por sua vez, tantos outros grupos em Química e em Física, em outras instituições.

Este o exemplo do que era a antiga Escola de Engenharia, para nós a Universidade, a partir das sensações e pensamentos que perpassam pela nossa memória quando a evocamos. Um Centro de formação científica, cultural, enfim, de cidadania, que nos inspirava, nos motivava a esses sonhos, às vezes absurdos, às vezes utópicos, mas com muitos tornando-se realidade.

Acreditamos, porém, que esta capacidade de sonhar não acabou. Ela existe, talvez não muito alimentada, não muito incentivada, mas existe. E precisamos resgatá-la. Há, nos dias de hoje, professores excelentes, muito bem titulados. Alunos de bom nível, também. Laboratórios bem equipados. Talvez essa capacidade de ousar, de sonhar, esteja um pouco adormecida. Será que isto ocorre porque já construímos tanto? Acreditamos que não, pois a taxa de desenvolvimento tecnológico é cada vez maior, com derivada sempre mais elevada. E ainda temos muito a construir. Talvez falte esse ambiente, esse convívio, que as reformas da Universidade, de certo modo, dificultaram, quando eliminaram a turma, prejudicando o coleguismo que se mantinha ao longo de todos os anos da graduação. Coleguismo e convivência que também geravam sonhos e ousadias a nível pessoal, como o realizado junto com a turma de Engenharia Mecânica, da qual éramos, embora vinculados à Engenharia Elétrica, quase um membro honorário. Ao longo dos nossos primeiros anos de estudos, criamos uma espécie de entidade, de associação, para, ao final do curso, fazermos uma viagem cultural à Europa. E conseguimos. Fomos vinte e um rapazes, em 1966, com nossos esforços, acompanhados de um professor, ao Velho Continente. Alugamos um ônibus em Portugal e corremos toda a Europa, numa embaixada cultural que marcou fortemente nossa graduação. Desta vez, um sonho pessoal realizado.

Outro ponto que sentimos ter-se modificado no passar destes cinquenta anos foi o sentimento de identidade universitária, não muito presente nas décadas iniciais da fundação da antiga Universidade do Recife, criada como o foi, mais como uma

federação de faculdades/escolas do que propriamente uma universidade/universalidade de saberes. A forte presença das unidades de ensino, pelo menos das tradicionais, sua quase autonomia acadêmico-gerencial, praticamente obnubilava a consciência de uma integração universitária. O estudante sentia-se aluno de sua Faculdade ou Escola e não da Universidade. Estudávamos Engenharia Elétrica na Escola de Engenharia de Pernambuco, e isto apenas bastava para nossa identificação acadêmico-geográfica, sendo a Universidade do Recife mero detalhe organizacional que praticamente não interferia em nossa vida estudantil. Tinha de positivo o fato de criar um forte esprit de corps nas Escolas e Faculdades, colaborando efetivamente para a motivação e emulação dos estudantes, conquanto perturbasse a real percepção do sistema universitário. Porém, com o crescimento e fortalecimento da Universidade, o aumento e diversificação das unidades de ensino, o início da construção do campus universitário e as reformas que, em nossa Instituição, extinguíram as velhas Escolas e Faculdades agrupando-as em Centros, à exceção da Faculdade de Direito do Recife, começou a emergir a identidade universitária como fator agregante da vida acadêmica, iniciando assim a mutação daquele esprit de corps para um sentimento cada vez mais abrangente de Universidade. A ampliação do campus, congregando quase todas as unidades, inclusive os órgãos de direção, em um espaço próximo, de convivência acadêmico-cultural, deu a chancela final neste processo de poiesis do ser Universidade, moldando de forma definitiva o espírito universitário hoje presente em nossa Academia. Nenhum aluno dirá, agora, que estuda Engenharia Civil no Centro de Tecnologia e Geociências, mas sim que o faz na Universidade Federal de Pernambuco. Como ponto negativo desta modificação, apontaríamos apenas a forte centralização administrativa que, embora necessária no início para fortalecer a consciência da unidade acadêmica, parece-nos agora uma amarração excessiva, prejudicando, algumas vezes, até a motivação para empreendimentos e experiências mais ousados por parte dos Centros e Órgãos Suplementares.

Assim, a Universidade mudou, pois, como ente dinâmico e caixa de ressonância da sociedade, não podia permanecer estática, à parte das intensas mudanças e evolução sofridos por esta mesma

sociedade. Mudou talvez não na velocidade requerida pela comunidade, não tanto quanto se desejasse, mas mesmo assim atingiu uma posição de liderança incontestada no corpo social. Faz parte inclusive da sobrevivência da Academia a capacidade de sentir o ambiente, de responder aos estímulos externos, de se adaptar às novas contingências de uma sociedade moderna, com recursos tecnológicos e demandas sociais cada vez mais avançados. Aliás, pensamos que o papel real da Universidade seria o de estar inclusive à frente das mudanças, influenciando até mesmo no seu direcionamento, como órgão e liderança pensantes. Este o desempenho que a nossa UFPE tem de perseguir. Estamos no fim do milênio, época rica em transformações políticas, sociais, econômicas, onde os valores, alguns até tradicionais, são cada vez mais questionados. Neste contexto, cabe à Universidade, ainda mais, a tarefa de liderar, apontar prerrogativas, discutir possibilidades, estar, enfim, em posição sempre de destaque neste processo de mutação, muitas vezes doloroso, por que passa a sociedade. E foi para isto que nos preparamos ao longo destes cinquenta anos de existência. Outras mudanças porém, mais fortes ainda, deverão ocorrer, alterando fundamentalmente o próprio sistema de gestão universitária, com a aprovação do projeto de regulamentação da autonomia das Universidades, prevista na Constituição Federal. Este será um grande desafio e, para enfrentá-lo, necessário se faz todo o potencial adquirido nestes cinquenta anos de amadurecimento. Teremos de ser capazes de tomar decisões e propor mudanças até mesmo em áreas tradicionais da Universidade. A integração à sociedade é ponto básico para a sobrevivência, junto com a coragem de modificarmos inclusive o ensino de graduação para atender à demanda de novos cursos e profissões. Será fundamental o desenvolvimento de áreas como biotecnologia, química fina, robótica, telemática, microeletrônica, energética, ciência e engenharia de materiais, sensoreamento remoto, engenharia genética, para citar apenas algumas, dentre as mais promissoras. Em aditamento, as áreas tradicionais devem ter sua criatividade estimulada para se integrarem mais fortemente à sociedade, participando assim do esforço conjunto de adaptação aos novos tempos. Para a consecução destes objetivos, a excelência atingida pela UFPE na pesquisa e pós-graduação será a grande alavanca capaz de

garantir o ultrapassar deste desafio de implantação da autonomia em nossa Universidade.

Há porém obstáculos a serem transpostos na implantação deste processo, alguns inclusive exógenos à Universidade. Talvez o principal deles seja a falta de motivação que começa a se infiltrar na comunidade universitária, de certo modo decorrente de uma política centralizada de pessoal não condizente com a valorização da carreira universitária, agravada ainda por uma campanha sistemática contra o serviço público, fulcro do processo de convencimento da população para o apoio à privatização que se implanta em nosso País. A perda de quadros qualificados pelas aposentadorias, causada pelo receio de mudanças na legislação que venham a afetar direitos adquiridos, é outro ponto fundamental e de solução não imediata, pois a simples reposição, mesmo com exigência de titulação adequada, nem sempre substitui a qualificação e experiência de mestres com trinta anos de vida acadêmica.

Para sobrepujar esses obstáculos, necessário se faz partir para uma definição clara dos objetivos e aspirações da Universidade, onde fique evidenciada a percepção e aceitação das fundamentais diferenças entre as diversas áreas acadêmicas; importante também até para um retorno da motivação da comunidade universitária, será a chamada desta comunidade para uma participação mais efetiva no processo de tomada de decisões, consubstanciada, entre outras modificações mais profundas, por uma aceleração do processo de descentralização administrativa. Torna-se essencial, no momento em que se tomem decisões que venham a afetar marcadamente o fluir da vida universitária, como sem dúvida virá a ocorrer, que se sinta a comunidade co-participar destas decisões, o que, acreditamos, resultará inclusive num processo de valorização do servidor universitário. Finalmente, mas não menos importante, para a sobrevivência da Universidade no sistema de gestão autônoma, será o esforço de criatividade na busca de financiamentos, pelo entrosamento cada vez mais forte com o setor produtivo da sociedade, através da interação profunda entre os diversos grupos qualificados e as indústrias e empresas. Caberá à Universidade identificar os anseios e reais necessidades da sociedade, colocando seu potencial científico a serviço do encontro de soluções para o desenvolvimento tecnológico e a melhoria da

qualidade de vida da população. Estará assim cumprindo à perfeição seu papel, contribuindo também efetivamente para atender à demanda social que se torna cada vez mais forte neste fim de milênio.

São estas as reflexões que neste momento nos vêm à mente, trazidas mais pelos sentimentos criados durante nosso convívio com a UFPE do que propriamente por um exercício intelectual de revisão histórica; esperamos que contribuam para esclarecer não o processo de desenvolvimento sofrido pela nossa Universidade, mas o tipo de vínculo gerado, as sensações e a maneira de sentir Universidade daqueles que tivemos a prerrogativa de acompanhá-la numa parte deste cinquentena anos.

Consideramo-nos, assim, realizados por termos sido participantes privilegiados das transformações pelas quais passou nossa Universidade. Mais realizados ainda por sentirmos que nossa querida Instituição ultrapassou todos os obstáculos e dificuldades postos até agora e chega ao fim do milênio em condições de ultrapassá-lo como uma das Instituições líderes em nosso País. Mas todos aqueles que nos dedicamos à UFPE, e fomos muitos nestes cinquentena anos, sabemos que isto não foi conseguido de forma gratuita, antes foi uma troca, pois tivemos de lançar mão de nossa juventude, nosso trabalho, nossos sonhos, muitas horas de vida subtraídas a nossas famílias. Em nosso caso pessoal consideramos porém uma troca justa. Se hoje recomeçassemos, tudo repetiríamos, talvez apenas com mais humildade e mais fervor. Acreditamos inclusive que no balanço geral somos ainda devedores a esta Instituição. Pois, além do que nos concedeu, gratificou-nos ainda com a investidura em funções de relevância na Administração Acadêmica, nas quais tivemos a oportunidade de não só participar mais intensamente da vida universitária, do fazer e sentir-se Universidade, como também de apreender melhor o significado do espírito acadêmico e a riqueza de conteúdo presentes em nossa Instituição, exemplificados na multiplicidade de saberes e culturas, que é o patrimônio precioso de uma Academia.

A passagem do cinquentenário da UFPE passa a significar para nós, portanto, um momento de alegria plena, que, por tudo que representa, já justificaria o voto de dedicação que firmamos a esta Universidade, praticamente no dia seguinte à nossa formatura.

Dá-nos também uma sensação paradoxal de humildade e orgulho. Humildade porque não sabemos se nossos méritos foram suficientes para bem exercer nossas obrigações e deveres, cômnicos que somos das nossas limitações a ponto até de amá-las como marcas reveladoras da nossa condição humana. Orgulho, por outro lado, bem próximo daquele de quando alunos da antiga Escola de Engenharia, porém abrangente e centrado, agora, na Universidade, ao senti-la pujante e altaneira, desafiando o tempo e as dificuldades, a caminho do próximo milênio, convidando ainda a sonhar e instigando as jovens gerações a juntar-se a ela no esforço permanente de construção do nosso porvir.

A Tradição Científica Européia e a UFPE

Jarbas Maciel

“A tradição constitui o fundamento categorial último do espírito ... Não há conflito entre tradição e razão.”
(H.G. Gadamer, *Wahrheit und methode*)

A evolução da educação no Brasil apresenta três nítidos momentos, em que pese o eterno risco de uma excessiva simplificação todas as vezes que se encara um processo histórico em perspectiva muito ampla.

Os dois primeiros, um em meados do século XVIII, na esteira da reforma pombalina; o outro bem mais recente, no período que imediatamente antecede e sucede a 2ª Guerra Mundial, com a criação das primeiras universidades no ensejo da reforma Francisco Campos – a de São Paulo (1934), a do Rio de Janeiro (1935), a do Recife (1946) e as demais –; pois bem, os dois primeiros momentos correspondem a um processo de centralização da organização do ensino em nosso país. Já o terceiro momento, que nos toca mais de perto, ainda está em curso e tem que ver com o impacto da hegemonia hemisférica norteamericana no sistema educacional brasileiro durante estas últimas três ou quatro décadas, cujos efeitos tendem a favorecer a sua progressiva descentralização.

O papel de destaque que o Recife ocupa neste cenário é bastante interessante e merecia ser mais estudado, porquanto é aí que se devem buscar os explicadores do processo de formação e consolidação do tipo de experiência pedagógica, científica e cultural que realizamos todos quanto fizemos a Universidade Federal de Pernambuco.

Desde o rompimento em 1800 com a tradição pedagógica jesuítica pelo bispo Azeredo Coutinho no Seminário de Olinda – passando pela instituição dos Cursos Jurídicos no Mosteiro de São Bento e por essa extraordinária experiência de meditação filosófica que foi a chamada Escola do Recife, na Faculdade de Direito

durante a Segunda metade do século passado, até a nossa universidade de hoje, com seus centos de excelência em áreas nobres do saber, como a matemática, a física, a psicologia, as ciências médicas, as letras, as ciências da computação e tantas outras -, é possível identificar claramente um fio condutor que revela muito de nosso "ethos", tal como expresso em nossa prática universitária efetiva.

A sucessiva adoção dos modelos europeu e norteamericano de ensino, conquanto tenha marcado por vezes traumáticamente o processo adaptativo da educação brasileira aos novos e cada vez mais agudos desafios da mudança tecnológica em escala mundial, não significou, aqui, o abandono das características essenciais que compõem este nosso "ethos" universitário.

Ao longo desse processo, nós soubemos manter intacto um saudável compromisso entre a nossa formação humanística de origem, com suas raízes bem fincadas na *ratio studiorum* de nossa herança colonial, e a transferência de novos saberes, novos modos de pensar, novos métodos e novas técnicas imposta inicialmente pela chamada "reforma universitária de Coimbra" e, em seguida, pela Revolução Industrial e seus desdobramentos mais recentes em toda uma variedade de mudanças econômicas, sociais e tecnológicas profundas que tão bem caracterizam o nosso tempo.

O que permaneceu intacto ao longo de todas essas transformações foi a nossa inserção numa longa tradição que se cristalizou definitivamente no século III A.C. e que nós chamaremos com Karl Popper de tradição científica em sentido lato. Quer dizer, neste sentido também a filosofia, por exemplo, é "científica", como igualmente a música, a poesia e as artes em geral têm também o seu "logos", sem que se pretenda com isso que a razão tenha necessariamente direito ao monopólio do espírito humano.

A invenção da ciência pelos gregos - se é que podemos nos expressar assim - é um evento tão insólito, na história do gênero humano, como o foi a do fogo, a da agricultura, a da roda, a da escrita, a da numeração posicional e, curiosamente, a da polifonia.

De fato, mesmo ao mais simples exame, não há nada em toda a história universal que se lhes compare em improbabilidade, poder e singularidade. No caso da invenção da ciência (ou, se preferir, do "método hipotético-dedutivo") e da polifonia estamos

diante dos dois feitos com os quais se pode traçar clara e inequivocamente uma linha divisória entre a civilização ocidental e as civilizações do resto do mundo. Nem mais, nem menos: ciência e polifonia são produtos exclusivos e tremendamente singulares do gênio europeu. A ciência, em particular, é um produto do gênio grego.

Quando Aristóteles expôs no "Organon" a estrutura lógica do que ele chamou de "ciência dedutiva", ele estava produzindo uma descrição maravilhosamente sintética e insuperável da estrutura do próprio pensamento discursivo. Diante deste feito extraordinário, compreendemos que o poeta tenha podido apenas balbuciar estas palavras: - *Pour nous autres Grecs, toutes choses sont formes...*" (Paul Valéry, em "Eupalinos") (1).

O grande lógico-matemático Ewert Beth resumiu assim a estrutura da ciência segundo os "Analíticos Posteriores" de Aristóteles (2):

"As teses principais da teoria da ciência de Aristóteles podem se resumir na seguinte definição - uma ciência dedutiva é um sistema S de termos e de enunciados, tal que:

1. todos os enunciados de S referem-se a um mesmo domínio de objetos reais;
2. todo enunciado de S é verdadeiro;
3. se certos enunciados pertencem a S, toda consequência lógica desses enunciados pertencem igualmente a S;
4. há em S um número finito de termos, tal que:
 - a) significação desses termos dispensa explicação;
 - b) significação de todo outro termo presente em S deriva da significação desses termos;
5. há em S um número finito de enunciados, tal que:
 - a) verdade desses enunciados é evidente; todos os demais enunciados de S são uma consequência lógica desses enunciados".

Do ponto de vista da tradição científica ocidental, podemos dizer, todos nós somos gregos.

Acontece que, a um exame mais acurado logo nos convencemos de que isto pode significar muito mais do que a simples análise da estrutura (lógica) do pensamento discursivo pode revelar.

De fato, o que os gregos fizeram – e que passou a distingui-los dos antigos orientais desde muito antes deles – foi criar uma nova tradição, a da explicação dos fenômenos não mais através da criação de mitos, mas através da “ciência dedutiva”. Em lugar da aceitação de um mito, imposto dogmaticamente, os gregos passaram a discutir as explicações propostas e a construir teorias, que tinham o estranho poder de produzir explicações muitos melhores e mais pregnantas. No dizer sugestivo de Popper, os gregos superavam deste modo o nível da consciência mágica, que marcara a evolução do pensamento humano até então, e passavam ao nível da consciência crítica. Com a consciência crítica. Com a consciência crítica iniciava-se, enfim, propriamente, a tradição científica do Ocidente.

Ora, era precisamente à transmissão dessa tradição às gerações de “homens letrados e eruditos” que a *ratio studiorum* estava orientada. Ela compreendia o estudo da Gramática, da Retórica e das Humanidades (“letras”), como também o da Matemática e das Ciências Físicas e Naturais (“artes”). No Brasil colonial, em particular, o esforço civilizatório dos jesuítas associava ao ensino das Humanidades o conhecimento e a prática concreta das ciências (“artes e ofícios”). O ensino que os jesuítas praticavam fundava-se, de fato, como registra o Pe. Leonel França, num ideal pedagógico de educação associada ao trabalho, de modo que aos colégios caberia a formação humanística, e à universidade a formação profissional(3). Fernando Azevedo observa, com efeito, que já em meados do século XVI os jesuítas davam “aulas de humanidades e conferiam, no Colégio da Bahia, o grau de bacharel”(4).

É bem verdade que, durante todo o século XVII e até a primeira metade do século XVIII, tem lugar um movimento de retrocesso, quando os jesuítas conseguem paulatinamente isolar a cultura portuguesa de tudo o quanto se passava no resto da Europa, justamente no momento em que ocorria a Revolução Científica. Velhas teses da Escolástica foram retomadas, em nome da Contra

Reforma, como também a nova “ciência da natureza” ignorada pelos corifeus daquilo que viria a constituir a chamada Segunda Escolástica Portuguesa.

Mas a partir de 1759, com as reformas impostas pelo Marquês de Pombal, o esforço de modernização voltaria a prevalecer, inclusive na Colônia, onde se iniciaria o processo de organização do ensino pelo Estado. Este processo se prolongaria até a proclamação da República e daí então, embora experimentando toda uma série de adaptações e reformas, até os nossos dias. Os princípios empiristas e utilitaristas da onda renovadora que varreu a Europa com Iluminismo (principalmente Locke e a “Enciclopédia”) traduziram-se, aqui, nos objetivos pedagógicos de Azeredo Coutinho – “educação superior voltada para o desenvolvimento”. Uma velha dicotomia de objetivos impôs-se a partir daí, paulatinamente, à educação nacional constituindo, assim, para nós e desde muito cedo, uma constante em nossa experiência pedagógica. De um lado, o imperativo de manter a continuidade do processo de nossa formação humanística iniciada sob os auspícios da *ratio studiorum* no que ela tem de perene, por incorporar valores permanente inscritos para sempre numa tradição que temos a obrigação moral de transmitir de geração a geração. Do outro lado, o imperativo ineludível de preparar as gerações para a sua sociedade futura, com seus novos desafios e suas incertezas.

Em sua já longa história, desde os Cursos Jurídicos no Mosteiro de São Bento, depois Faculdade de Direito (1827), em seguida Escola de Engenharia (1895), Faculdade de Medicina (1920), Escola de Belas Artes (1932) até a Faculdade de Filosofia (1941), em que pese o alheamento das autoridades constituídas brasileiras com relação às características autônomas deste seu processo de formação, a universidade no Recife, através principalmente da atuação de seus professores e de seus reitores, soube manter-se fiel a esta sua missão suprema, qual seja a de gurdia zelosa desta tradição muitas vezes secular e que nos tem assegurado, merecidamente, um traço de universalidade no melhor de nossa produção científica e cultural.

O que não significa a mesma coisa que associar o nosso “ethos” com o tradicionalismo em qualquer de suas versões. O fato de termos tido uma formação jesuítica não significa necessaria-

mente que a ordem social e histórica na Colônia estivesse integralmente submetida à autoridade da Igreja Católica. Além disso, embora tenha havido uma certa convergência histórica entre tradicionalismo e catolicismo tanto antes como depois da reforma pombalina, hoje se sabe, em decorrência das investigações de Luís Washington Vito, Antonio Carlos Vilaça, Francisco Pinheiro, Ubiratan Macedo e outros que a influência do tradicionalismo na história das mentalidades no Brasil se deu muito mais enquanto tradicionalismo político – o chamado conservadorismo à José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairú; ou Dom Romualdo Seixas, Primaz do Brasil no 2º Império; ou ainda, para citar dois exemplos típicos Frei Firmino de Centelhas e Frei Itaparica, este último autor de um influente compêndio de filosofia (aliás dedicado a Dom Romualdo Seixas). Por razões ontológicas e teológicas fundamentais ao seu magistério, a Igreja, em que pese ter sido a Encíclica Murari Vos, do papa Gregório XVI, considerada “um dos eixos do ultramontanismo da Igreja no século XIX”(5), nunca chegou a emprestar a sua adesão ao tradicionalismo filosófico (também chamado de fideísmo) que, no fundo, não passa de uma teoria do conhecimento. E nem poderia mesmo fazê-lo, porquanto, segundo o próprio tradicionalista De Bonald, um tradicionalismo rigoroso negaria à razão individual a capacidade de, por si mesma, alcançar o conhecimento da verdade. Para tanto, ela precisaria, em última análise, do auxílio da revelação divina. E é precisamente essa revelação que seria transmitida de geração a geração pela tradição. Ora, afirmar que o conhecimento da verdade está vedado à razão equivale perfeitamente à afirmação da impossibilidade de uma metafísica constituída inteiramente pela razão humana. Nada mais contrário, portanto, à posição oficial da Igreja em matéria de doutrina filosófica. Todos sabemos, ademais, como as teses naturalistas mais radicais defendidas principalmente a partir da Faculdade de Medicina da Bahia durante as primeiras décadas do século passado e que beiravam ao mais puro materialismo – quando então se afirmava que “o comportamento animal se explica somente a partir de ações mecânicas e físico-químicas”, ou que “a natureza dos alimentos deve influir sobre os atos da inteligência” -, foram consistentemente rejeitadas não só pela Igreja, como também pelos próprios baianos que iniciaram o movimento eclético, quando até

mesmo um Eduardo França nos anos quarenta, até então diel discípulo de Victor Cousin, descobre a filosofia espiritualista de Maine de Biran e passa a defender o primado do espírito e da liberdade como valores supremos. Em sua fase madura, a Escola Eclética inclusive abandona a problemática do conhecimento, passando a interessar-se mais pela questão da fundamentação da moral, com os trabalhos de Antonio Pedro de Figueiredo e Domingos Gonçalves de Magalhães (principalmente este último, com a publicação em 1858 de seu livro “Fatos do Espírito Humano”). Estão aqui fincadas as raízes do culturalismo com o qual, mais adiante, Tobias Barreto irá romper com o positivismo comteano em pleno fastígio da Escola do Recife – e, precisamente nesse ensejo, denunciar a vacuidade da chamada “frente científica”, declarando não só viva e bem viva a metafísica, em oposição à quase totalidade de seus companheiros de Escola – à frente Silvio Romero -, mas também a única via segura para a análise e a compreensão da cultura.

Não há, pois, porque confundir tradição com tradicionalismo. Nem mesmo a encarniçada oposição dos iluministas – dentro e fora do país – a tudo que recendia a tradição conseguiu travar o desenvolvimento de uma sua teoria que, começando com Aristóteles, projeta-se paulatinamente através da história até alcançar o movimento romântico para culminar no idealismo hegeliano, ambos francamente antiiluministas. E estes eram uma componente intelectual importante na influência germânica que ajudou a moldar o pensamento da Escola do Recife, principalmente o do último Tobias Barreto. Tome-se, por exemplo, Herder, em seu “Ideen zur Philosophie der Geschichte der Menschheit”, de 1783/91, quando, à guisa de caracterizar a linguagem como a própria expressão da natureza específica do homem, assim define a tradição: “(...) a sagrada corrente que amarra os homens ao passado e que guarda e transmite tudo o que foi feito pelos que os precederam”. Para Herder, o veículo da tradição por excelência é a linguagem: “(...) (ela) fundou as leis e ligou as estirpes – somente mediante a linguagem se tornou possível uma história da humanidade em formas hereditárias do coração e da alma (...) tudo aquilo que o espírito do homem já inventou e tudo aquilo que os sábios da remota antiguidade já pensaram só chegam a mim através

da linguagem (...) através da linguagem, minha alma e meu pensamento estão ligados à alma e ao pensamento do primeiro e talvez também ao último homem pensante". Herder retoma, assim, a teoria aristotélica da tradição iniciada com a *Metafísica* (Livro XII, 8, 1074b): "(...) os nossos antepassados das mais remotas idades transmitiram à sua posteridade tradições em forma mítica (...) Mas, se considerarmos somente o ponto essencial, desprezando o resto(6), podemos reconhecer que este(7) foi divinamente manifestado e que, embora as artes e as filosofias tenham muitas vezes explorado e aperfeiçoado e novamente perdido estes mitos, muitos deles foram guardados até hoje como antigas relíquias". Aristóteles achava que sua filosofia constituía a descoberta da verdadeira tradição, à qual ele chegara libertando aquelas "antigas relíquias" de seus elementos míticos. Hegel, cujo pensamento tem forte derivação aristotélica, como Popper demonstrou amplamente em *The Open Society and its Enemies* (8), continua trilhando o mesmo caminho em sua "Filosofia da História": "(...) A tradição não é uma estátua imóvel, mas vive e brota como um rio impetuoso que tanto mais cresce quanto mais se afasta da sua origem (...) O que cada geração fez no campo da ciência, da produção espiritual, é uma herança para a qual contribuiu com as suas economias todo o mundo anterior; é um santuário a cujas paredes os homens de toda origem, gratos e felizes, têm pendurado o que os auxiliou na vida, o que eles tomaram das profundezas da natureza e do espírito. E este herdar é ao mesmo tempo receber e aproveitar a herança".

Nossa maneira específica de sentir, pensar e fazer cultura, ao longo de todos esses mais de trinta lustros de experiência universitária antes mesmo de ter sido criada oficialmente a Universidade do Recife, hoje Universidade Federal de Pernambuco, em qualquer de suas dimensões fundamentais – ciência, artes e humanidades em geral –, tem se fundado historicamente na tradição científica (no sentido de Aristóteles), que vem a ser a própria tradição das universidades européias. O sentido de inserção nessa tradição nunca nos faltou, seja quando da elaboração, no passado, da crítica da literatura nacional por Silvio Romero; ou da renovação de nossa compreensão do direito por Artur Orlando e Clóvis Beviláqua; ou ainda da caracterização de uma antropologia filosófica a partir da análise culturalista da condição humana por

Tobias Barreto; como também, em nossos dias, quando da elaboração de trabalhos científicos de real significação por pesquisadores de renome internacional como Oswaldo Gonçalves de Lima, Mário Lobo, Nelson Chaves, José Antonio Gonçalves de Mello, Paulo Freire e outros.

Mas nós estamos ciosos de que nossa tarefa maior, enquanto centro preservador e gerador de conhecimentos, não pode limitar-se unicamente a prestar contas do tributo que cada geração deve pagar a essa tradição científica em que todos nós nos abeberamos, mas deve reavaliá-la constantemente a fim de superar aquilo que, por não ser essencial, tornou-se anacrônico – e para ir mais além.

Nós estamos conscientes de que vivemos numa sociedade cada vez mais tecnológica, devastada por um processo de industrialização e urbanização sem precedentes na história, o qual tende a massacrar o indivíduo enquanto pessoa humana responsável e livre, reduzindo-o muita vez a mero objeto da propaganda comercial. Um balanço do caminho percorrido pela sociedade industrial (ou pós-industrial, como queiram) está longe de ser róseo. Centenas de espécies vegetais e animais foram extintas; áreas imensas de floresta tropical foram (e ainda estão sendo) devastadas; milhares de quilômetros de terras aráveis destruídas; rios, lagos e águas costeiras foram poluídas; lençóis aquíferos foram envenenados pela infiltração de produtos químicos sintéticos de reciclagem difícil, senão impossível; comunidades humanas inteiras, ligadas aos seus habitats naturais por vínculos milenares – juntamente com suas tradições próprias – foram simplesmente varridas, como se a civilização material ocidental tivesse o poder de vida e de morte sobre as suas alternativas e possibilidades de sobrevivência ensejadas pelo seu meio natural e pela sua experiência histórica concreta. Numa palavra: nós constantemente nos perguntamos se nossa sociedade contemporânea, às vésperas do século XXI, estará ao menos intelectualmente preparada para enfrentar o desafio de um futuro tecnológico que não poderá ser evitado, sob pena de perdermos o bonde da história.

Todos nós somos o produto de uma certa atitude para com nosso ambiente. Mas, enquanto nossa pertença a uma família, nossa condição de membros de uma comunidade ou de cidadãos de um

país são um vínculo muito forte em nossas vidas, já o nosso vínculo com a comunidade internacional ou com toda a humanidade é ainda muito tênue, mesmo nos tempos atuais de “aldeia global” ou de “globalização”. E, todavia, o próprio desenvolvimento da tradição científica supõe, hoje e cada vez mais daqui para a frente, que as relações internacionais sejam cada vez mais estreitas, para a própria preservação da civilização e da cultura ocidentais. Por muitos séculos, talvez milênios, o homem considerava o mundo como um sistema aberto, no sentido de que, qualquer que fosse a pressão que suas atividades exercessem sobre o meio ambiente – que ele julgava ser um reservatório infinito e, por isso mesmo indiferente à sua presença no planeta –, seriam mais ou menos automaticamente absorvidas pela natureza. Entretanto, a revolução tecnológica de que somos testemunhas em nossos dias, baseada inteiramente na ciência, converteu o mundo em um sistema fechado. Tudo o que é feito em um país influencia muita vez dramaticamente o ambiente e, através de complicados sistemas naturais de transmissão, passa a ser sentido cada vez mais rapidamente em outros países.

É assim que a poluição ambiental não constitui mais apenas um problema técnico isolado, mas antes um grave problema de moral social que está a exigir uma nova atitude com relação a todo o planeta, que passou a ser reconhecido como um sistema fechado e finito.

O que é insólito na presente situação é o fato de termos todos que admitir que um novo padrão de moralidade se impõe não apenas ao nível do indivíduo, mas principalmente ao nível nacional e internacional.

Um de nossos maiores problemas hoje, de fato, é o de ampliarmos o círculo de nossa percepção e de nossa atuação de modo a alcançarmos o nível de uma autêntica cidadania global.

Essa nova ética não contradiz a nossa condição de cidadãos de um país ou de membros de uma simples comunidade, mas significa claramente que estamos todos inseridos em um novo arranjo, um novo “contrato social”, em que uma nova e mais abrangente hierarquia de valores amplia a nossa responsabilidade social até mesmo ao horizonte de uma inusitada responsabilidade

social até mesmo ao horizonte de uma inusitada responsabilidade planetária.

Nós não podemos deixar que o impacto da ciência em nossa complexa e perturbada sociedade de hoje entorpeça a consciência crítica das novas gerações quanto ao imperativo inadiável dessa nova ética. Durkheim certa vez queixou-se de que o homem, que lutou milhares de anos pelo conhecimento e pelo domínio da natureza, em busca de uma vida melhor para si e para a sua descendência, quando por fim o conseguiu, parecia que estava perdendo o interesse pela vida.

O movimento da contra-cultura, por exemplo, soou como um sinal de alerta de que as novas gerações poderiam estar perdendo o espreito e a fé na ciência, como se, no fundo do coração, sentissem que, afinal de contas, melhor seria, para o futuro da humanidade, que o homem abrisse mão de sua natural curiosidade – essa mesma que repousa como pedra de toque nos fundamentos gnoseológicos e ontológicos da própria atitude científica do homem perante a maravilha e o eterno mistério do mundo que o cerca. Os jovens, juntamente com alguns de nossos melhores críticos, acusam a tradição científica de levar a uma hipertrofia da curiosidade. O cientista, alegam, possui uma curiosidade exarcebada e tornada patológica que está voltada, em última estância, apenas à sua própria satisfação, à qual, ademais, eles estão dispostos a sacrificar a vida e o próprio destino da humanidade.

Dai ao anti-intelectualismo não vai mais do que um passo.

Essa atitude é não somente perigosa como, à mais leve análise, revela-se como auto-destruidora. De fato, não pode haver moralidade, nem ética filosófica propriamente dita, sem um fundamento cognitivo, como já Aristóteles deixou muito claro. O Livro do Gênesis, antes dele, também já reconhecia esta condição, quando afirma que somente depois de comer da árvore do conhecimento – ou seja, depois de desenvolver-se processo cognitivo – pode o homem “tornar-se como um de nós, no conhecimento entre o bem e o mal”. Quer dizer, para escolher entre o bem e o mal – o que supõe já uma hierarquia de valores –, o homem precisa antes distinguir entre o bem e o mal – o que supõe uma cognição, a saber, o conhecimento dos valores. Numa palavra: o homem, pela sua própria condição no mundo, está destinado a valer-se de seu

intelecto não somente para sobreviver, mas também para criar todo esse universo simbólico que é a cultura. O anti-intelectualismo é, assim, ontologicamente imoral e, levado até suas últimas consequências, não conduziria senão à destruição da cultura e da própria civilização.

A tradição científica, no sentido que aqui emprestamos à expressão, impõe-se à humanidade portanto como imperativo ao mesmo tempo categórico e histórico diante do qual não pode haver tergiversação, principalmente quando se atenta para este fato notável que é o seu caráter anti-autoritário. Com efeito, a ciência não se guia pelo reconhecimento da autoridade dos homens, mas antes repousa no poder do chamado método experimental de lhe revelar o julgamento da própria natureza quanto à objetividade e à verdade de suas leis e teorias. A mais alta autoridade em ciência é a autoridade dos próprios fatos da natureza, uma autoridade superior ao indivíduo, transpessoal, que tem o enorme poder educativo de ensinar aos homens o valor e a necessidade de uma postura de humildade diante da natureza e da vida, que bem poderá indicar o caminho para uma convivência humana em bases real e sinceramente democráticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Citado por René Thom, em "Stabilité structurelle et morphogénèse – Essai d'une théorie générale des modèles", W.A. Benjamin Advanced Book Program, Massachusetts, p.12, 1972
2. Beth, E.W., *Les Fondements Logiques des Mathématiques*, Gauthier-Villars, Paris. Pp. 1-5, 1955
3. Franca S.J., Pe. Leonel, *O Método Pedagógico dos Jesuítas*, Obras Completas, vol. X, p. 79, Agir, Rio de Janeiro, 1952
4. Azevedo, Fernando, "A Cultura Brasileira", Obras Completas, vol. XIII, p. 527, Editora da USP/Melhoramentos, São Paulo, 1971

5. Paim, Antonio, "O Estudo do Pensamento Brasileiro", *Tempo Brasileiro*, p. 51, Rio de Janeiro, 1979
6. Quer dizer, deixando de lado os mitos
7. Quer dizer, o "ponto essencial", ou seja, a tradição
8. Popper, K.R., *The Open Society and its Enemies*, Princeton University Press, New Jersey, 1950

A Faculdade de Medicina do Recife Integrada à UFPE

Professor Salomão Kelner

Suspensa a sua publicação há alguns anos, decidiram as autoridades universitárias, na oportunidade em que se comemora o cinquentenário da Universidade Federal de Pernambuco, trazer novamente à circulação a Revista "Estudos Universitários". Foi a primeira Revista a ser publicada sob a responsabilidade da então Universidade do Recife, tornando-se, pela qualidade que caracterizou o seu conteúdo, um veículo de divulgação de idéias, amplamente reconhecido e profundamente respeitado. Na oportunidade em que sou honrosamente incumbido de apresentar uma contribuição, versando sobre a Faculdade de Medicina e sua perspectiva da UFPE, congratulo-me com aqueles que, em boa hora, tomaram tal iniciativa.

O meu artigo se compõe de duas partes. Uma versando sobre a Faculdade de Medicina e a sua própria história, constituindo a minha colaboração ao primeiro número da Revista Estudos Universitários. A segunda parte será objeto de um outro artigo a ser oportunamente publicado e que complementarará o antecedente, embora, eu possa reconhecer em cada um deles ao lado dessa interdependência, uma certa autonomia.

Escrever A HISTÓRIA DA FACULDADE DE MEDICINA DO RECIFE dentro do programa estabelecido pela COMISSÃO DE COMEMORAÇÃO DO CINQUENTENÁRIO DA FUNDAÇÃO da UNIVERSIDADE do RECIFE, sua primeira designação, cabe de minha parte uma justificativa.

De 1935, ano que ingressei na Faculdade de Medicina do Recife, até 1938 encontrava-me, quase diariamente, com o Professor Octávio de Freitas, ora na Enfermaria Bom Conselho do Hospital D. Pedro II, ora na Liga Pernambucana Contra a Tuberculose, no Derby, fundada por ele, em 1936. Na época era o Diretor da Faculdade de Medicina do Recife.

É estranho imaginar como um professor tão qualificado respondesse a curiosidades de um estudante de medicina dos primeiros anos. Era a sua natural simplicidade de considerar o aluno tão importante quanto um professor.

A minha presença na Faculdade de Medicina, além de aluno de 1935 a 1940, abrangeu o exercício na carreira docente, durante 41 anos - 1945 a 1986 - continuando, sempre vinculado, ora direta, ora indiretamente com o curso médico ou a Universidade.

Em 1985, por designação do professor Geraldo Gomes, então Diretor do Centro de Ciências da Saúde, precedi a Comissão de elaboração do livro: "História da Faculdade de Medicina do Recife, 1915-1985".

Essa convivência de acima de 60 anos, abrangendo ensino, pesquisa, extensão e outras atividades universitárias explicam o privilégio de ter sido designado para escrever a História da Faculdade de Medicina do Recife.

A FACULDADE DE MEDICINA DO RECIFE, sua primeira designação, foi criada pelo Prof. José Octávio de Freitas depois de um período tumultuoso.

Não fora a determinação e o idealismo de Octávio de Freitas, de família de ascendência pernambucana, piauiense de nascimento, graduado em medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1882, a nossa Faculdade, fundada em 1915, teria sido retardada em vários anos.

A história da Faculdade de Medicina compreende dois períodos: O primeiro, estende-se de 4 de abril de 1915, data oficial de sua fundação a 11 de agosto de 1946, quando juntamente com a Faculdade de Direito do Recife, Escola de Engenharia de Pernambuco e Escola de Belas Artes passaram a integrar a Universidade do Recife, sua primeira designação.

O Primeiro período correspondeu ao início e todo o tempo que se desenvolveu como Escola Autônoma, enquanto, o Segundo período, integrada à Universidade passou a receber e depender de recursos federais.

Primeiro período

Pródromos

Alguns dados preliminares que antecederam à fundação da Faculdade de Medicina do Recife. São minuciosamente relatados pelo Prof. Octávio de Freitas, em seu livro publicado em 1944.

Tentativas de Criação da Faculdade de Medicina do Recife: Para Octávio de Freitas, o Governador Dr. Alexandre José Barbosa Lima "foi um dos maiores propulsores da educação em nosso Estado, como facilmente se poderá verificar, compulsando-se os atos emanados do seu governo, no decorrer de 1895". Criada a Escola de Engenharia, ele encaminha à Câmara dos Deputados, o projeto n. 111, assim redigido:

Artigo 1.º - Fica autorizado o Governador do Estado a criar nessa capital, uma Faculdade de Medicina, dispendendo para isto a quantia necessária.

Artigo 2.º - Os atos praticados pelo Chefe do Poder Executivo em virtude da presente lei, bem como o regulamento expedido para sua execução ficarão dependentes da aprovação do Congresso do Estado.

Artigo 3.º - Revogam-se as disposições em contrário. Câmara dos Deputados, 14 de junho de 1895. José Marcelino da Rosa e Silva, presidente; Celso Florentino Henriques de Sousa, 1.º Secretário, Júlio Antero, servindo de segundo secretário".

Caminhava bem o projeto, quando em última discussão, no Senado, se levantou o influente facultativo, Prof. de Medicina Legal da Faculdade de Direito, Dr. Constâncio Pontual, combatendo com veemência, o projeto. Lamentavelmente a maioria dos senadores votou contra. Fracassada a Fundação da Faculdade de Medicina em época por demais propícia aos projetos de instrução, houve grande silêncio sobre tão importante assunto. Quebrou este silêncio a instalação da Escola de Farmácia, criada pela Lei Estadual n. 584 de 5.7.1902 e cujo reconhecimento pelo Governo Federal ocorreu em 17.XI.1905. Esta Escola, como diz Otávio de Freitas fundada sob os auspícios da Sociedade Propagadora da Instrução Pública, teve vida

efêmera, não indo além de três anos. Seu fechamento, que se prendeu à falta de recursos e meios, repercutiu profunda e negativamente na pretensão de se criar uma Escola de Medicina.

No primeiro Congresso Médico de Pernambuco realizado em abril e maio de 1909, na sessão de encerramento, a 2 de maio, o bacharel Durval de Brito faz diversas considerações no sentido de justificar uma proposta, de criar uma escola livre de medicina, no Recife, devendo, para tratar dos meios de levar a efeito a organização da escola, ser nomeada uma comissão pelo Congresso. Posta em discussão, a proposta foi combatida pelos Drs. Alfredo Arnóbio Marques e Joaquim Loureiro. O primeiro, como médico e professor da extinta Escola de Farmácia, acha a proposta brilhante "mas, atendendo às grandes dificuldades da fundação de um tal instituto, pensa que absolutamente nem se deve pensar em semelhante tentativa". O malogro da Escola de Farmácia lhe concedeu experiência; daí se comprometer a não fazer parte dessa comissão. O segundo, Dr. Joaquim Loureiro, presidente do Congresso, declara estar de acordo com o orador precedente: "se não foi possível sustentar, nesta capital, uma escola de farmácia, como se poderá cogitar na criação de uma escola médica que depende de amphiteatros, laboratórios, clínicas, etc?"

(*) corresponde ao Senado do Estado existente na época.

O orador pensa poder afirmar que o Congresso votará contra a proposta, pois, embora a idéia seja efetivamente grandiosa e digna, ele como seu colega Sr. Arnóbio Marques, também não quererá fazer parte de tal comissão. Entende finalmente que medidas mais urgentes deve o Congresso aprovar, essa sendo adiável. Quanto a auxílios, acha o orador que o Congresso deve apenas apresentar as idéias e esperar que o governo auxilie se as julgar convenientes.

Diante de tais argumentos, o sr. Durval de Brito retira a proposta; mais uma vez fracassa a criação da Escola de Medicina no Recife. Defendendo a criação de tão importante instituto de ensino superior, permanece Otávio de Freitas, e nem com o segundo fracasso lhe morreu a idéia e/ou se lhe enfraqueceram as forças de persistir na luta.

Se o 1.º Congresso Médico do Recife não aprovou a proposta do Sr. Durval de Brito, já o mesmo não acontecerá com uma outra proposição, do Dr. Bandeira Filho: a criação de uma escola para parteiras e a fundação de uma pequena maternidade. Muito embora já existissem funcionando as duas (o curso de parteiras e uma maternidade), objetivos da proposta de Bandeira Filho, ela constitui motivo de fazer renascer a velha aspiração de Otávio de Freitas. O que se ministrava no Curso de Obstetrícia era insuficiente, e a Maternidade Santa Rita, no Hospital Pedro II, não oferecia condições satisfatórias. Daí as duas propostas de Bandeira Filho, unanimemente, concorrerem para a criação da sonhada Faculdade.

Dada a carência de recursos e meios, a Escola de Farmácia permaneceu fechada durante quase cinco anos. Reabriu suas aulas em 6 de abril de 1910. A Sociedade Propagadora da Instrução Pública através de seu conselho nomeou como diretor efetivo o dr. Eusébio de Almeida Martins Costa, diante da renúncia do seu ex-diretor, o dr. Alfredo Arnóbio Marques. Nessa oportunidade, Otávio de Freitas foi indicado para fazer parte do corpo docente da Escola, vislumbrando, como diz em sua "História da Faculdade de Medicina do Recife", possibilidades de fazer ressurgir a idéia da Faculdade de Medicina, aceitou, de bom grado, a indicação. Dialogando com o ex-diretor da Escola sobre sua velha aspiração, não sentiu receptividade; pelo contrário, este a recebeu com desânimo, dizendo:

- "Você não vê como vive modestamente a Escola de Farmácia!... Como pensar, então, em Faculdade de Medicina, entre nós? Isto é um sonho irrealizável, meu caro".

- "Bem, disse-lhe eu, você não quer comungar das minhas idéias, atendendo ao meu pedido. Neste caso eu vou apelar para a Congregação da nossa Escola. Logo com Soares de Avelar, Ascânio Peixoto e Tomé Dias, requeremos uma sessão especial para esse fim.

Foi isso a 5 de outubro de 1914.

Reunida a congregação solicitada, nesse dia, sob a presidência do seu diretor, o dr. Martins Costa, tive a grande satisfação de verificar que o meu entusiasmo se propagara, com o mesmo calor, a todos os seus membros, de modo que vencemos a batalha com aplausos unânimes".

Na primeira ata consta que o dr. Diretor manda ler uma petição assinada pelos drs. Soares de Avelar, Ascânio Peixoto, Octávio de Freitas e Tomé Dias, requerentes da reunião. Em seguida, concede a palavra ao dr. Soares de Avelar, que pronuncia um discurso, mostrando a necessidade de auxiliar o desenvolvimento da instituição, propondo a criação de uma Escola de Medicina.

Posta em discussão, falaram diversos lentes, secundando a idéia da criação da Escola de Medicina, cuja votação foi unanimemente aprovada. O dr. Diretor considerou aprovada a proposta do Dr. Avelar.

Pede, então, a palavra o dr. Octávio de Freitas e propõe que sejam criadas diversas comissões com a finalidade de angariar donativos, assim como de organizar os estatutos da nova Escola. Posta em votação a proposta do dr. Octávio, foi a mesma unanimemente aprovada e, em vista disto, o dr. Diretor nomeia as seguintes comissões:

Comissão de estatutos - Soares de Avelar, Octávio de Freitas, Regueira Costa, Alcides Codeceira e Ascânio Peixoto; Comissão para angariar donativos - Arnóbio Marques, Alfredo Medeiros e Tomé Dias. O dr. Diretor, em seguida, mostra a necessidade da organização de uma diretoria provisória para a faculdade de medicina e convida os senhores lentes a recolherem as suas cédulas para egerem por escrutínio secreto essa diretoria.

Recolhidas as cédulas, verificou-se o seguinte resultado: diretor, Octávio de Freitas, com 6 votos; tesoureiro, Alfredo Medeiros, com 4 votos, e secretário, Tomé Dias, com 6 votos. Proclamada esta votação, pede a palavra o Dr. Octávio de Freitas e diz que, em vista de o dr. Martins Costa não fazer parte da diretoria, propõe a inclusão do seu nome na comissão de Estatutos. Esta proposta foi unanimemente aceita, pelo que o dr. Martins Costa aquiesceu, fazendo parte da citada comissão.

A ata foi assinada pelo Dr. Martins Costa, diretor da Escola, por Osvaldo Álvares, secretário, e pelos professores Octávio de Freitas, Soares de Avelar, Braga Guimarães, Regueira Costa, Raposo Pinto, Alcides Codeceira e Arnóbio Marques.

Impõe-se mais uma transcrição do livro de Octávio de Freitas:

"Deliberada a criação da nossa Faculdade de Medicina, com a minha eleição para seu diretor, incontinentemente iniciei a árdua campanha de tornar uma realidade o nosso ideal, escolhendo-se os futuros professores entre os mais aptos e os mais hábeis, e tomando outras medidas que se fizeram necessárias.

Se a comissão encarregada de angariar donativos não pôs em execução imediata o seu mandato, a outra comissão, pelo contrário, logo interessou-se pela sua incumbência, de modo que a 6 de dezembro desse ano, dois meses apenas depois de sua investidura, apresentou os estatutos da Faculdade, em termos os mais inteligentes e adequados ao bom êxito da empresa que lhe determinaram estudar".

Uma crise ocorreu entre os membros da congregação da Escola de Farmácia e o seu diretor. Este renunciando o cargo, Octávio de Freitas foi escolhido para sucedê-lo, por votação unânime dos docentes, em reunião de 20 de agosto de 1915, e sua administração foi das mais proficuas: remodelou a Escola de Farmácia do Recife; promoveu a mudança para um outro prédio, desligando-a da Escola de Engenharia, onde vivia em condições precárias; adquiriu mobiliário e equipamentos para ensino, instalando a Escola com o necessário material didático; abriu concursos para evitar que professores ensinassem duas ou três cadeiras. O esforço de Octávio de Freitas culminou com a equiparação da Escola a suas congêneres federais. Enfeixando em suas mãos a direção de uma Escola Superior equiparada e de uma Faculdade de Medicina em formação, conclamou seus colegas de Congregação a escolherem os nomes dos professores da futura Faculdade de Medicina, com a designação de suas respectivas cadeiras.

Diante da escolha do Corpo Docente, criteriosamente realizada, a instituição ensaiava-se para iniciar a marcha de seu grande e proveitoso destino. Foi, então, marcada a data de realização da primeira congregação da nova Faculdade, que teve lugar em 5.4.1915, considerada a data oficial da criação da Faculdade de Medicina do Recife.

Instalação da Faculdade de Medicina: A instalação foi precedida de uma longa entrevista do Dr. Octávio de Freitas com o então Governador José Bezerra, que o chamara para comunicar o intuito do Ministro João Luiz Alves de criar uma Universidade em Pernambuco, se fosse estabelecida uma Faculdade de Medicina no Estado.

Afirmou, então, Otávio de Freitas ao governador, que essa Faculdade já estava criada desde 1915, só lhe faltando, para que começasse a funcionar com eficiência, o apoio moral e o amparo financeiro das entidades oficiais.

Apoio e amparo não foram regateados ao diretor da nova Escola, que, estimulado pelas palavras de entusiasmo do governador, resolveu, quanto antes, convocar a congregação para dinamizar as atividades da sonhada instituição de ensino superior, "cuja denominação oscilava entre Faculdade de Medicina de Pernambuco e Faculdade de Medicina do Recife, permanecendo esta última".

De acordo com o referido Autor, transcreve-se, abaixo, a ata da segunda congregação da Faculdade de Medicina do Recife:

- ATA DA SEGUNDA CONGREGAÇÃO DA FACULDADE DE MEDICINA DO RECIFE - No dia 14 de maio de 1920, pelas 13 horas, sob a presidência do Sr. Otávio de Freitas, secretariado pelo dr. Tomé Dias, efetuou-se a segunda congregação da Faculdade de Medicina do Recife. Estiveram presentes, além da mesa, os drs. Ascânio Peixoto, Alfredo Medeiros, Arsênio Tavares, Isaac Salazar, Frederico Cúrio, Raposo Pinto, Costa Carvalho, Lins e Silva, Artur de Sá, Mário Ramos, Gouveia de Barros, Paulo de Aguiar, Souto Maior, Monteiro de Moraes, Bandeira Filho, Luis de Goés, Ulisses Pernambucano, Gilberto Rocha e farmacêuticos Braga Guimarães e Antonio Inácio. Fizeram-se representar, alegando justos motivos, os drs. Alfredo Costa, João Marques e Arnóbio Marques. Lida a ata da sessão anterior, realizada a 5 de abril de 1915, é posta em discussão e, não tendo sido impugnada, é aprovada. Não houve expediente da Secretaria. O sr. Presidente, comunicando aos srs. Professores que o número dos lentes nomeados pela última congregação estava incompleto, em razão do falecimento dos prezados colegas Constâncio Pontual, Soares de Avelar e Martins Costa, lembra que a

congregação faça as respectivas nomeações; assim como que, consultando os interessados, faça a reforma do corpo docente, adotando a distribuição, classificação e nomenclatura estabelecida pela última reforma do ensino oficial. Discutidas largamente, estas propostas são aprovadas por votação unânime, resultando, da reorganização feita, a distribuição dos professores catedráticos.

Oscar Coutinho - Física Médica
 Raposo Pinto - Química Médica
 Alfredo Medeiros - História Natural Médica
 Luís de Goés - Anatomia Descritiva
 Monteiro de Moraes - Histologia
 Gilberto Rocha - Fisiologia
 Otávio de Freitas - Microbiologia
 Selva Júnior - Terapêutica Clínica e Experimental e Arte de Formular
 Mário Ramos - Patologia Geral
 Regueira Costa - Farmacologia
 Alfredo Costa - Anatomia Médico-Cirúrgica e Operações
 Costa Carvalho - Higiene
 Ascanio Peixoto - Medicina Legal
 João Marques - Clínica Médica, 1a. Cadeira
 João Amorim - Clínica Médica, 2a. Cadeira
 Edgar Altino - Clínica Médica, 3a. Cadeira
 Fernando Simões Barbosa - Clínica Médica, 4a. Cadeira
 Arnóbio Marques - Clínica Cirúrgica, 1a. Cadeira
 Frederico Cúrio - Clínica Cirúrgica, 2a. Cadeira
 Paulo de Aguiar - Clínica Cirúrgica, 3a. Cadeira
 Bandeira Filho - Clínica Obstétrica
 Tomé Dias - Clínica Ginecológica
 Isaac Salazar - Clínica Oftalmológica
 Artur de Sá - Clínica Oto-rino-laringológica
 Lins e Silva - Clínica Pediátrica Médica e Higiene Infantil
 Inácio d'Ávila - Clínica Pediátrica Cirúrgica e Ortopédica
 Francisco Clementino - Clínica Dermatológica e Sifilográfica
 Ulisses Pernambucano - Clínica Psiquiátrica
 Gouveia de Barros - Clínica Neurológica.

Ainda por deliberação da congregação foram nomeados professores substitutos das secções de ginecologia e cirurgia os drs. Arsênio Tavares e Souto Maior, respectivamente. A Diretoria, a fim de que sejam realizadas diversas decisões constantes da ata da sessão anterior, e que se referem ao equilíbrio financeiro e meios de estabilidade do instituto, nomeou a seguinte comissão, a qual deverá se entender com o Exmo. Sr. Governador do Estado: - Gouveia de Barros, Edgar Altino, Frederico Cúrio e Otávio de Freitas. Ainda o presidente nomeou a seguinte comissão encarregada de modificar os Estatutos e Regimento Interno, editados em 1915: Mário Ramos, Ulisses Pernambucano, Gilberto Fraga Rocha, Tomé Dias, Ascânio Peixoto e Arsênio Tavares. Sob proposta do dr. Tomé Dias foi votado que os cursos mantidos pela Faculdade fossem iniciados ainda este ano. Nada mais havendo a tratar, foi levantada a sessão e marcada outra para o dia 20 de maio, na qual deverão ser apresentados pelos srs. Professores os programas de ensino a serem adotados na presente época letiva. Tomé Dias".

Início do Curso: O último preparativo para o início do curso médico consta da 4a. Ata da Congregação da Faculdade de Medicina do Recife, redigida, como as demais, por Thomé Dias, a qual espelha os últimos retoques para a grande solenidade histórica do dia 16 de julho.

Diz o documento:

- "Às 19 horas do dia 1o. de julho do corrente ano (1920), na sala das sessões da Sociedade de Medicina, sob a presidência do dr. Octávio de Freitas e com a presença dos srs. Drs. Artur de Sá, Gouveia de Barros, Gilberto Rocha, Oscar Coutinho, Fernando Lemos, Isaac Salazar, Costa Carvalho, Luís de Góes, Souto Maior, Ascânio Peixoto, Raposo Pinto, Edgar Altino, Mário Ramos e Tomé Dias, reuniu-se a quarta congregação da Faculdade de Medicina de Pernambuco. É lida a ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem emenda. Não houve expediente da Secretaria. É concedida a palavra ao dr. Gilberto Rocha, que prossegue a leitura do Regimento Interno, iniciada na sessão anterior. São aprovados, sem discrepância, todos os assuntos até o artigo 36, o mesmo acontecendo com o capítulo seguinte, intitulado - Dos auxiliares de clínica". Os capítulos relativos à congregação e exame vestibular, por serem

moldados segundo o decreto 11.530, deixam de ser discutidos e são aprovados. No entanto, ainda o dr. Edgar manifesta-se sobre as vantagens que trariam ao ensino uma organização original, emancipada da tutela escrita da fiscalização dos governos e da obrigatoriedade aos programas e paradigmas das leis oficiais. Era contrário à adoção de um Regimento de semelhança muito próxima ao das escolas oficiais. Quer o ensino livre. Continuada a leitura do Regimento Interno, sobre diversos itens falam, seguidamente, os drs. Gouveia de Barros, Costa Carvalho, Luís de Góes, Tomé Dias e Simões Barbosa, estabelecendo-se ligeira confusão, dissipada pela proposta do dr. Edgar Altino, lembrando que sejam aprovadas as disposições presentes nos Regimentos das escolas oficiais, a qual foi aprovada. O dr. Diretor consulta a Casa sobre se deveríamos iniciar o Curso. Pede a palavra o dr. Simões Barbosa e propõe que se modifique a fórmula da consulta para a seguinte: "Como devemos iniciar o curso? Com que meios?" O dr. Gouveia de Barros pensa que devemos fundar a Escola desde já, estabelecendo, entretanto, um Regimento transitório, que nos faculte o livre funcionamento, durante o período singular de julho a abril, que será o nosso ano letivo nesta fase de iniciação. Em partes, manifestam-se outros professores. Encerrada a discussão e posta a votos, é aprovado por unanimidade que sejam abertas as matrículas para a presente época. Contra a exigência do exame vestibular, votam os drs. Edgar Altino e Costa Carvalho. Ficou sancionado, por unanimidade, que a Faculdade, como era sua sede provisória a Escola de Farmácia, solicite do Sr. Coronel Lima Castro, Prefeito do Recife, o prédio da Escola Manuel Borba para o funcionamento das aulas teóricas. Contra o voto do dr. Ascânio Peixoto, é aprovado o projeto apresentado pelo dr. Octávio de Freitas para que a Escola convide as Escolas de Farmácia, cujos propósitos de aliança e de concórdia poderiam desde já ser afirmados em parte pelos votos de aprovação dados pelos professores dessa Escola, presentes à reunião. Após alguns debates, foi aprovado que se adotasse, para o estudante gozar do ensino ministrado pela Faculdade a título de taxas escolares, a soma de Cr\$ 450\$000, dividida em um pagamento inicial de 150\$000, outro final de igual quantia e o restante sob o título de taxas de laboratórios, em épocas determinadas pela Diretoria. Assinada pelos Drs. Gouveia de Barros e Simões Barbosa,

recebe a mesma uma proposta alvitando que a Diretoria procure entender-se com os elementos filantrópicos e representativos da sociedade pernambucana, fazendo-se tomar interesse pelo desenvolvimento das finanças e estabilidade material da nossa Escola. A proposta é objeto de atenção, sendo discutida e aprovada unanimemente. Nada mais havendo a tratar, é suspensa a sessão e marcada nova reunião para o dia 22 de junho, após o encerramento da inscrição dos vestibulares, que deveriam ser anunciados até o dia 21, sendo cifrada em 100\$000 a quantia a cobrar como Taxa para a respectiva inscrição. O secretário. Tomé Dias".

Inscrições para Exames Vestibulares: Finalmente, abrem-se as inscrições para os exames vestibulares, inscrevendo-se 29 candidatos. Encerram-se em 21.6.1920. Realizam-se, com rigor, os exames. Pretendia-se, como era natural, honrar o nome da nova instituição. Dentre os aprovados, total de 15, vários haviam-se diplomado pelas escolas de Direito, de Farmácia e de Odontologia. Os vitoriosos seriam, então, matriculados no 1o. ano do curso médico mediante a contribuição de 450\$000 paga em 3 prestações de 150\$000 cada.

Aula Inaugural: A aula inaugural do curso médico, dada por Otávio de Freitas, foi previamente marcada para 16.7.1920, cumprindo-se o calendário. A solenidade ocorreu em uma das salas do velho sobrado da rua do Sebo, hoje chamada de rua Barão de São Borja, assim tendo falado Otávio:

"Meus prezados discípulos!

Eu sinto um prazer inigualável e uma alegria infinda ao dirigir-vos a palavra, neste momento.

É que a minha presença, entre vós, neste dia, significa muito mais do que proporcionar uma simples lição de mestre para discípulos queridos.

Ela quer dizer, na sua maior singeleza, que temos praticamente realizado o nosso sonho dourado de tanto tempo; que se acha real e definitivamente fundada a Faculdade de Medicina do Recife.

Sonho dourado de tanto tempo!

Efetivamente, não é de hoje o anseio de todos nós, médicos residentes em Pernambuco, de possuímos semelhante instituto de ensino.

Durante o governo fecundo e benemérito deste eminente administrador que foi o dr. Alexandre José Barbosa Lima aventou-se a idéia da criação de uma Faculdade de Medicina nesta capital, e houve mesmo quem apresentasse ao Congresso Legislativo Estadual um projeto a semelhante respeito, com plano vasado em melhores e mais consentâneos moldes que os das faculdades oficiais, existentes na Bahia e no Rio.

A proveitosa idéia, porém, não foi julgada objeto de discussão durante aquele ano e, não sei porque motivos, ficou no olvido até hoje, no seio daquela eminente corporação.

Isto não impediu, contudo, que a iniciativa particular, tão pródiga entre nós, dos mais salutareos empreendimentos, procurasse realizar, por partes, aquele importante desiderato, sendo pioneiros esforçados, nas diversas campanhas levantadas, vultos dos mais simpáticos de nossa alta sociedade.

O primeiro instituto criado, sob o influxo benfazejo desta corrente de idéias foi a Escola de Farmácia que, depois de uma pequena interrupção no seu regular funcionamento, vive folgada hoje e com os mais fortes elementos de perpetuidade.

Todo o mundo tem visto a enorme vantagem para o nosso Estado com a feitura desta escola que veio, incontestavelmente, levantar o nível profissional da arte farmacêutica, entregue em quase todas as localidades do interior a indivíduos charlatães de rudimentares conhecimentos e bastantes inábeis no preparo dos mais comestíveis remédios, cujo valor químico, terapêutico e biológico eles desconheciam por completo.

Que digo eu? Não se fazia preciso, até bem pouco tempo, sairmos da nossa capital para observar tais desconcertos entre os nossos manipuladores de drogas.

Aqui mesmo, antes da criação da escola, se fizessemos uma estatística das farmácias regidas realmente por farmacêuticos, não encontraríamos, nestas condições, talvez uma terça parte delas.

Na sua maioria estavam entregues a práticos mais ou menos cômicos de suas não responsabilidades, que eram descarregadas, muito suavemente, num indivíduo titulado qualquer, sem outro

amor à sua arte que este de alugar o seu título, aí por uma bagatela, de cem mil réis ou menos...

Vêem assim, os meus prezados alunos que, se outras vantagens não auferisse a nossa população com esta pequena derrama de discípulos de Galeno, que vamos fazendo todos os anos, seria por si só de um valor inestimável estabelecer, pela concorrência, a necessidade do estudo e do aperfeiçoamento para saírem vencedores na luta pelo ganha pão.

Depois da Escola de Farmácia, cujos excelentes resultados práticos vão sendo, deste modo, autenticados, veio à baila a criação de um outro instituto - o de Odontologia - e dos desejos manifestados por uma pleiade de valentes lutadores, à sua realização, não foi muitíssimo dilatado o espaço de tempo.

A escola de Odontologia de Pernambuco vem funcionando com todo o proveito e regularidade, e com uma notável frequência de alunos.

A sua inteligente diretoria dedica-lhe a maior soma de esforços, procurando emulá-la às suas co-irmãs oficiais ou não, já existentes e em diferentes cidades brasileiras.

Além destas duas, devo ainda referir-me à Escola de Parteiras, criada pela nossa infatigável S.Casa de Misericórdia que assim atendeu aos ingentes reclamos da classe médica, manifestados com a máxima intensidade, desde a realização do Primeiro Congresso Médico Pernambucano, em 1909.

Por último, não devo passar revista sobre os nossos institutos de ensino médico, sem dizer algumas palavras de sincera admiração sobre a Escola de Enfermeiros, também mantida pela mesma pia instituição e criada igualmente sob as benéficas insinuações desse congresso médico, e na qual podem receber instrução técnica, alunos de ambos os sexos, teórica e prática, que se vão denominado - Escola de Farmácia, no tratamento de um doente qualquer a eles confiados.

Desta análise a vôo de pássaro, vê-se claramente que, por diversificados caminhos, a ideias da criação de uma Faculdade de Medicina, lembrada no governo Barbosa Lima, vai se objetivando, pouco a pouco, nestes núcleos proveitosos de ensino teórico e prático, que vão se denominando - Escola de Farmácia, de Odontologia, de Parteiras e de Enfermeiros.

Em todas estas, as disciplinas já ensinadas abrangem um número bem respeitável de matérias as mais diversas, desde as ciências acessórias físico-químicas, a história natural, a microbiologia, a terapêutica, a higiene e a farmacologia, até a histologia, a fisiologia, a obstetria e um certo número de operações de pequena cirurgia.

Quiséssemos nós congregar todos estes elementos esparsos e muito pouco nos restaria para fazer a construção definitiva do instituto superior de estudos médicos, pois além deles possuímos também hospitais bem providos de doentes das mais variadas modalidades mórbidas e em tais nosocômios poderíamos proporcionar aos nossos alunos os necessários conhecimentos a serem utilizados na vida prática.

Já lá se vão talvez dez anos, meus senhores, quando eu, de parceria com João Marques, Gouveia de Barros, Arnóbio Marques, João Amorim e Soares de Avelar, além de outros, me lembrei de fundar uns cursos práticos sobre diversas disciplinas médicas, no hospital Pedro II, curso de férias para os alunos das escolas médicas de outros Estados, aqui em vilegiatura de repouso, ou para colegas nossos que desejassem conhecer assuntos especializados e que nos houvéssimos dedicado mais particularmente. Uma espécie de troca mútua de ensinamentos, hauridos por nós, e que os procurássemos difundir uns aos outros.

Era um arremedo do que sempre virámos nos diversos centros existentes em Paris, Londres, Berlim e outras capitais adiantadas onde, durante as férias, os professores ou os médicos mais velhos e mais experientes faziam ressaltar os seus conhecimentos adquiridos nos hospitais e nos laboratórios, transmitindo-os aos mais novos ou aos mais inexperientes que, por sua vez, os aperfeiçoavam para levá-los cristalizados e difundi-los aos que viessem depois...

Queríamos assim e por este meio formar o inquebrantável elo da solidariedade científica, criando esta arregimentação, esta disciplina escolástica que dá força, que revigora, que retempera os espiritos.

Era a formação, no final das contas, de uma escola prática de medicina, onde todos nós teríamos de aproveitar bastante, lucrando com isto também os nossos clientes e a medicina indígena.

A nossa idéia desativada de preconceitos, como a formuláramos causou, no entanto, grande espanto a muitos, si não mesmo escândalo a alguns, e o nosso tão alevantado intuito não pôde ser levado a efeito, devido ao arrefecimento sobrevindo à maior parte dos seus ilustres pioneiros.

Somente eu, que já vinha realizando tais intentos desde anos atrás dei, no meu laboratório particular o anunciado curso de bacteriologia regularmente freqüentado, e do qual surgiram até algumas teses interessantes, defendidas nas Faculdades de Medicina oficiais.

Mas, bem sabeis, "uma andorinha só não faz verão", e a nova tentativa deixou, por isso, de ter o resultado almejado.

Outros alicerces deveriam ser argamassados para o soerguimento final do nosso grandioso edifício de ensino.

Em 1915 nos abalançamos de novo para a conquista do nosso ideal desta vez com uma fórmula mais arrojada, qual a da fundação de uma escola de medicina.

Foi no seio da Escola de Farmácia, que ainda hoje nos acolhe com a mais galharda fidalguia, que lançamos a idéia radical e radicada no nosso espírito e, não tivesse havido certo receio do então diretor deste instituto de ensino, o ilustre dr. Martins Costa, a nossa almejada escola, desde aquele ano, estaria em plena atividade.

O eminente estadista e homem de governo, dr. Rivadavia Correia, com um descortino moldado nos mais sãos princípios da moral e da razão, havia impresso uma feição moderna, lógica e consentânea no nosso ensino superior, dando-nos ensanchas para, de acordo com o seu plano liberal de ensino, reunirmos os elementos de fundação da escola.

Nomearam-se os lentes; discutiram-se e aprovaram-se os estatutos da nova Faculdade e, depois, veio novamente o desânimo adormecer as energias.

Adormecer é bem o termo que devemos empregar, porque a Faculdade criada não morreu desta feita; apenas dormiu profundamente durante estes longos cinco anos já passados, para despertar agora mais revigorada, mais robustecida, mais adornada de

energias, como um fruto amadurecido por demorado e paciente sazonalmente!

Que a Faculdade de Medicina vive; que ela pode dar demonstrações de força, de veemência e de inquebrantabilidade, tendes agora a prova nesta lição inaugural que vos estou fazendo, como tivestes dias atrás, nos exames vestibulares, onde somente conseguiram promoção aqueles que realmente a mereceram.

Esta pequena amostra do nosso reto modo de proceder, tendo a convicção que será todos os anos reproduzida em cada um dos nossos cursos, em cada uma das disciplinas ensinadas.

Porque, ficai bem certos, a Faculdade de Medicina do Recife não teve nem terá por principal escopo formar a granel e em correrias, médicos, farmacêuticos, cirurgiões dentistas e parteiras. O que ela pretende, sobretudo, é ensinar teórica e praticamente a medicina e suas ciências e artes correlatas, procurando elevar cada vez mais o nível moral e intelectual dos nossos profissionais; criando os competentes, os eruditos, os especialistas; fazendo surgir e cultivando no mais alto grau um acurado amor pelo estudo, pelas ciências médicas, pela arte médica, pela profissão médica!

Senhores! Parecerá a muitos estranhável que, numa época de extremo mercantilismo, como esta que atravessamos, ainda existam homens de responsabilidade que se congreguem para fazer "aumentar o número de médicos", com fundação de uma nova Faculdade de Medicina.

Para estes "espíritos práticos" o médico é um "proletário intelectual", um indivíduo acorrentado à pobreza, se não à mendicância...

Senhores. Se pretendeis abraçar a nobre profissão que os vossos mestres desta casa irão vos fazer conhecer em todos os seus detalhes em seis anos de curso, com a esperança de auferir grandes lucros, de vos tornardes ricos capitalistas, no fim de uma labuta mais ou menos demorada; se não aspirais viver como vivem as outras pessoas que escolheram, por inclinação ou por temperamento, as profissões liberais sabendo que irão tirar dela apenas os recursos necessários para a sua subsistência, sem faustos nem magnificências, mas só uma aceitável mediania, compatível com o meio que habitamos, então fechai os vossos livros, os livros que vos apontamos agora, cheios de entusiasmo, e ide para o balcão ou para

o arado, para os campos ou para as oficinas onde dizem que as riquezas entram em borbotões, dependendo tudo, em grande parte, apenas da boa sorte de cada um.

Os que aqui entrarem pobres, esperando encontrar no microscópio, no escalpelo, na retorta e nos diversos e variegados materiais de propedéia, de prótese e de síntese "instrumentos propinadores de fartas e rápidas riquezas, como sucede com os outros" com o tamanho do solo, o redemoinho das máquinas ou o esfuziar das transações, perderão, de certo, o seu tempo, o seu trabalho e as suas aspirações. A profissão médica foi, é, e será sempre um sacerdócio e, conseqüentemente, deve revestir-se, sem cessar, de uma incomparável soma de abnegação e de desprendimento. Sua área de ação será principalmente entre os que sofrem, entre os que estão inibidos de trabalhar, pela doença ou pelo acidente, entre os que têm a vida perturbada por um desvio de saúde qualquer. E não serão entre estes, bem vêdes de um pronto golpe de vista, que poderemos conseguir elementos e subsídios para acúmulo fácil de fortuna. Eis aí a exata situação econômica que vos vaticina a profissão honrosa que acabais de escolher.

Não ambicioneis outra, por impraticável.

Os lucros oriundos da vossa profissão proporcionar-vos-ão tão somente o conforto e o bem estar encontrados comumente nas demais profissões liberais - advogados, engenheiros civis, agrônômicos, mecânicos, funcionários públicos e tutti quanti. Nada mais e nada menos que isto. Ficai, portanto, bem avisados do que vos aguarda.

Se, no entretanto, sois dotados do mesmo entusiasmo que nos domina pelas coisas da medicina e de seu final estádio - a higiene; se enxergais nela, na sua objetivação, na sua aplicação conscienciosa e metodizada, um dos mais fortes esteios para o aperfeiçoamento e a felicidade do homem, se tendes, realmente, gosto e jeito pelo ofício, então, não hesiteis um só momento e vinde ser dos nossos, porque tereis na vida, muita vez, minutos da mais esplendente alegria, que só os sabem sentir, que só os podem experimentar aqueles que têm sob o seu saber e sua inteligência, o seu fino e a sua argúcia, uma vida querida que se esbarronda e que eles poderão, a tempo, sustentar e reconstituir.

Ao demais, deixai que vos adiante, porque isto é uma verdade incontestável, o número de médicos existentes em nosso país ainda não é tão grande que sua superabundância possa trazer, pela concorrência desordenada e malsã, o deperecimento da classe pela falta de meios de subsistência.

Ainda estamos muito longe disto pois, ao passo que em França, por exemplo, cada facultativo não poderá dispor de mais de mil pessoas para prestar-lhes seus serviços, entre nós a taxa percentual, por enquanto, será, quando muito, de um médico para cada vinte mil habitantes.

Não será isto uma diferença bem apreciável e que, longe de indicar um excesso, esteja a chamar por um número maior de esculápios?

Na realidade, o número total de médicos para a vastíssima extensão do território pátrio, com os seus vinte e cinco milhões de habitantes, ainda é muito restrito, e, o que se me afigura mais agravante, a grande maioria das cidades, vilas e lugarejos do nosso interior, como do interior de todos os outros Estados brasileiros, não dispõe de um só facultativo recorrendo, de contínuo, as pessoas doentes, a práticos de farmácia, quando os há, ou aos mais reles charlatãs e catimboseiros que nada sabem e tudo mistificam.

Considerai, no entretanto, que nestes centros desprovidos de médicos há uma desordenada exuberância de males de toda a ordem, carecendo de serem estudados com afinco, necessitando de serem combatidos com o mais acentuado devotamento.

Todo o mundo hoje sabe que esta obra ingente de patriotismo da classe médica, que resolveu desvendar, clara e categoricamente, a triste verdade - o interior do Brasil é um vasto hospital - um celeiro impuro de germes de doenças várias que aí proliferam sem o menor entrave, para infeccionar os nossos campos, deletar os nossos centros de populações e inferiorizar, definhando e estiolando, não sei quantos milhões de brasileiros!

O nosso interior vive constantemente solapado por várias epidemias, e muitas das suas localidades estão cheias de ancilostomos, de portadores de não sei quantas outras verminoses, de disentéricos, de vítimas de moléstias de Chagas, de tracomatossos, de caquetizados por úlceras tropicais de outras e outras.

É chegado o momento, senhores de dizer-vos a orientação que pretendo dar ao curso da história natural, no presente ano, o qual, por uma nímia gentileza do meu ilustre colega dr. Alfredo Medeiros, professor da cadeira, a quem solicitei a excelsa honra de, inaugurando a sua cátedra, inaugurar os cursos da Faculdade de Medicina do Recife, coube a mim fazer, não com o mesmo brilho, mas com a mesma soma de boa vontade.

Estou crente que não ireis supor que pretendesse vos prender a atenção, em lições sucessivas, sobre a história da flor, das folhas e dos frutos, sobre a probabilidade discutível da sexualidade daquela, ou a respeito das sisudas idéias de Sprengel sobre a adaptação recíproca das flores e dos insetos.

Nada direi, tão pouco, sobre o transformismo experimental das plantas, nem finalmente, sobre a criação atual das espécies.

São estas, noções muito interessantes e instrutivas, assim como várias outras que vos poderia citar, mas que já as tivestes, minuciosas e eruditas, no vosso curso preparatório e, depois, fundamentalmente, as recordastes para vosso exame vestibular.

Por isso, e de acordo com a moderna orientação que vão tomando as coisas da medicina, vos ensinarei o que puder, de fitopatologia, procurando ao mesmo tempo, interessar-vos no mais alto grau, nos assuntos atinentes à zoo-patologia e mais particularmente aos protozoários, aos helmintos e aos insetos: - uns causadores diretos de moléstias e outros, tenazes e temíveis portadores e disseminadores delas.

Enveredando nesta ordem de considerações, ireis verificar o extensíssimo e importante papel que cabe à disciplina que me incumbi de ensinar-vos, no progresso da medicina e como do seu conhecimento aprofundado, tirará o médico imenso proveito.

Tamanha extensão tem ganho a proto-zoologia médica com seus últimos cultores, que bem podemos afirmar ser ela, como subsidiária da arte médica de um valor igual, pelo menos, à sua irmã, a bacteriologia, ambas nos dando a conhecer a natureza, a causa íntima de quase todos os males que perseguem a humanidade.

Moléstias a protozoários podemos citar as amebas, tanto as intestinais, causadoras de uma das espécies de disenteria, como as sanguícolas, responsáveis, entre outras, do paludismo; os espiroquetas, de formas e biologia variadas, produtores da febre amarela,

da febre ictero-hemorrágica, do tifo recorrente, além de outras; as leishmanias e os tripanozomas.

O papel da helmintologia, no domínio da patologia é de uma transcendência impressionante, sendo bem conhecidas as terríveis devastações provocadas em nossas populações rurais pelos ancilóstomos, tricocéfalos, ascárides lombricóides, oxiúrios, chistosomas, cestódios e filárias.

A importância prática da entomologia é tão conhecida, que não se faz preciso mais enaltecê-la.

Os mosquitos de vários gêneros, como hóspedes interme-diários e transmissores dos germes do paludismo, da febre amarela e da filarose, os ticos, na propagação da febre que traz o seu nome; as moscas, desde a grande Tsé-tsé à conhecidíssima mosca comum, até o pequenino flebótomo na propagação da doença do sono, da tuberculose, da disenteria, do colera, das febres tíficas, da febre dos 3 dias e da dengue; os ácaros em um sem número e dermatoses; o piolho, no tifo recorrente, o triátomo, na doença de Chagas; as pulgas, na peste; o percevejo no cancro e, quem sabe?, na lepra. São alguns espécimens entomológicos que merecerão acurado estudo nosso.

Eis aí, o objeto essencial dos nossos trabalhos, durante o ano - o estudo detalhado da parasitologia médica, ramo especial e individualizado, por estudos recentes, e cada vez maiores, da patologia geral.

A fim de que nossas lições adquiram o máximo de aproveitamento, irei buscar apoio em diversas outras ciências fundamentais, tais como a morfologia, a fisiologia, a histologia e a química. Sobretudo, darei uma afeição profundamente prática, procurando incutir no ânimo de todos vós o maior desvelo por semelhante estudo, fazendo-vos sentir as alegrias intensas que gozam os sábios, mordendo o fruto permitido da árvore da ciência, na pitoresca expressão do eminente professor Prenant.

Para que, porém, no fim da jornada, tenhais adquirido o máximo dos conhecimentos que vos prometo dar, espero encontrar em cada um de vós, um estudioso, um aplicado e um pesquisador indormido.

Assim ficaremos perfeitamente pagos - mestre e discípulos".

Malentendido e Normalização: A nova Instituição de ensino superior marchava de vento em popa quando desaba sobre ela violento vendaval. Surge, no seio da Congregação, uma dissidência, tornando-se maioria. Sem consulta ao Diretor, decidiu reunir-se em local fora da Faculdade, e, aí, deliberou sobre vários assuntos pertinentes à Instituição. Por exemplo, Dr. Tomé Dias passou para Anatomia Médico-Cirúrgica e Aparelhos, o Dr. Paulo de Aguiar para Clínica Ginecológica, o Dr. Alfredo Costa para Clínica Cirúrgica, o Dr. Adamastor Lemos para Histologia. O Dr. Arsênio Tavares foi excluído de maneira descortês e anti-regulamentar. Outras cadeiras também sofreram modificações.

A conduta tomada representava desrespeito ao Diretor. E Octávio de Freitas reagiu à altura, afastando-se da direção. O estabelecimento passou imediatamente ao vice-diretor, Prof. Gouveia de Barros, que assumiu a direção da Instituição. A nova direção introduziu várias modificações discordantes da administração anterior.

A crise desencadeada abalou os alicerces do edifício de construção recentíssima. As aulas foram suspensas, a congregação deixou, pouco tempo depois, de se reunir. O diretor em exercício ausentou-se para o Rio de Janeiro a fim de assumir o seu mandato de deputado federal. O Diretor substituto não conseguiu promover reunião da congregação nem tampouco fazer funcionar o curso com abertura das aulas. Reinava o caos. Parecia que tudo iria d'água abaixo. Todo esforço feito estaria perdido.

Os estudantes integrados no curso, dispensando grande estima à Instituição e receiosos de grande fracasso, puseram-se em campo para evitar a continuação do dismantelo. Procuraram os professores, solicitando que trabalhassem pela manutenção da Escola, pois sua existência se achava ameaçada. E nessa romaria aos docentes, procuraram, evidentemente, o Dr. Octávio de Freitas, apelando para que ele reassumisse a direção.

Posteriormente, uma comissão de professores fez veemente apelo ao Dr. Otávio de Freitas no mesmo sentido. A Comissão hipotecou o inteiro apoio de toda a congregação.

O ex-diretor aquiesceu, porém exigindo só retornar à Escola desde que seus atos e suas decisões anteriores fossem mantidas.

Aceita a categórica exigência, o Dr. Otávio de Freitas reassumiu, fazendo voltar à normalidade a vida da Instituição. A essa altura dos acontecimentos, por intermédio do Prof. Antônio Austregésilo Rodrigues, pernambucano e profissional de prestígio no Rio de Janeiro, ele obteve que a Câmara através de projeto concedesse à novel Faculdade uma subvenção anual de cem contos de réis. Por outro lado, com a fusão das escolas de Farmácia e Odontologia com a nova instituição de ensino médico, o patrimônio se elevava a 120 contos, além do imóvel da Escola de Farmácia. Outras achegas também se achavam na linha de obtenção de recursos e meios. Por exemplo, pretende Octávio de Freitas, também Diretor da Liga Pernambucana Contra a Tuberculose, doar os três prédios, estimados em 120 contos, à Instituição nascente. Calcula Aníbal Fernandes em extenso artigo comentando a crise no Diário de Pernambuco, que o patrimônio da Faculdade de Medicina atingia um total de 440 contos de réis.

As atividades ambulatoriais já preocupavam os fundadores da Faculdade de Medicina do Recife. Daí as providências de que no Dispensário Octávio de Freitas funcionaria o ambulatório de clínica médica e cirúrgica e, no Lino Braga, o serviço de clínica pediátrica médica e a cirúrgica. Quanto à hospitalização a Santa Casa franqueou à Escola os Hospitais a seu cargo. E dessa maneira a Faculdade de Medicina do Recife retoma a marcha para atingir o seu grande e nobre destino.

Primeira Turma: Normalizadas as atividades administrativa e técnicas, em 24.12.1925 forma-se a primeira turma composta de 6 médicos: Porfírio de Andrade Sobrinho, Benedito Alves de Carvalho, Aníbal Bruno de Oliveira Firmo, João da Silva Correira de Oliveira Andrade, Argemiro Costa Filho e Antonio Ignácio de Barros Ribeiro. A colação de grau teve lugar no salão nobre da Escola Normal, dirigida pelo Prof. Ulisses Pernambucano. Compareceram à cerimônia autoridades federais e estaduais, professores de outras faculdades, grande número de pessoas gradas.

Pelos doutorandos falou Antônio Ignácio de Barros Ribeiro e como paraninfo foi escolhido o prof. Octávio de Freitas, cujo discurso é o que se segue:

"Prezadíssimos discípulos meus!
Chegastes, enfim, ao término de vossos estudos acadêmicos!

E, por uma coincidência feliz para mim, assim como minhas foram as primeiras palavras que ouvistes neste novo centro de ensino médico; meus, os primeiros incitamentos que recebestes na difícil e nobilitante jornada que ireis iniciar; e meus os primórdios alviçareiros de vossos estudos na divina ciência de Hipócrates; assim também estão sendo agora minhas as últimas palavras que ides ouvir, antes de transpôrdes os humbrais do nosso comum templo de estudos, de experiências e de observações, nesta hora inegualável em que ides trocar a descuidada vida acadêmica pelos encargos pesados e cada vez mais cheios de responsabilidades da vida prática; e ireis deixar entre os que aqui ficam, com toda a certeza, um montão de saudades e de onde levareis, sem dúvida, eternas recordações.

Deveis estar lembrados como, há seis anos atrás, vos recebi, ao iniciardes a vossa carreira acadêmica nesta Faculdade, que também se iniciava, tão periclitante para os tímidos e os derrotistas, e cujas únicas credenciais eram, então, a sinceridade, a boa fé e uma força de vontade inquebrantável.

Afirmei-vos naquele instante, que a nossa Faculdade não fora criada para "fabricar doutores", mas para ensinar a Medicina, procurando elevar cada vez mais o nível moral e intelectual dos nossos profissionais, criando os competentes, os eruditos, os especialistas, fazendo surgir e cultivando, no mais alto grau, um grande amor pelo estudo, pelas ciências e profissão médica.

Disse-vos tudo isto e acrescentei, como para experimentar-vos ou, melhor, para exaltar ainda mais vossas incipientes inclinações: - "Se pretendes abraçar a nobre profissão que os vossos mestres desta casa irão vos fazer conhecer, em todos os seus detalhes, em seis anos de curso, com a esperança de grandes lucros, de vos tornardes ricos capitalistas, no fim de uma labuta mais ou menos demorada; si não aspirais viver como vivem os que escolheram, por inclinação ou por temperamento, as profissões liberais, sabendo que irão tirar dela apenas os recursos para sua subsistência e nada mais, então fechai os vossos livros, os livros que

vos apontamos agora, cheios de entusiasmo, e ide para o balcão ou para o arado, para os campos ou para as oficinas".

É bem de imaginar, idealistas que vós éreis, que preferistes o outro caminho que vos apontei e pelo qual vos enveredastes, de espírito forte e coração sereno, buscando com esforço e dedicação, cada um de vós, aplinar as dificuldades todas que teriam de vir surgindo, dia a dia. E tudo vencestes nestes seis anos de instrução médica, depois de já terdes vencido labutas igualmente destemerosas neste curso de preparatórios onde, no dizer de Afrânio Peixoto, "não somos nada ainda, sem individualidade, sem destino certo, marcados como um labéu pelos mais velhos ou pelos mais adiantados que partem, e vemos se afastarem para as escolas superiores com um sorriso desdenhoso aos preparatorianos que ainda ficam, às privações da labuta a perfazerem os dez ou doze trabalhos de Hércules que se chamam ensino secundário".

Pressurosos e confiantes, andastes a busca de realizar este ideal assoberbante, idéia fixa, pensamento dominador, consubstanciado neste anel auri-verde que tendes agora no vosso dedo indicador, como símbolo tradicionalista de nossa profissão.

Seis longos anos sonhando serdes médicos para praticardes o bem, sem alardes, sem preconícios, sem estardalhaços e repetindo, constantemente, cada um de vós, as deliciosas palavras de um dos príncipes de nossa literatura: - "Os nossos triunfos não os obtemos na praça pública ou no teatro, diante da multidão que aplaude, mas lá no recôndito de um escuro aposento silencioso, onde geme a criatura. Só Deus os contempla. Só Ele os recompensa".

Assim, cheios de doiradas quiméras, plenos dessa confiança no porvir, fostes galgando galhardamente, etapa por etapa, o vosso tirocínio acadêmico.

Quem, nesta festa de despedida, em que vos estamos entregando, gostosamente, vossas cartas de maioridade científico-sacerdotal, vos contemplar assim tão nédios, tão corados, tão exuberantes de vida, não avaliará, de certo, as agruras e os dissabores, os sustos e as apreensões por que passastes...

Calouros, si não sofrestes os horrores das vaias desconcertantes e abjetas, porque éreis os iniciadores acadêmicos da nova escola, sentistes as inumeráveis dificuldades dos que se iniciam nos

intrincados estudos superiores, tão diferentes daqueles que até então vinheis perlustrando.

Enveredando por estes caminhos novos, entrastes desconfiados e hesitantes em contato com os professores de física, de química e de história natural, onde vos abeberastes de conhecimentos interessantíssimos mas que, para compreendê-los em todas as suas minúcias, nem sempre vos bastavam os elementos que trouxestes de vossos estudos secundários".

Depois, fostes galgando os outros anos, onde ciências novas vos eram ministradas, numa seriação nem sempre a mais consentânea com os bons métodos de ensino, mas que vos propinavam em obediência à lei número 11530, pela qual nos regíamos inteiramente até bem pouco tempo, a fim de que a nossa Faculdade fizesse jús à equiparação às suas congêneres oficiais.

Aulas teóricas nas velhas salas do nosso pardieiro da Rua Barão de São Borja; aulas práticas, de uma hora e meia, nos diversos laboratórios existentes na própria Faculdade ou em estabelecimentos outros que a ela os cediam pressurosos; aulas de clínicas no Hospital Pedro II, no Hospital de Santo Amaro, no Hospital de Doenças Nervosas e Mentais e no Hospital de Santo Amaro, no Hospital de Doenças Nervosas e Mentais e no Hospital de Centenário, umas e outras feitas por professores que porfiavam em cumprir à risca os seus deveres, obrigando-vos a uma frequência contínua e estafante pelo grande número de encargos a que éreis obrigados, em muitos e muitos dias - eis a vossa longa e cruciante odisséia!

Porque não lembrar aqui também, ao menos por desconto de alguns pecadilhos que, por ventura, tendeis perpretado durante o vosso curso, as épocas sempre terrificantes, tempestuosas e aflitivas dos exames?

Que momentos de angústia e de ansiedade para os estudantes são aqueles em que se vêem obrigados a executar, submissos, suas provas escritas, práticas e orais; em que, depois de um ano de estudo, de sabatinas obrigatórias e de não sei quantas outras provações, teem de sujeitar-se, por força da lei, ao julgamento dos professores e ao juízo dos condiscípulos!

Será, realmente, o exame de fim do ano, perante um auditório mais ou menos numeroso e com uma série de pontos

tirados à sorte na ocasião, o melhor meio de aquilatar o aproveitamento dos alunos?

São estes interessantes assuntos dignos de acurada meditação, mas que não julgo oportuno discutir agora, preferindo salientar, ao invés disso, que fostes todos vós, meus presadíssimos discípulos, galardoados sempre, ano a ano, até atingirdes o cimo da montanha onde vos encontráis nesta hora que julgais, talvez, a mais feliz da vida, a nos acenar com as vossas despedidas...

E, já que me conferistes a insigne honra de ser o paraninfo eleito dos primeiros médicos saídos de nossa novel Faculdade, ouvide-me, como si um primeiro filho estivesse ouvindo a um Pai amantíssimo que se sentisse cheio de apreensões e cuidados, no momento de sua partida e que, já na soleira do lar idolatrado, o retivesse alguns instantes ainda, para lhe dizer as derradeiras recomendações.

Si sois os primores da nossa Faculdade de Medicina, os seus primeiros frutos, os seus primeiros filhos...

Tereis de escutar de muita gente, em múltiplas ocasiões, uma censura acre, desarrazoada, aos vossos Mestres: - Como já existindo tantos e tantos médicos em nossa terra, ainda tivestes a idéia de criar em Pernambuco, mais uma escola superior destes estudos, mais uma "fábrica de doutores", no dizer pitoresco de considerarem eles nossa Faculdade?

No entretanto, por mais que vivam a alardear, assustadiços e egoistas, a superabundância de médicos, entre nós, a realidade documentada pela estatística, é que estamos muito distantes ainda da pletória médica anunciada tão canglorosamente pelos pregoeiros inomináveis do mais esquisito e antiquado dos trusts.

Ao contrário, não possuímos ainda profissionais em número suficiente para disseminá-los por todo o vasto interior do Brasil. Si facultativos se encontram em mais avantajadas proporções nas suas capitais, grande quantidade de cidades, vilas e lugarejos do hinterland ainda não dispões de um só médico, recorrendo, de continuo, as pessoas que adoecem, a práticos de farmácia, quando os ha, ou os mais reles catimboseiros que, ao invés de aliviá-las, mais agravam suas mazelas e seus infortúnios.

Dizei, pois, a estes malsinadores impenitentes que encontrades em vosso caminho que a Faculdade de Medicina do Recife não virá superpovoar de médicos o nosso país; antes concorrerá beneficentemente, com suas co-irmãs de outras capitais para a substituição progressiva e salutar destes leigos, que nada sabem e tantas vezes perturbam o evoluer natural de uma doença tendendo para a cura, por profissionais que cursaram regularmente uma escola médica.

E assim, ela fará obra meritória, restringindo, pouco a pouco, com inteligência e critério, o charlatanismo que em desabusadas proporções campeia, desassombradamente, por todos estes lugarejos.

Ao demais, há uma outra valiosa justificativa para ser bem aceita, como foi, a fundação da nossa Faculdade: - as escolas médicas oficiais, sobretudo a do Rio de Janeiro, pela sua vantajosa situação, acambarcaram quase todos os estudantes de medicina brasileiros, a tal ponto que os professores se tornaram impotentes a lecioná-los com proveito e as salas de aulas encontram-se insuficientes para contê-los todos.

A fim de sustentar um pouco este movimento centrípeto de estudantes de medicina para a Universidade do Brasil, a nova lei de ensino, que tomou o número 16782-A, foi obrigada a fixar o quantum de alunos devia caber, cada ano, a cada instituto, na sua série inicial. Por semelhante dispositivo, as Faculdades dos Estados terão, forçosamente, de receber em seus seios os alunos excedentes da Universidade, que por elas se espalharão, sem dúvida alguma, e nelas irão receber os ensinamentos de que tenham necessidade às suas formações médicas.

E como as demais faculdades terão de acolher alunos novos, com as mesmas restrições numéricas, claro está que à nossa caberá também uma quota proporcional de estudantes, concorrendo de tal forma para a descentralização do ensino e o justo equilíbrio de "aspirantes a doutores" que deverá existir, daqui por diante, em todas as escolas médicas brasileiras.

Não deveis repousar por muito tempo, ou para sempre, em vossas estantes, os vossos livros, os livros em que aprendestes a ciência e a arte de curar, como aliás era um costume desastrosamente tão comum, entre nós, nos tempos de antanho e mesmo

- porque encobri-lo? - em épocas mais recentes, entre tantos que "tentavam a vida" de médicos da roça. Ora, diziam estes, para que mais estudos, se o que aprendemos com tamanho afincio, nos bancos acadêmicos, nos bastará para resolver todos os problemas clínicos que, a cada passo, somos chamados a solucionar?

Deveis concordar que isto era um erro dos mais imperdoáveis e que pouco a pouco os iam inferiorizando aos olhos dos poucos que ainda estudavam e também da clientela que não os teria como "doutores" e sim como simples "meizinhos".

O profissional que nunca mais abrir um livro, ao deixar a vida de estudante, torna-se, de fato, um curandeiro, muito mais perigoso, aliás, que os curandeiros leigos, porque, sobre estes têm a desvantagem de estarem protegidos pela lei, embora, insensivelmente, se vão transformando em "doutor da ignorância e do charlatanismo".

Lê-de sempre os livros de medicina, eu vos concito. As ciências médicas vivem em continuada evolução e aperfeiçoamento, de modo que o médico que se contentar com os conhecimentos adquiridos na escola, criará uma barreira intransponível entre os que ele estudou e os conhecimentos adquiridos pelos outros, pelos "novos", pelos que veem chegando, pelos especialistas, pelos particularistas de todas as castas, que passam meses e meses nos laboratórios e nos hospitais, estudando uma reação, determinando um composto, interpretando um sintoma, criando uma doutrina que vem, tantas vezes, derrocar tudo o que, até então, tinha ele aprendido.

Como poderá o clínico, abandonando os livros e as revistas novas, onde se acham arquivados todos estes fatos valiosos, se aperceber de toda esta soma inestimável de conhecimentos?

Conheço um velho e exímio cultor da medicina, muito da minha afeição, espírito forte, cérebro cultivadíssimo e têmpera de aço, que disse-me, uma vez, enchendo-me do maior encantamento as suas sábias palavras: - Eu não serei mais clínico no dia em que um médico moço, em conferência comigo à cabeceira de um doente, referir-se a novos problemas médicos de que eu ainda não tenha conhecimento, por uma leitura acurada feita por mim mesmo. Para tal não suceder, eu leio, todas as noites, vários livros e

revistas médicas cujas assinaturas tenho o cuidado de renovar todos os anos.

E neste grande amor ao estudo é que está o segredo dos seus continuados, dos seus eternos triunfos na vida profissional.

Lê-de os livros novos e as revistas de maior atualidade; mas, não vos esqueçais dos livros velhos, dos alfarrábios médicos, pois que a Medicina deve ser essencialmente tradicionalista. Sobretudo, não deixeis nunca no olvido as obras imortais do divino Hipócrates, o célebre médico da pequena cidade de Cós.

Aluísio de Castro disse, com muita propriedade, numa de suas notáveis orações acadêmicas:

"Mudam os tempos e as doutrinas; não muda a natureza, e a medicina é, na essência, sempre a mesma de Hipócrates o mestre de todas as épocas. Nem a um médico se deve conceder o grau, sem que houvesse meditado a longa lição dos seus livros, ouvindo-o como Pai, que se recorda com egrégia fidelidade. Porque na tradição médica vive a melhor da nossa força e os preconceitos e as escolas e as rivalidades, tudo cede a uma coisa mais alta, perpetuada de tempo imortal em nossa classe".

Não calculais, meus discípulos, a tristeza que se apoderou de mim quando, lendo acurado as vossas teses, notei que elas, em obediência às nossas leis de ensino, tantas vezes refundidas, reformadas e emendadas, não traziam mais, como nos "meus bons velhos tempos", os aforismos de Hipócrates e de outros sacerdotes megnos da Medicina!

É que assim, eu via perdida uma azada ocasião que renderdes as vossas homenagens ao tradicionalismo médico...

Eu vos aconselho, convencidamente, não descurardes jamais as obras hipocráticas. Lê-de-as sempre; lê-de-as constantemente, porque nelas tereis, todas as vezes, bastante o que aprender, desde as normas e os deveres que "havemos de ter por código nas relações profissionais e na prática da arte" e que tão descuradas encontrareis, tantas ocasiões, entre os vossos comparsas, até a educação literária e filosófica, tão esquecida por inúmeros esculápios, mas que devemos proclamar como indispensável ao bom êxito da carreira médica.

O especialismo e o enciclopedismo; as reformas do ensino; a socialização da medicina...

Santo Deus! Ainda tantas recomendações a vos fazer e o tempo cada vez mais premente e reduzido! E a vossa hora de partir quase esgotada!

Vendo-vos tão sôfregos em estreitar nos braços os vossos amigos, seria eu um importuno se vos pretendesse deter mais que uns instantes...

Presadíssimos discípulos!

Conferindo-vos o grau de doutores, a Faculdade de Medicina do Recife manda vos dizer, por meu intermédio, que doravante podeis exercer e ensinar a medicina.

Com a solenidade de hoje encerrais vossa jornada acadêmica e dais início à vossa vida de Médicos.

Vivestes, até agora, envolvidos em sonhos os mais alcançados e hoje, que os primeiros albos da vossa vida profissional começam a despontar, não procureis despertar, eu vos suplico, com o mais vivo empenho, carrancudos, incrêus ou descontentes, tomando como uma falaciosa miragem tudo o que, de longe, entrevistes na vossa vida prática.

Não sê-de derrotistas, pelo amor de Deus! Antes, continueis os mesmos bravos campeões de esplendentes feitos, os mesmos ardorosos idealistas de grandes realizações, procurando aperfeiçoar-vos, cada vez mais, pelo estudo, pela dedicação e pelo trabalho, mostrando, deste modo, aos vossos Mestres da escola do Recife, que realmente existe a alegria de ser médico!

Em 1926, nova turma se diploma, constando de cinco profissionais.

Sede Própria: Desde o início do funcionamento do curso de graduação que a Faculdade de Medicina, com Otávio de Freitas à frente, luta por um prédio com instalações condignas às suas necessidades. Várias investidas, várias promessas, várias escolhas foram tentadas, todas, porém, sem chegarem a se materializar. Até que enfim, o Governador Sérgio Loreto, sempre simpático aos propósitos dos professores da Faculdade de Medicina, baixa ato, cedendo à Instituição o terreno existente na esplanada do Derby,

onde existiria, antigamente, um hotel mandado construir por Delmiro Gouveia.

"De posse deste terreno, diz Octávio de Freitas, a 4 de março de 1925, apresentei à congregação da Faculdade, a planta do futuro prédio, organizada pelo arquiteto Giacomo Palumbo e os orçamentos apresentados, em concorrência pública, por diversos construtores, sendo aceita a proposta dos srs. J. Brandão, Magalhães & Cia., como a que melhor atendia aos interesses da nossa Instituição.

Aceita esta proposta, foi assentada a primeira pedra do edifício no dia 20 de maio de 1925, com todas as solenidades, inclusive a bênção do local".

Continua Octávio de Freitas: "O dinheiro com que contávamos para consecução da obra era o proveniente de uma subscrição federal que a custo conseguimos obter e o das matrículas, as quais ainda não eram em número bastante elevado.

Em cofre, a bem dizer, contávamos apenas com cem contos de réis, e o orçamento dos construtores se elevava, na melhor das hipóteses, a 580 contos de réis. E foi com esta minúscula quantia que inciamos o nosso gigantesco empreendimento; confiados, em grande parte, na boa estrela que iria presidir os destinos daquela obra".

Como procedeu Octávio de Freitas em seu livro, aqui também se transcreve a histórica ata do assentamento da pedra fundamental:

"Acta do assentamento da pedra fundamental da Faculdade de Medicina do Recife.

Aos vinte dias do mês de Maio de mil novecentos e vinte e cinco, no bairro do Derby, desta cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, às dezesseis horas, presentes o Exmo. Sr. Dr. Sérgio Teixeira Lins de Barros Loreto, Governador do Estado, tenente-coronel Vicente de Albuquerque, inspetor da região militar, cônego Henrique Xavier de Farias, presidente da Câmara dos Deputados, dr. Antônio de Góes Cavalcanti, prefeito do Recife, dr. Amaury de Medeiros, diretor do Departamento de Saúde e Assistência, dr. Manuel Netto Carneiro Campello, diretor da Faculdade de Direito do Recife, comissões representativas do Senado e da Câmara, dr.

José Octávio de Freitas, diretor das Faculdades de Medicina, Farmácia e Odontologia do Recife, o corpo docente dessas mesmas Faculdades, Exmas. Famílias, estudantes e representantes da imprensa, além de outras pessoas que assinam esta ata, em ato solene, foi colocada a primeira pedra do edifício da Faculdade de Medicina, em terreno cedido por lei do Congresso Estadual devidamente sancionada pelo Exmo. Sr. Governador do Estado.

Por essa ocasião o Revdmo. Cônego Jeronymo de Assumpção, vigário da paróquia da Boa Vista, desta cidade, lançou a bênção da Igreja Católica sobre a primeira pedra da Faculdade, discursando, em seguida o dr. Gilberto Fraga Rocha que, em nome do corpo docente da Faculdade, salientou o quanto de útil ao seu progresso viria trazer a construção de seu edifício próprio e o acadêmico do quinto ano médico e bacharel em direito Caetano Quintino Gilhardo, pelo corpo discente, congratulando-se com os seus mestres e colegas pelo notável acontecimento que se realizava.

Foram, então, encerradas, em urna especial, uma cópia deste documento exemplares dos jornais do dia e diversas moedas correntes no país, sendo a urna, colocada em um depósito de concreto, previamente aberto no solo, o qual foi fechado com a colocação da primeira pedra do edifício, pelo dr. Octávio de Freitas.

E, para constar, eu Samuel Carneiro Rodrigues Campello, secretário da Faculdade de Medicina do Recife, lavrei a presente Ata.

Cidade do Recife, 20 de maio de 1925".

No dia seguinte ao assentamento da pedra fundamental começou a construção do prédio, concluindo-se em 27 de março de 1927, quando foi entregue aos construtores a última prestação de 11.105\$800.

Octávio de Freitas operou o milagre. Além das despesas da construção, foram gastos mais 319.800\$000 com a compra do material para laboratórios, mobiliários e outras despesas exigidas para o bom funcionamento de todos os departamentos.

Sobre os gastos da construção e equipamentos, diz Octávio de Freitas que "todas estas quantias foram integralmente pagas, inclusive os dois empréstimos que ela teve necessidade de contrair, um de 75 contos de réis, com a Liga Pernambucana Contra a

Tuberculose, e outro, de 150 contos de réis, com o coronel Mendo Sampaio".

"Completa a construção do edifício, competentemente mobiliado, montados os seus laboratórios com o farto material encomendado na Europa e Rio de Janeiro, tratei de realizar a sua inauguração a qual teve lugar no dia 21 de abril de 1927, pelas 13 horas, lavrando a seguinte Ata:

Ata da inauguração do prédio construído no Derbi e destinado à Faculdade de Medicina do Recife:

Aos vinte e um dias do mês de abril de mil novecentos e vinte e sete, trigésimo oitavo da proclamação da República dos Estados Unidos do Brasil, sendo presidente da República o Exmo. Sr. Dr. Washington Luiz Pereira de Sousa, governador do Estado o Exmo. Sr. Dr. Estácio de Albuquerque Coimbra, às quatorze horas, em o prédio recentemente construído no Derbi pela Faculdade de Medicina do Recife, achando-se presentes as primeiras autoridades civis e militares e eclesiásticas do Estado, o diretor e professores da Faculdade de Medicina, os diretores da Faculdade de Direito do Recife e Escola de Engenharia de Pernambuco, grande número de pessoas gradadas, entre as quais senadores e deputados estaduais, magistrados, lentes de outras faculdades e institutos de ensino secundário, foi aberta a sessão solene que teve por fim a inauguração do prédio construído, e destinado aos diversos misteres da Faculdade de Medicina do Recife e Faculdades anexas de Farmácia e de Odontologia.

O Secretário lê o seguinte expediente: ofício do dr. Aloísio de Castro, diretor do Departamento Nacional de Ensino, excusando-se de comparecer à solenidade; mensagem do diretor da Faculdade de Medicina da Bahia e cartas e telegramas, no mesmo sentido, dos professores honorários, drs. José Adeodato de Sousa, Antonio Austregésilo, Caio Moura, José de Mendonça, Amauri de Medeiros, hugo Werneck, Vitor Amaral, diretores das Faculdades de Medicina de Belo Horizonte, Paraná e Rio Grande do Sul.

Em seguida, o Exmo. Sr. Governador deu a palavra ao dr. Octávio de Freitas diretor, que leu um discurso alusivo ao ato. Terminado este, passou-se à colação de grau da turma de médicos

que terminaram seu curso em 1923 e que prestaram compromisso na presente sessão. Feita a chamada regularmentar, compareceram os doutorandos Francisco de Freitas Lins, Gildo Muniz Neto e Fernando Carneiro Campelo. Proferiu o seu discurso o professor Barros Lima, paraninfo da turma que colou o grau.

Por fim o Exmo. Sr. Governador encerrou a sessão, preferindo palavras de aplausos e de animação a Faculdade, afirmando que tudo faria em auxílio desta instituição de ensino superior. E, para constar, eu dr. Durval de Lira Rabelo, Secretário da Faculdade, lavrei a presente Ata, que vai assinada por todas as pessoas que compareceram ao ato". Seguem-se inúmeras assinaturas.

A instalação da Faculdade de Medicina do Recife em sede própria foi acontecimento de relevada importância na consolidação da vida do novo Instituto de Ensino Superior do Recife. Entretanto, restavam ainda outros obstáculos a serem removidos. A equiparação, por exemplo, era um deles Octávio de Freitas de há muito se empenhou pela equiparação da Faculdade às outras congêneres nacionais. Porém não vinha obtendo êxito. Em seu livro, aqui citado várias vezes, no capítulo "A Equiparação da Faculdade", sente-se quão difícil e laboriosa foi se obter a equiparação. Além de documentação bem fundamentada em razões incontestáveis, fez-se necessário a presença de Octávio de Freitas no Rio de Janeiro defendendo os interesses da nova Escola Médica junto às autoridades. Longo e circunstanciado ofício foi endereçado ao Ministro da Justiça e Interior. Diz Octávio de Freitas. "Para mais segurança no bom êxito desta petição, resolvi embarcar para o Rio logo depois de ter enviado este requerimento a fim de me entender pessoalmente com o professor Rocha Vaz, diretor do Conselho Nacional de Educação, que sabia não ser muito simpatizante das equiparações de escolas livres, sobretudo das de medicina. De viva voz demonstrei-lhe a justeza de nossa solicitação, e bem avisado andei, assim procedendo, pois consegui, diante das provas apresentadas e dos argumentos com que documentei as minhas asserções, se não a equiparação imediata, um despacho favorável quanto à nomeação de um Inspetor perante a Faculdade, o qual, examinando os atos emanados do nosso Instituto de ensino médico e tudo o mais que a ela se referisse, daria lugar, posteriormente, à nossa ambicionada oficialização.

Efetivamente, em data de 24 de agosto de 1925 foi nomeado Inspetor Federal, para seu período de fiscalização prévia, o dr. Álvaro Campos de Carvalho, professor de Física da Faculdade de Medicina da Bahia, que, sem demora, se transportou para esta cidade, iniciando rigorosa e inteligente fiscalização de acordo com a lei n.º 16.782-A.

Equiparação da Faculdade: Passados os dois anos de inter-regno exigidos pela lei, voltei novamente ao Rio para pleitear sua definitiva equiparação, e tais foram os documentos apresentados no meu primitivo requerimento, como outros que posteriormente juntei, e ainda também à defesa oral que fiz perante os membros do Conselho Superior de Ensino, que este resolveu em sessão de 25 de julho de 1928 dar parecer a favor da equiparação da nossa Faculdade às congêneres oficiais do país, o qual foi unanimemente aprovado por aquela douta corporação.

Levada esta auspiciosa resolução ao conhecimento do Ministro da Justiça, este, em decreto de 27 de julho de mesmo ano, baixou o ato equiparando nossa Faculdade às demais faculdades oficializadas do país".

Com a Faculdade equiparada, saiu a terceira turma, assinando-se a primeira por ser constituída pelos 06 primeiros médicos formados pela nova Faculdade, a segunda distinguida pela inauguração da sede própria. E dessa maneira, como nau que sai fora da barra, a Faculdade de Medicina do Recife iniciou sua grande e profícua trajetória.

. Sede Própria: O belo edifício construído no Derby passou a ser a sede da Faculdade de Medicina no Recife. Nele funcionavam a parte administrativa - diretoria, secretaria, tesouraria - o salão nobre se realizavam os concursos de docência livre e de cátedra, as congregações, conferências e eventos memoráveis, salas teóricas e laboratórios das cadeiras próprias.

Este prédio, no aprazível e tradicional bairro do Derby, representa grande parte da história do ensino médico em Pernambuco, bem como o interesse científico despertado por Aggeu Magalhães, Ulysses pernambucano, Gouveia de Barros, Nelson Chaves, Eduardo Wanderely Filho, Jorge Lobo, Mário Ramos, Barros Lima, Fernando Simões Barbosa e Edgar Altino.

Reformas de ensino exigiam modificações quanto ao número de disciplinas, cargas horárias, criando às vezes, problemas administrativos. Não restando outra opção, a Faculdade de Medicina teria mesmo de cumprir o que determinavam os elevados escalões do ensino federal. O provimento das cadeiras, logo cedo passou a ser por concurso, valorizando, portanto, a Faculdade. A disputa das cátedras constituiu-prélios intelectuais, algumas vezes disputadíssimos, arestosos, entre candidatos e examinadores. Graças a esse critério de seleção a Faculdade se impôs, compensando suas deficiências em recursos econômico-financeiros.

As aulas de clínica eram ministradas, nos hospitais da Santa Casa, tais como Pedro II, Santo Amaro, do Estado a exemplo do Centenário e Tamarineira e filantrópico como o Hospital Manoel de Almeida ou como o denomina o povo de Hospital da Jaqueira. Esta orientação exigia dos alunos o sacrifício de se locomoverem para frequentarem locais distantes. Entretanto, dispunham eles de material humano excelente pela abundância dos casos.

Sobre a Instituição não pesavam os ônus da manutenção, o que se apresentava como grande vantagem. Prof. Barros Lima sempre opinou que a Faculdade ensinasse nos hospitais de instituições públicas, filantrópicas ou privadas.

(*) Atualmente, o prédio passou a ser sede do Memorial da Medicina de Pernambuco, abrigando a Academia Pernambucana de Medicina e outras Sociedades Médico-culturais.

O aproveitamento do prédio decorreu do empenho realizado pelo Reitor Êfrem Maranhão.

Fui honrosamente incumbido para escrever "A HISTÓRIA DA FACULDADE DE MEDICINA DO RECIFE" dentro do programa estabelecido pela COMISSÃO DE COMEMORAÇÃO DO CINQUENTENÁRIO DA FUNDAÇÃO da UNIVERSIDADE do RECIFE, sua primeira designação.

Cabe de minha parte uma justificativa.

De 1935, ano que ingressei na Faculdade de Medicina do Recife, até 1938 encontrava-me, quase diariamente, com o Professor Octávio de Freitas, ora na Enfermaria Bom Conselho do Hospital D. Pedro II, ora na Liga Pernambucana Contra a Tuberculose, no Derby, fundada por ele, em 1936. Na época era o Diretor da Faculdade de Medicina do Recife.

É estranho imaginar como um professor da sua categoria respondesse a curiosidades formuladas por um estudante de medicina dos primeiros anos. Era a sua natural simplicidade de considerar o aluno com a mesma importância da de um professor.

A minha presença na Faculdade de Medicina, além de aluno de 1935 a 1940, abrangeu o exercício na carreira docente, durante 41 anos - 1945 a 1986 - continuando, sempre vinculado, ora direta, ora indiretamente com o curso médico ou com a Universidade.

Em 1985, por designação do Professor Geraldo Gomes, então Diretor do Centro de Ciências da Saúde, presedi a Comissão de elaboração do livro: "História da Faculdade de Medicina do Recife, 1915-1985".

Essa convivência de acima de 60 anos, abrangendo ensino, pesquisa, extensão e outras atividades universitárias explicam o privilégio de ter sido designado para escrever a História da Faculdade de Medicina do Recife.

Aspectos gerais

A História da Faculdade de Medicina do Recife antes de ser criada em 1915, como Escola Autônoma, deparou-se com três ordens de dificuldades: falta de recursos financeiros, ausência de sede e a oposição de um grupo de médicos, alguns de alto nível, receosos de sua sobrevivência.

Era a terceira escola médica, a ser criada no Brasil, precedida à da Bahia, fundada em 1808, pelo Príncipe Regente de Portugal Dom João VI ao tentar transferir a Corte de Portugal para o Brasil, fixando Salvador, como sua capital. A segunda Faculdade de Medicina foi criada também por João VI, no mesmo ano de 1808, no Rio de Janeiro, para onde transferiu e fixou a sede de sua Corte.

A Faculdade de Medicina do Recife, desde o início de seu funcionamento, em 1920, até 1950, quando se criou a Faculdade de Ciências Médicas, praticamente, sua filial, era a única do Recife e recebia alunos de todo o Nordeste.

Sua designação inicial, ou melhor, "seu nome de batismo", sofreu várias alterações, algumas, justificáveis, mas, outras constituem verdadeiras aberrações, como a atual.

Em 1949, incorporada à Universidade, passou a ser designada de Faculdade de Medicina da Universidade do Recife, seguida de Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Pernambuco e, por último, perdeu sua identidade. Foi desvinculada das matérias básicas, desfeita a Congregação, e passou a integrar o Centro de Ciências da Saúde, em idênticas condições com todos os demais Cursos da Área da Saúde, inclusive o de Reabilitação. Houve evidente prejuízo de nível do Curso Médico, assunto de estudo pelos atuais Órgãos Superiores da Universidade Federal de Pernambuco.

A Faculdade de Medicina do Recife, designação mantida para referência nesta publicação, apresenta dois nítidos períodos durante o seu desenvolvimento. Antes e após a sua incorporação à Universidade.

O primeiro Período foi o de desbravamento, impacto de idealismo, principalmente, por parte de seus professores.

Conseguiram planejar, construir a sua arquitetônica sede no Derby, estabelecer toda a estrutura administrativa e didática, abrir e realizar exames de vestibular a partir de 1920, proceder concursos de doutoramento a partir de 1925, de Docência livre desde de 1927 e de Cátedra iniciada em 1920.

Adiante, informações minuciosas mostrarão a luta permanente do idealista Octávio de Freitas, sempre presente, fazendo, estimulando, cobrando como tudo fosse para o seu próprio uso pessoal.

Há um sagrado dever da Memória Médica de Pernambuco, de preservar primordialmente o nome do Professor José Octávio de Freitas, como pioneiro de tudo que se fez em relação à Faculdade de Medicina do Recife, desde o período que antecedeu, ocorreu e se desenvolveu até a sua aposentadoria abrupta, em plena atividade, no ano de 1937.

Toda a estrutura física, didática e administrativa da Faculdade de Medicina desenvolvidos no do Primeiro Período foram incorporados e assumidos pela recém-criada Universidade.

Os novos salários, na época, constituíram o destaque de maior importância. Em dezembro de 1950, os então catedráticos receberam 100 contos, que correspondiam aos proventos acumulados no ano de 1950. Constituíam alto salário, idêntico ao pago ao Coronel do Exército, identificados como "O" de penacho.

Iniciava-se o Segundo Período da Faculdade de Medicina, sob o domínio da Universidade. O maior destaque situava-se em assumir toda a responsabilidade econômico-financeira, abrangendo a estrutura e pessoal e demais encargos científicos, culturais e didáticos, inclusive pelo desenvolvimento das pesquisas, tão necessárias e tão carentes em nosso meio.

Há alguns aspectos que independem propriamente dos períodos, como sejam, professorado ou alunato, que serão abordados sem profundidade, citados, adiante.

Corpo Docente: Foi mantido todo o Corpo Docente, inclusive Professores Fundadores. Ao longo de sua existência, a Faculdade de Medicina do Recife, a partir de 1920 vinha preenchendo as vagas de catedráticos, por concurso dentro das normas estabelecidas pelo Ministério de Educação. De 1920 a 1946, correspondente ao primeiro período, foram selecionados 12 professores catedráticos, e, de 1950 a esta data, ingressaram por concurso professores, atualmente designados de Professores Titulares, sendo reduzidas o número de provas.

Alunato: Em toda a sua existência, a Faculdade de Medicina do Recife graduou, segundo levantamento realizado pelo dr. Genário Sales e Dr. José M. Schuler, 8083 médicos, sendo 5596 do sexo masculino e 2487 do sexo feminino. Até 1933, não se graduara nenhuma médica. As duas primeiras médicas se graduaram em 1934. Esse levantamento será publicado pela Associação dos Ex-Alunos da Faculdade de Medicina do Recife.

Essas considerações que iluminam um pouco da vida da tradicional Faculdade de Medicina representam um esboço de sua história, pretendendo-se, com isto, atender ao desiderato programado para a primeira parte deste trabalho, marco que caracteriza o segundo período da Faculdade de Medicina do Recife, inicia-se, a partir da sua incorporação à Universidade do Recife, constituindo a segunda parte do trabalho, onde se procurará analisar a Faculdade à luz da Universidade Federal de Pernambuco.

Montado e impresso nas oficinas gráficas da

Editora
Universitária  UFPE

Rua Acadêmico Hélio Ramos, 20 • Várzea
Fone: (081) 271.8397 • Fax: (081) 271.8395
CEP 50740-530 • Recife • PE